

ABMES



ANOS

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES

SCS Quadra 07 Bloco “A” Torre Pátio Brasil Shopping Sala 526

CEP 70 330-911 Brasília DF

(061) 3322-3252 Fax: 3224-4933

www.abmes.org.br abmes@abmes.org.br

Supervisão e Coordenação Editorial

Cecília Eugenia Rocha Horta

Elaboração

Cecília Eugenia Rocha Horta

Lidyane Lilian Lima

Rayanne Portugal

Apoio

Arlete Gonçalves Ribeiro

Revisão

Whang Pontes Teixeira

Projeto Gráfico e Diagramação

Grau Design Gráfico

Designer responsável

Fernando Rabello

1982-2012



O livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber.

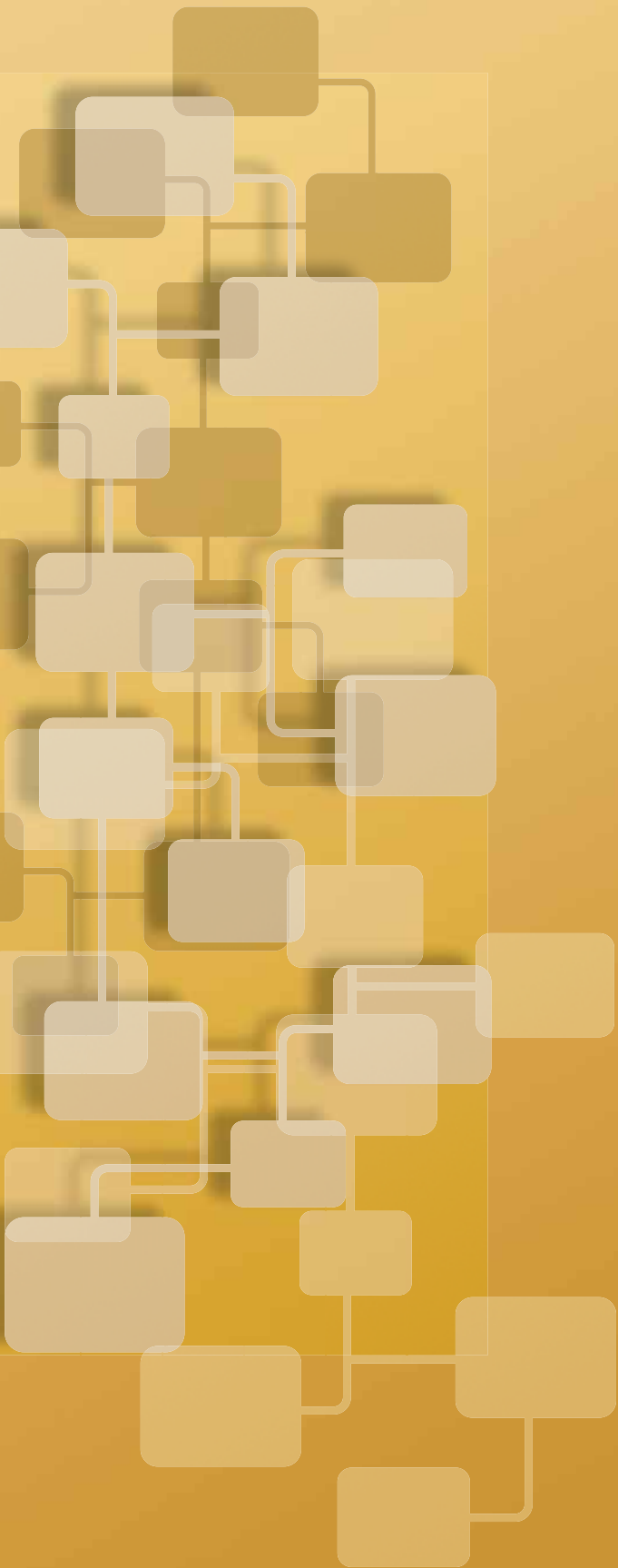
João Guimarães Rosa



Sumário

11	Presidência, diretoria e equipe executiva: gestão 2010/2013
17	Logomarca e selos comemorativos
23	Presidentes contam a história da ABMES – entrevistas
53	Fundadores
61	Reverência aos fundadores falecidos
71	Depoimentos
79	Contribuições da ABMES para o desenvolvimento do ensino superior particular
101	Seminários
115	Prêmios
137	Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular
141	Publicações da ABMES Editora
155	Linhas de ação
161	Consultores, conferencistas e colaboradores
169	Mantenedoras associadas
177	Espaço Físico
	Anexo – Vídeos: Institucional e ABMES, 30 anos em 30 minutos





Apresentação

A ABMES surgiu da necessidade do segmento privado de educação superior se contrapor a um contexto de restrições que se impôs a partir dos anos de 1980. Após um período favorável e de estímulos governamentais à expansão do ensino superior privado, o setor começou a enfrentar um clima adverso. Medidas políticas e administrativas e normas legais do governo contribuíram para dificultar o desenvolvimento das instituições de ensino superior particulares. Tudo isso agravado por uma conjuntura política, econômica e social conturbada e desfavorável em virtude da escalada da inflação, da recessão, da instabilidade da economia, do esgarçamento das desigualdades e do acirramento dos conflitos sociais. *(ABMES 25 anos – Memorial)*

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) nasceu do sonho de um grupo de mantenedores que na década de 1980 tomou a decisão de criar uma associação para representar a categoria nacionalmente e lutar pelos interesses legítimos das instituições de ensino superior particulares.

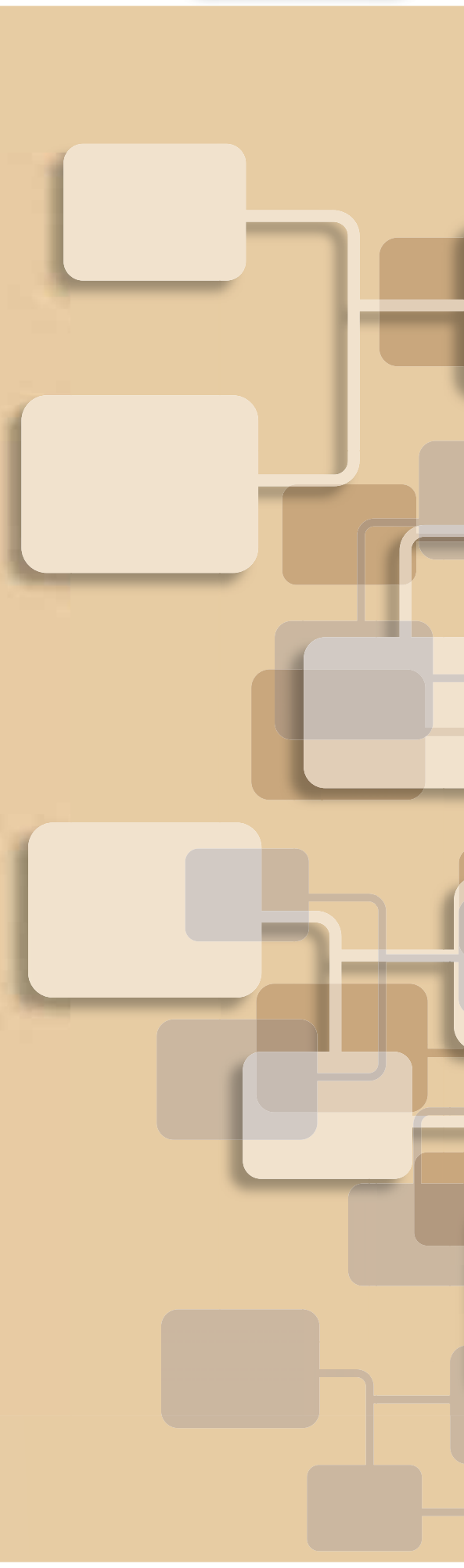
Ao longo de sua trajetória de 30 anos, a ABMES consolidou a sua presença no cenário educacional do País – por meio de uma contribuição decisiva na área acadêmica e no âmbito político, visando o fortalecimento do ensino superior particular – e se transformou num grande fórum de discussão e diálogo sobre temas de interesse das instituições mantenedoras e de suas respectivas mantidas, no sentido de captar as aspirações destas e traduzi-las em proposições viáveis ao Governo.

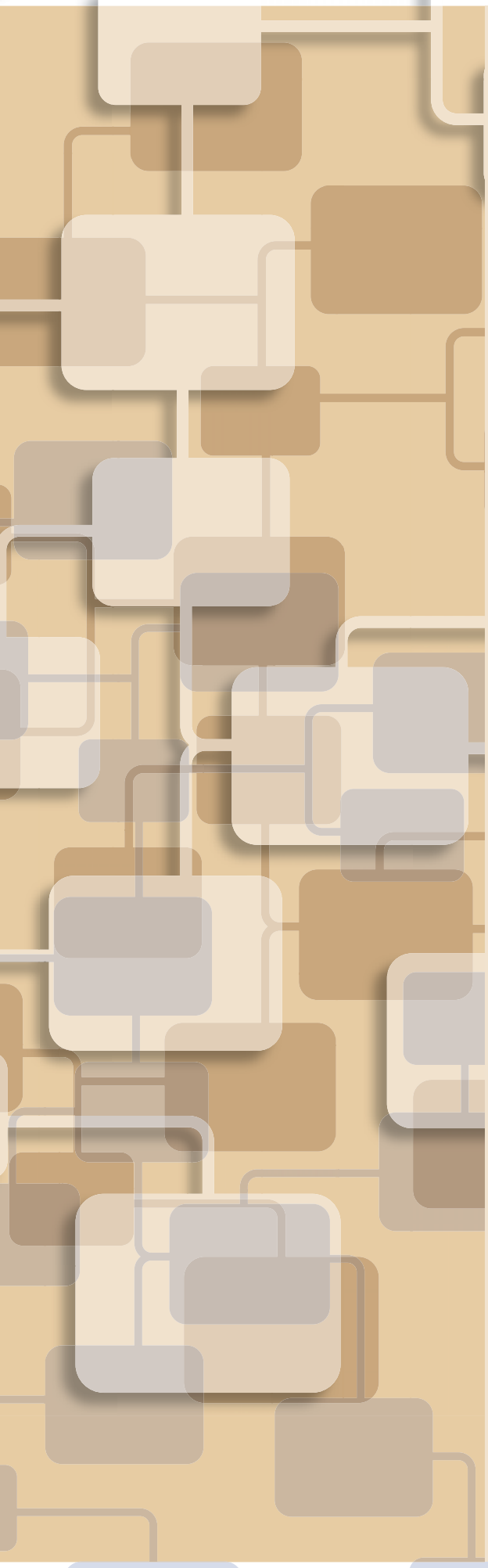
A ABMES soube articular as entidades representativas do setor, criar parcerias e mobilizar competências para estudar temas polêmicos, seja em momentos de crise e de ameaças ao ensino privado, seja em busca do entendimento e do convencimento para trabalhar a consolidação das instituições, em estreita sintonia com as aspirações dos associados e os princípios que regem a convivência cívica e democrática. Isso foi possível, em grande medida, pela competência e dedicação profissional de um grande número de colaboradores – professores e pesquisadores do Brasil e do exterior – imbuídos da seriedade do trabalho desenvolvido pela ABMES.

Seria impossível no espaço desse memorial comemorativo descrever e avaliar, com precisão e abrangência, os significados e o alcance da produção intelectual, das reflexões e dos debates produzidos, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade e relevância dos seus conteúdos.

O fundamental é reconhecer que, por meio desse esforço, a Associação conquistou visibilidade e credibilidade, tornou-se referência nacional dentre as entidades representativas do ensino superior e lançou as bases para a construção de um pensamento voltado para o contínuo aperfeiçoamento da educação superior particular no país com os olhos voltados para os problemas do presente e os desafios do futuro.

Gabriel Mario Rodrigues
Presidente





Presidência, diretoria e equipe executiva: gestão 2010/2013

Os que fazem a ABMES lutam por uma entidade grande, forte e coesa.

Vera Costa Gissoni

Presidência



Presidente
Gabriel Mario Rodrigues
ISCP – Sociedade Educacional S.A.



1ª Vice-presidente
Carmen Luiza da Silva
Sociedade Civil Educacional Tuiuti Ltda



2ª Vice-presidente
Getúlio Américo Moreira Lopes
Centro de Ensino Unificado de Brasília



3ª Vice-presidente
José Janguê Bezerra Diniz
Grupo Ser Educacional



Diretoria Executiva

Diretor Geral

Fabício Vasconcellos Soares – Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão

Vice-Diretor Geral

Sérgio Fiuza de Mello Mendes – Associação Cultural e Educacional do Pará

Diretor Administrativo

Décio Batista Teixeira – Inspetoria São João Bosco

Diretor Técnico

Antonio Carbonari Netto – Anhanguera Educacional S.A.

Conselho da Presidência

Candido Mendes de Almeida – Sociedade Brasileira de Instrução

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco – União de Ensino Superior do Pará

Vera Gissoni – Centro Educacional de Realengo

Terezinha Cunha – Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação

Paulo Antonio Gomes Cardim – Febasp Associação Civil

André Mendes de Almeida – Sociedade Brasileira de Instrução

Décio Corrêa Lima – Centro de Educação Superior de Inhumas Ltda.

Valdir Lanza – UNIBR União Brasileira Educacional

Wilson de Mattos Silva – Centro de Ensino Superior de Maringá

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho – FACS Serviços Educacionais Ltda.

Suplentes

Fábio Ferreira de Figueiredo – Instituição Educacional São Miguel Paulista

Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza – Centro de Educação Superior de Brasília/IESB

José Antonio Karam – Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda.

Fernando Leme do Prado – Instituição Educacional Prof. Luiz Rosa S/C Ltda.

Daniel Castanho – Minas Gerais Educação Ltda.



Conselho Fiscal

Titulares

Julio Cesar da Silva – Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu

José Eugênio Barreto da Silva – Sociedade Baiana de Educação e Cultura S/A

Luiz Eduardo Possidente Tostes – Fundação Educacional Serra dos Órgãos

Marco Antonio Laffranchi – União Norte do Paraná de Ensino S.A.

Cláudio Galdiano Cury – Associação Cultural e Educacional de Franca/ACEF S.A.

Suplentes

Eliziário Pereira Rezende – Faculdades Pitágoras de Montes Claros Ltda.

Jorge de Jesus Bernardo – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás

Equipe Técnica

Diretora Acadêmica

Cecília Eugenia Rocha Horta

Diretor Executivo

Sólon Hormidas Caldas

Gerente de Comunicação

Lidyane Lilian Lima

Assessora de Comunicação

Rayanne Portugal

Assistente Administrativo

Camila do Nascimento Corrêa

Analistas de Sistemas

Robson Pereira de Moura

Aline Fabiana Lopes da Silva

Ricardo Monserratt do Espírito Santo Gonzalez

Secretária Executiva

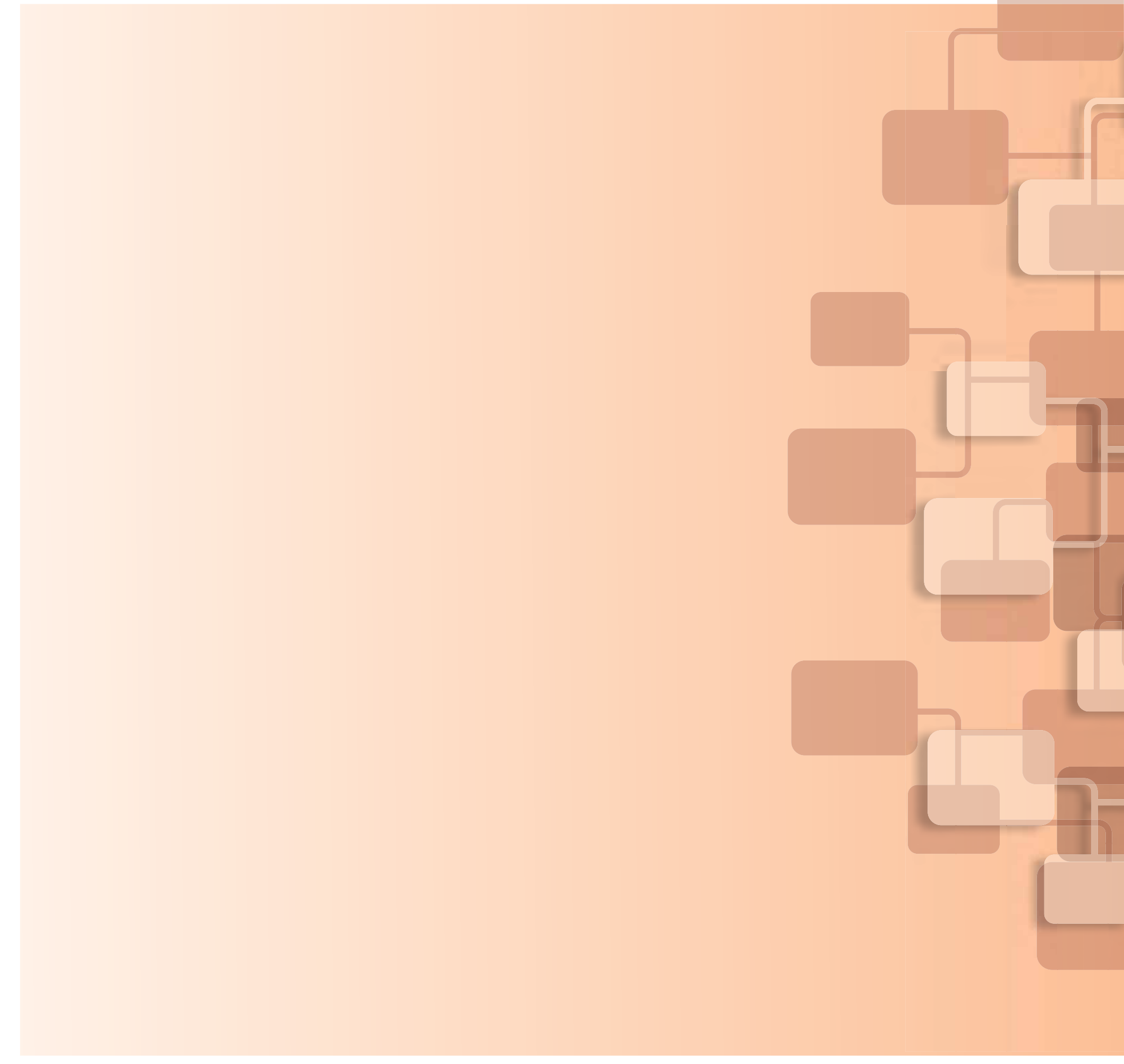
Arlete Gonçalves Ribeiro

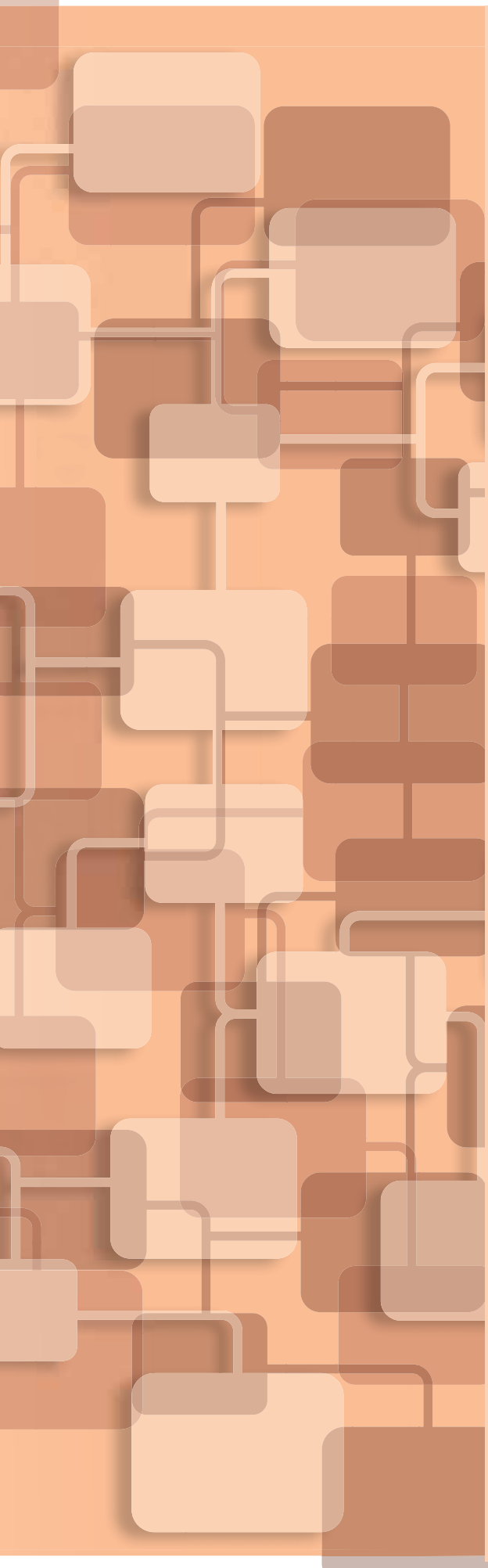
Auxiliar Administrativo

Leandro Rodrigues Uessugue

Auxiliar de Serviços Gerais

Sandra Alves da Silva





Logomarca e selos comemorativos

A nova logomarca mostra as mãos em forma de concha, acolhedoras,
sugerindo um movimento de dádiva e colaboração.

Marisa Maass e Matheus Gorovitz

Logomarcas

As três primeiras marcas da identidade da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior foram feitas “artesanalmente”, sem preocupação com formas e conceitos, mesmo quando da mudança de ABM para ABMES, como demonstram as imagens abaixo.



O crescimento das atividades da ABMES demandou a busca de uma identidade visual que demonstrasse com clareza os propósitos da entidade. Assim, a diretoria lançou em 1997 um edital para o concurso de uma nova logomarca do qual participaram, com 99 propostas, arquitetos, *designers*, professores e estudantes de todo o Brasil. A Comissão Julgadora dos trabalhos reuniu-se na sede da ABMES no dia 24 de outubro de 1997.

Venceu o concurso a proposta apresentada pelos arquitetos Marisa Cobe Maass, Matheus Gorovitz, ambos arquitetos e professores da Universidade de Brasília (UnB), e Frederico Barbosa Júnior, à época, estudante do curso de Arquitetura da UnB.

As Menções Honrosas foram concedidas aos *designers* Andréia Alcântara (Vollmer Design, Diadema/SP) e Fernando Rabello Costa (Brasília/DF).

Memória descritiva das propostas premiadas em 1997

1º Lugar

De acordo com Marisa e Matheus, a imagem adotada – mão – alude à etimologia da palavra manter, da qual se origina o termo “mantenedora”. Manter do latim manutere, ter na mão. Entrelaçadas, as mãos correspondem à articulação entre mantenedoras e mantidas. Nesse sentido, traduzem a natureza da entidade não no sentido paternalista, mas sim de mútua colaboração da qual resulta a comunhão desejada. A simetria e a modulação conferem o necessário caráter institucional, além de favorecer a memorização; o esquema geométrico, ao reunir as partes constituintes num sistema, assinala a racionalidade que distingue, quando corretamente orientada, a organização educacional.



2º Lugar

A construção da marca para a ABMES, de acordo com Andréia Alcântara, “tem como principal enfoque a parceria e a ação coletiva entre as mantenedoras e as instituições mantidas, bem como a preocupação em preservar a confiança mútua entre o Estado e as instituições. Para enfatizar essas questões, tomou-se como principais os seguintes símbolos: uma pessoa e um livro. Num primeiro momento, o grafismo não destaca tais símbolos, cujas formas aparecem com sutileza, alcançando um resultado gráfico mais elaborado, mais conceitual do que propriamente figurativo. A pessoa representa a parceria, a coletividade e a confiança; o livro representa as mantenedoras e as instituições. A pessoa lendo um livro, atitude comum nas escolas, demonstra que as atividades da Associação privilegiam o ensino”.



3º Lugar

Fernando Rabello Costa explica na memória descritiva de seu trabalho que a solução foi encontrada pela geometrização. A logomarca completa foi construída dentro de retângulos áureos, o que possibilitou unir, de maneira estável, cada uma das partes dentro de um todo e tornar a malha construtiva extremamente simples. Cada uma das partes individualmente direciona o olhar do observador a uma diagonal ascendente que termina no símbolo. O símbolo por sua vez tem como imagem recorrente um cubo compartimentado, ou seja, um tijolo, uma construção, que faz alusão à estruturação e à organização – temas básicos no trabalho de uma associação. Gráficamente, o símbolo se utiliza de vários triângulos e um trapézio que, sugerindo setas, aponta incisivamente para o centro do bloco formado pela assinatura e pela sigla. O conjunto sugere estabilidade, harmonia e movimento que, em última análise, são os ideais que norteiam a ação de uma associação.



Redesenho da logomarca em 2012

Para celebrar os 30 anos de existência da ABMES, a diretoria recomendou que Marisa Cobe Maass e Matheus Gorovitz elaborassem um redesenho da logomarca, preservando a concepção da proposta original.

A nova logomarca mostra as mãos em forma de concha, acolhedoras, sugerindo um movimento de dádiva e colaboração.

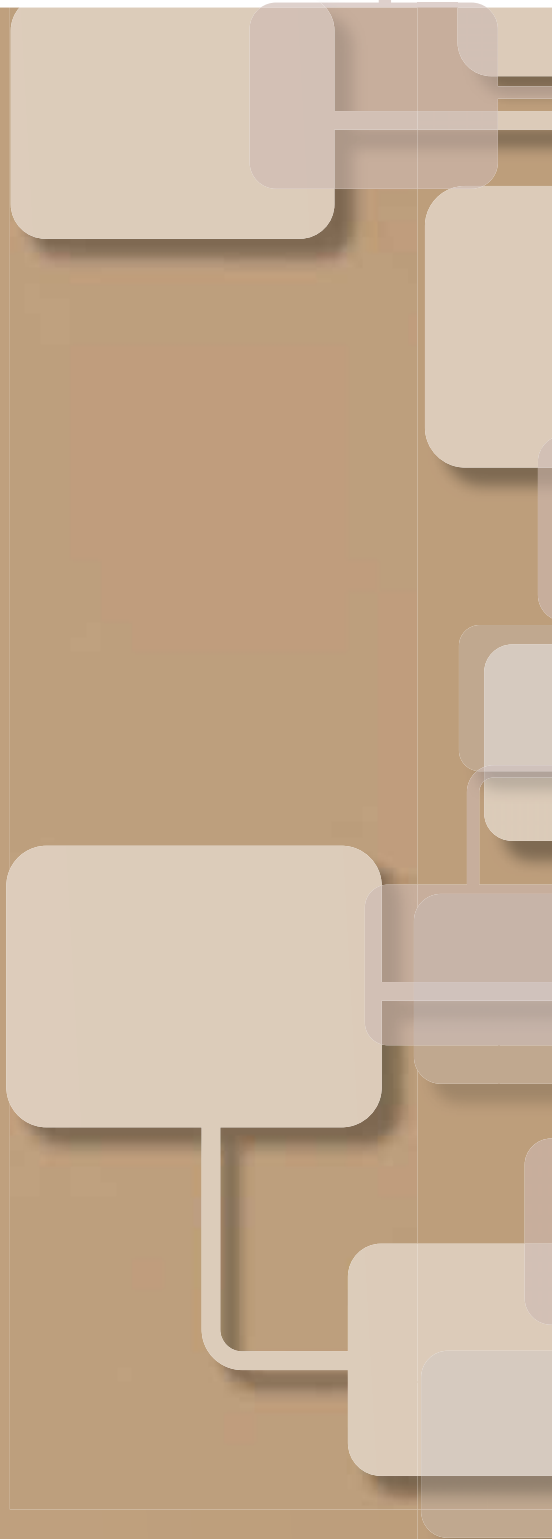


ABMES

Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino Superior

Selos comemorativos







Presidentes contam a história da ABMES – entrevistas

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (...) Esse convívio de lembrança e crítica altera profundamente a qualidade da segunda leitura. Esta, só por essa razão, já não “revive”, mas “re-faz” a experiência da primeira.

Ecléa Bosi



A trajetória da ABMES como uma representação sólida do ensino superior particular não teria sido possível sem a presença dos três grandes pensadores e experientes educadores que estiveram à frente desta associação. Durante a primeira etapa da sua existência, delimitada pela gestão de Candido Mendes de Almeida, a ABMES vivenciou um período de grande eferescência política. O final do regime militar, a crise inflacionária, a transição democrática e o processo constituinte foram fatos marcantes da história brasileira, que contribuíram para o descortino de novos caminhos e horizontes para toda a nação. Candido Mendes foi o responsável por representar o setor particular nesse momento decisivo para o crescimento de todo o ensino superior. Defendeu amplamente o direito à livre iniciativa do setor privado e às demandas das instituições particulares. Em 1984, participou do Seminário Muda Brasil, onde pode contribuir diretamente para o Plano de Governo do então presidente Tancredo Neves. Anos após, participou da elaboração da Carta Magna de 1988, pela relatoria da área da Educação da Comissão Arinos.

Seu sucessor, Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, foi responsável por uma gestão marcada pelas contribuições para a discus-

são das políticas e temas educacionais. Édson Franco acompanhou de perto o movimento de reestruturação da universidade brasileira e tornou-se o precursor das ideias e dos princípios básicos que serviriam como referência ao processo de avaliação do ensino superior. Grandes discussões foram ampliadas e estruturadas com o objetivo de defender os ideais traçados pelas instituições de ensino para o desenvolvimento de parâmetros de qualidade, bem como tornar possível o encaminhamento de propostas de políticas ao Governo Federal e Ministério da Educação. Para esse fim, foram desenvolvidas iniciativas, tais como estudos, seminários e publicações, que sempre tiveram um papel decisivo para a compreensão dos problemas e para o encaminhamento das proposições aos órgãos governamentais. Édson Franco foi um dos principais agentes durante a elaboração das diretrizes do Programa Universidade para Todos (ProUni). Atuando ativamente junto a reitores e mantenedores de todo Brasil, contribuiu para que a ABMES quintuplicasse o número de associados e engrandeceu ainda mais o debate nacional sobre as políticas de governo.

Sob a gestão de Gabriel Mario Rodrigues, a ABMES continua investindo no fortalecimento da sua atuação política, fundamentada nas

contribuições acadêmicas e no desencadeamento de novas iniciativas, principalmente no âmbito da comunicação e da mobilização social. Com seu apoio e criatividade, a ABMES lançou a primeira Campanha da Responsabilidade Social no Ensino Particular, em 2005. O educador atuou na criação do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, em 2008, e desde então ocupa a posição de secretário executivo.

No impulso do novo século, revolucionou o portal da ABMES e promoveu investimento em redes sociais e nas transmissões de eventos e seminários pela ABMES TV para o Brasil e o mundo, com o objetivo de estabelecer uma comunicação direta com associados e educadores. Discussões e encaminhamentos aos órgãos governamentais também marcaram o período de Gabriel como presidente, no que diz respeito à negociação de grandes temas que incidiram no desenvolvimento de importantes políticas de educação: o Projeto de Reforma Universitária, o programa Universidade para Todos (ProUni), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).



1982

2004





2010







Candido Mendes

Tradição e continuidade

“Às quinze horas e trinta minutos do dia trinta de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e dois, no Salão do Hotel Nacional de Brasília (DF)”¹, 32 representantes das principais instituições educacionais do país se uniram para dar origem à “Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABM)”. Naquela data, teve início também a trajetória de seu primeiro presidente, o professor, advogado, sociólogo e cientista político, Candido Mendes de Almeida. Com extensa atuação como educador, reitor e professor visitante em universidades americanas, o intelectual assumiu a frente da primeira representação do ensino superior particular brasileiro com o desafio de unir gestores educacionais do Brasil inteiro.

Candido tem trabalhado, ano após ano, na defesa do direito à livre iniciativa do setor privado e das demandas das instituições particulares. Sua participação, em 1984, no encontro do movimento “Muda Brasil” foi de grande relevância para as contribuições do setor ao plano de governo do então presidente da República Tancredo Neves. Atuou ativamente na elaboração da Carta Magna de 1988 pela relatoria da área da Educação na Comissão Arinos e, nos anos 1990, empenhou-se na articulação com o governo ao lado de mantenedores de todo o país.

Aos 84 anos, celebra o 110º aniversário da Universidade Candido Mendes, criada em 1902 por seu bisavô, o conde Candido Mendes de Almeida, da qual é reitor desde a década de 1960. Bacharel em Direito e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutor em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da então Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), Candido Mendes é também membro da Academia Brasileira de Letras, ocupante da Cadeira 35; presidente da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI); presidente do Fórum de Reitores do Rio de Janeiro; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e embaixador da Aliança das Civilizações (ONU) desde 2009, entre outros títulos. É filho do professor e educador Candido Mendes de Almeida Júnior, neto do grande jurista Candido Mendes de Almeida, bisneto do senador Candido Mendes e trineto de Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná.

1 Texto extraído da Ata de Assembleia Geral para criação da ABMES.



Candido Mendes e Carlos Ludwig, ministro da Educação, no primeiro encontro de mantenedores para a criação da ABMES, em 1982



Candido Mendes na assembleia de criação da ABMES, em 1982

“O movimento nasceu de uma exigência social, (...) num cenário que pedia pela profunda mudança para o desenvolvimento na forma da educação superior.”

ABMES – A ABMES foi criada em um momento de grande reflexão para estudiosos e especialistas em educação superior, o que seria (como o senhor definiu em artigo escrito em 2007) “a primeira fase para o nascimento de uma consciência sobre as mudanças significativas pelo qual o país passaria frente às necessidades de políticas públicas para o setor educacional”. Nesse contexto, como o senhor analisa a importância da criação da ABMES naqueles anos de 1980?

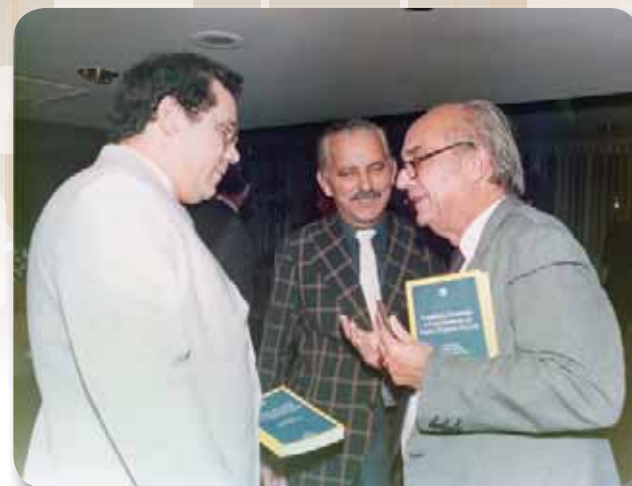
O movimento nasceu de uma exigência social, de uma consciência de trabalho comum e de organização, num cenário que pedia pela profunda mudança para o desenvolvimento na forma da educação superior. Antes mesmo que fosse sinalizada minha chegada como presidente, o caminho já estava traçado por dois nomes-chave essenciais para a criação da ABMES: Electro

Bonini e Vera Gissoni, nossa missionária. Eles implantaram essa ideia em todo o país. Evidentemente, a ABMES respondeu prontamente por essa necessidade e pela primeira fase de associativismo. O sucesso foi garantido graças ao grande entrosamento entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, este tão bem representado por Gabriel [Mario Rodrigues], atual presidente da organização, que naquela época preocupou-se em manter e desenvolver o trabalho de Electro. Relembro dessa fase como marcada pelo melhor da tradição de uma continuidade.

ABMES – A ABMES foi a primeira instituição criada para representar o ensino superior particular. Como foi transformar esse nome em uma referência para os gestores educacionais da época? Como foi o diálogo com os mantenedores e as instituições?

Há três questões fundamentais que garantiram esse êxito. A primeira foi a multiplicidade das interlocuções e a isonomia das respostas que obtivemos, momento em que foi muito importante a participação de São Paulo, a partir da inspiração de Electro Bonini nesse primeiro momento. A segunda foi a capacidade que se teve de, nesse movimento associativo, compreender também as diferenças. Estavam ali, lado a lado, [instituições de ensino superior] confessionais, comunitárias – que, curiosamente, depois não prosperaram – as filantrópicas – cujo estatuto hoje está tendo grande relevância diante do Ministério da Educação devido à sustentação que ganhou à época – e, evidentemente, aquelas que apostaram na entrada da educação no mercado, em uma economia de custos e preços, organizações que hoje são a maioria no setor privado. Esse cenário foi resultado de duas circunstâncias históricas: a necessida-

“Reforçamos a necessidade de evitar que a educação fosse tratada como uma concessão do serviço público. Nós defendemos um direito, sobretudo, de educar.”



1º Encontro Nacional da ABM – Lançamento da publicação “Qualidade, expansão e financiamento do ensino superior privado”, em 1983

de social pela representação e a consciência ao responder a ela. O que foi necessário, de minha parte, foi ter a sensibilidade para verificar como confluem as duas exigências naquilo que foi um momento histórico, sobretudo diante da clara incapacidade do Estado em atender a nova situação do ensino superior. Esse desafio veio de uma exigência histórica pela qual o país passava. Essa passou a ser a minha própria exigência, a preocupação de manter um legado. Venho trabalhando com esse propósito antes mesmo da ABMES, em uma das mais antigas organizações de ensino privado do Brasil [a Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro] que está celebrando 110 anos de existência.

ABMES – Sua gestão foi responsável por criar os princípios que até hoje são seguidos pela ABMES. Qual foi a base ideológica de sua gestão?

Posso citar quatro princípios básicos: o profundo associativismo, a coexistência na diferença, a manutenção de escalas de convivência e, sobretudo, uma política de ação comum frente ao Estado. Um Estado que, por volta de 1946 e sob Constituição democrática, extinguiu a importância da educação. Curiosamente, só reencontraria a necessidade dessa prestação pelo próprio Estado em pleno regime militar, quando se colocaria à disposição para subsidiar e auxiliar o ensino superior particular.

ABMES – Sendo assim, como o senhor avalia a relação da ABMES com o Governo Federal para sua criação e crescimento dentro do setor educacional?

Nós nascemos no período da Ditadura Militar, refletidos ainda na preocupação do presidente

Costa e Silva com relação ao descompasso entre a nova fome do ensino superior do país e a visível inviabilidade do setor público de atender a essa carência. O governo militar se deu conta dessa situação e isso está refletido nas Cartas Magnas de 1967 e 1969. Os textos chegam à seguinte conclusão: o ensino é livre bem como a iniciativa particular. O regime estava tão preocupado em poder ir para frente que imediatamente criou o compromisso do subsídio e do auxílio às instituições de ensino superior.

Na elaboração da Constituição de 1988, começaríamos a identificar um regime de controle que jamais o regime militar poderia ter imaginado. Seria a prática do “bom controle”. Ou seja, é possível ceder para a existência do ensino superior particular, mas com o permanente controle da qualidade. Já se estabelecia



Seminário Muda Brasil, em 1984



Candido Mendes em audiência com Tancredo Neves, em 1983

a visão da fiscalização e do que deveria ser realmente essa condição de acesso para as instituições. A Constituição do Regime Militar abria todo o subsídio. A carta da democracia controla profundamente isso. Exemplo disso era o fato de que só tinham direito ao apoio do governo as universidades confessionais, comunitárias e filantrópicas.

ABMES – Quais os principais desafios vividos em oito anos de gestão?

Acredito que o trabalho da ABMES reforçou a necessidade de evitar que a educação fosse tratada como uma concessão do serviço público. Posso dar meu testemunho, como relator da Comissão Arinos, que foi a base da Constituição de 1988, que a luta foi muito grande nesse sentido. Toda a visão estatista, mesmo

que liberal, era de que o ensino deveria ser uma concessão de serviço, entendendo-se que a educação é um direito implícito à população brasileira. Nós, educadores, defendemos um direito, sobretudo, de educar. Não como uma concessão a ser feita pelo Estado. A nova carta enfrentou esse desafio mas venceu, e definiu muito bem essa matéria.

Uma conquista, pode-se dizer, foi a participação da instituição na Comissão Arinos. Naquele momento ninguém pensava que poderíamos, 30 anos depois, ser objeto do interesse internacional e da vinda de capital estrangeiro para o Brasil. Pensou-se que se deveria estabelecer algum limite para isso, para o investimento. Finalmente decidiu-se que não seria o melhor caminho. Na verdade, não se imaginava que pudesse realmente acontecer. A Carta

admite a cooperação internacional, que hoje tenho certeza que vai ser uma base da nossa perspectiva educacional, até mesmo para a vinda de professores estrangeiros. A ideia de que se pudesse ter a cooperação internacional institucional dentro da nossa atividade de fato não existia e hoje é uma oportunidade.

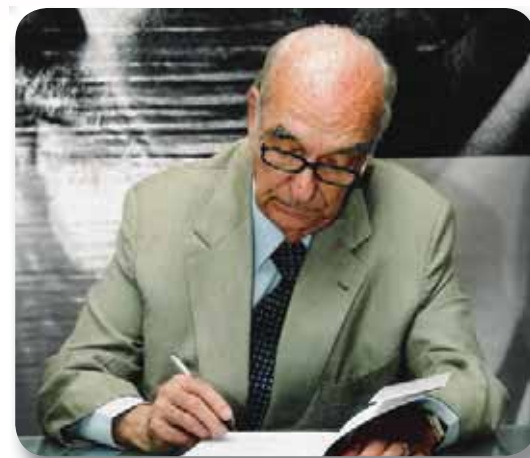
ABMES – Pode-se atribuir às decisões tomadas naquela época o arranque do ensino superior visto hoje? Que ações a ABMES desencadeou no início de sua jornada que possam ter tornado possível esse avanço?

O pontapé veio da consciência da importância histórica dessa iniciativa. O resultado é visto por dados de crescimento exponencial, que deriva do próprio crescimento brasileiro, do crescimento demográfico, do crescimento da renda

“Nenhum estado se avantajou, todos se conjugaram nesse esforço comum. (...) Estavam ali, lado a lado, confessionais, comunitárias, filantrópicas e aquelas que apostaram na entrada da educação no mercado.”



Candido com o ministro Marco Maciel na elaboração do documento “Por uma nova política para a educação superior”, em 1985



Candido Mendes no lançamento do livro *Lula apesar de Lula*, em 2006

e, sobretudo, da consciência de um Brasil que vê como prioridade, no orçamento doméstico, a educação.

ABMES – Que legado o senhor acredita ter deixado para seu sucessor, professor Édson Franco?

Deixou-se a tomada de consciência e a necessidade de sua continuidade. Eu diria que é um desses casos de virtude intrínseca da inércia: levantada na hora certa, e com ritmo necessário para a mudança, tudo dá certo.

ABMES – Ao olhar para trás, qual o sentimento que fica ao pensar sua gestão frente à ABMES?

O sentimento de ter respondido a um desafio tão significativo para a época, desde o come-

ço do colegiado. Não houve lideranças específicas. Houve conjugação de esforços tangidos pelo mesmo imperativo coletivo.

ABMES – Com relação à ABMES, quais planos o senhor vislumbraria para o sucesso das ações e para o crescimento da participação da entidade?

Espero que a associação consiga permanecer na luta pela manutenção da diferença dentro da identidade e com a profunda certeza de uma prospectiva criadora. 🌐





Édson Franco Idealista e inovador

Advogado e jornalista, o paraense Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco presidiu a ABMES entre 1992 e 2004. Professor e reitor na Universidade da Amazônia e da Universidade Santa Úrsula – Rio de Janeiro, Édson Franco iniciou a prática profissional após se formar em Direito pela Universidade Federal do Pará. Ao longo de seus 75 anos, exerceu diversas funções públicas: foi secretário de Estado da Educação do Pará, conselheiro do Conselho Estadual de Educação do estado, secretário-geral do Ministério de Educação e da Cultura e conselheiro do Conselho Federal de Educação. Membro da Academia Paraense de Letras e da Academia Paraense de Jornalismo, Édson Franco também é autor de diversas publicações sobre a educação básica e superior.

Na gestão de Édson Franco, a ABMES viveu um forte período de expansão, após a consolidação de diretrizes elaboradas na gestão de Candido Mendes. Em 12 anos, o número de associados foi multiplicado em dez vezes. Época de criação da ABMES Editora, a década pela qual a ABMES foi presidida por Édson Franco é lembrada pela influencia intelectual das publicações e temas lançados à sociedade acadêmica, estudos e seminários que tiveram um papel decisivo para o setor – não só para a compreensão dos problemas educacionais como também para estabelecer os fundamentos das propostas encaminhadas pela ABMES aos órgãos governamentais. Édson teve o mérito de transformar a ABMES em reconhecido e privilegiado espaço de debates sistemáticos sobre o ensino superior no país.

ABMES – A ABMES expandiu consideravelmente nos últimos 30 anos. Pautada, desde sua criação, pela luta para a melhoria do ensino superior particular e reconhecimento de seu trabalho nas esferas educacionais e governamentais, a Associação galgou importantes etapas para a evolução da educação no Brasil em três décadas de atuação. Como o senhor avalia a iniciativa de criação de uma instituição que hoje representa importante participação nesse processo? Há 30 anos, já era possível imaginar o que viria pela frente?

A ABMES teve o grande mérito de já nascer brasileira, nacional, graças aos esforços de Vera Gissoni que, com Paulo Gissoni, seu então esposo, percorreu o Brasil inteiro convidando os educadores de ensino de terceiro grau para participarem da fundação de uma entidade que reunisse as instituições de ensino superior em busca da incessante melhoria da qualidade do fazer educacional e, ao mesmo tempo, para servir de mediadora junto ao MEC em favor do ensino superior privado. A ideia inicial, paulista e regionalizada de Electro Bonini, em São Paulo, assumia, assim, uma posição nacional com a ABMES. O sucesso da implantação, com sua instalação no Hotel Glória, pelo número expressivo de participantes, quase trezentos, já dava ideia da grandeza da instituição que abrigaria os educadores em torno de um projeto comum. Vera Gissoni, na inauguração da ABMES, constatou a vitória do seu esforço anunciador da boa ideia. Se há que se dizer que a ABMES já nasceu grande, com certeza esse mérito pertence em grande parte a ela. Ao longo dos 30 anos, três figuras pontificaram na presidência da entidade: Candido Mendes foi sem dúvida o político-educador que deu os primeiros passos da nova entidade. Depois, fiquei com o toque e

“As pautas apresentadas isoladamente e em conjunto pelas entidades representativas do ensino de livre iniciativa são repetitivas. As promessas ministeriais de acolhimento também são repetitivas. Algumas vezes penso que é um jogo de surdos, sem o uso da linguagem dos sinais.”

a responsabilidade do administrador-educador. Agora temos em Gabriel Rodrigues o educador-inventivo, insuperável na sua criatividade, marqueteiro de boa cepa.

ABMES – Sua gestão ficou marcada pelos primeiros passos da ABMES como uma representação política das instituições de ensino superior, a partir do estreitamento das relações com os Três Poderes, e do compromisso com a pauta educacional, em um momento em que o próprio Ministério da Educação deixava de lado seu papel debatedor. Como foi enfrentar o desafio de trazer essas responsabilidades para a associação?

Aprendi com o Marquês de Maricá que “paciência e tempo fazem mais que força e raiva”. Meu primeiro problema foi de, provinciano como

sou lá das plagas perdidas da Amazônia, bem na confluência do Grande Rio e o Atlântico, me fazer conhecido dos grandes líderes. Pior de tudo foi suceder Candido Mendes, político de indiscutível valor e carioca da gema, dirigente de uma instituição educacional secular conhecida do Brasil inteiro. Tenho a felicidade de constatar que alguns educadores nacionais, que viravam as costas para o ensino privado, acabaram convencidos de que também temos grandes ideais. Se de todo não nos defenderam, pelo menos deixaram de nos atacar. Muitos deles, depois dos ataques iniciais, acabaram até por se tornar mantenedores de ensino superior. Como dirigente da ABMES, participei de inúmeras comissões ministeriais no campo da Educação. Em nenhum momento fui omissa no estreitamento das relações com os Três Poderes. Guardo em minha casa um retrato, presente de Karl Albert



Audiência no MEC sobre reforma universitária e apresentação do ProUni. Édson Franco e Fernando Haddad concedem entrevista, em 2004



Padre Décio Teixeira cumprimenta Édson Franco no lançamento do livro "Utopia e realidade", em 1998

de Souza aos meus setenta anos, com dedicatórias muito especiais escritas por Fernando Haddad, Cristovam Buarque, Antonio Ronca e outros mais, para lembrar-me desse fecundo relacionamento. Minha estatura física minúscula facilita a identificação da minha humildade.

ABMES – É inevitável que, com o passar do tempo, os ideais e sonhos dos pioneiros que fundaram uma instituição com mais de três décadas tenham se modificado e evoluído. O senhor consegue ver na trajetória da ABMES uma grande mudança de valores?

Na época inicial da ABMES não havia mega-empresendimentos educacionais no país. Claro que isso concorreu para que mantenedores frequentem hoje as reuniões da ABMES menos que no passado. Com o número e a diversidade

de instituições de ensino superior privado também surgiram necessidades diferenciadas entre nós. Muitos dos grandes educadores do passado delegam a seus representantes a participação nos encontros da ABMES. Não posso dizer que mudaram os valores. Posso dizer também que muitos dos objetivos iniciais persistem, embora a esperança dos bons tempos para o ensino privado seja cada vez mais tênue. A caminhada do processo galopante de regulação tem-se constituído numa tortura para o ensino de livre iniciativa. A recente implantação de novas instituições públicas de ensino superior demonstra, claramente, que a regulação não foi feita para a área pública. É a lei do "façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço". Com as regras estabelecidas na regulação, para além da legislação, muitas das entidades públicas recém-criadas não subsistiriam.

ABMES – Qual foi a participação do setor educacional particular para a consolidação do ensino superior nacional, levando em conta que, nos últimos 15 anos, o crescimento do número de vagas e matrículas no ensino superior praticamente quintuplicou, impulsionado pela ascensão das instituições particulares? A que se deve essa grande expansão? Há episódios específicos dessas conquistas nos quais se pode ver a participação da ABMES?

A ABMES sempre foi favorável à livre concorrência entre instituições de ensino superior. A expansão da concorrência aguça a busca dos diferenciais de qualidade. O crescimento constatado no ensino de terceiro grau chega a assustar, especialmente porque a desenvoltura das oportunidades escolares de ensino médio não têm sido tão elevadas. O ensino privado está

alcançando a população de menor poder aquisitivo. A classe C – 54% da população brasileira, segundo os últimos estudos – já se encontra entre nós. Enquanto temos de oferecer o ensino para essa classe C emergente, somos impelidos a gastar mais com o ensino superior nas despesas de custeio em vista da legislação açodadamente estabelecida. A regulação tem sido mais exigente do que a própria legislação. Sobram mais vagas no ensino privado do que no ensino oferecido pelo Estado, mas mesmo assim este tem recorrido a inúmeras “repescagens” para preencher as vagas que oferece. É certo que há cursos in e cursos out. O MEC tem medo de estimular o ensino particular. Já passamos até por alguns períodos de “fechamento” do protocolo ministerial, bem como da limitação de um máximo de três cursos a serem pedidos para a devida autorização...

ABMES – Muitos desafios foram levados ao MEC na tentativa de garantir o espaço de interlocução junto ao governo na defesa dos interesses do segmento privado. Certamente inúmeras conquistas foram alcançadas, mas tantas outras ainda são necessárias. Como o senhor enxerga a evolução da postura do Ministério da Educação em relação às pautas das IES particulares?

As pautas apresentadas isoladamente e em conjunto pelas entidades representativas do ensino de livre iniciativa são repetitivas. As promessas ministeriais de acolhimento também são repetitivas. Algumas vezes penso que é um jogo de surdos, sem o uso da linguagem dos sinais. Embora por formação não possa ser cético, lastimo que o MEC seja tão tímido diante das propostas do setor privado. A evolução



Cristovam Buarque e Édson Franco no seminário “Universidade: porque e como reformar”, em agosto de 2003

do acolhimento das nossas propostas é calculada pelos passos das tartarugas.

ABMES – Os programas de inclusão social no ensino superior criados pelo Governo Federal, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), passaram por uma série de reformulações desde sua criação. Na mídia, são anunciadas diversas facilidades para estudantes que buscam financiamento. Além disso, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ano após ano, se afasta cada vez mais de seu princípio de avaliação para se transformar em um grande vestibular unificado. A presidente Dilma Rousseff chegou a dizer que, nas atuais circunstâncias, “só não estuda quem não quer”. Como o senhor avalia essas iniciativas?

Sou do tempo do começo do Fies e do nascimento do ProUni. Aliás, cheguei a integrar, no MEC, várias comissões do Fies. Minha participação no ProUni foi grande. O próprio Ministro Haddad sempre fez referências especiais à minha participação, inclusive em pronunciamento em reunião da União Nacional dos Estudantes, a UNE. O Enem é uma triste história de sucessivos erros e deslizes. Pensar o Enem como um vestibular nacional é de uma incoerência provinciana. Claro que algumas IES entendem que o Enem pode ser um modo de deixar que os outros façam o que deveríamos fazer. “Só não estuda quem não quer”, expressão que vem sendo repetida, é uma frase publicitária de efeito, mas não chega a ser verdadeira em todo o sentido. Pretende o MEC implementar algum benefício e logo em seguida aperta as travas.



Audiência no Ministério da Educação sobre reforma universitária, em 2004

“Quando a gente olha para trás percebe o quanto poderia ter sido feito. (...) Ah! Se eu pudesse voltar a viver.”

ABMES – Durante sua gestão na ABMES foram intensas as discussões do setor privado com os órgãos do governo sobre a oferta de vagas a alunos candidatos ao ensino superior, em troca de isenção fiscal, que deu origem ao ProUni. Quais foram os pontos positivos e negativos dessa negociação?

Tenho tristeza pela forma com que vem sendo executado o Fies. A delonga na liberação de recursos é uma tônica desse programa. O ProUni foi combatido por muitos educadores do ensino público, mas as críticas feitas não pegaram. Ainda há, porém, formas de aperfeiçoamento do Fies e do ProUni e elas precisam ser levadas a efeito.

ABMES – No tempo em que permaneceu na cadeira de presidente da ABMES, as ações de

divulgação intelectual da associação ganharam fôlego especial. Revistas e jornais foram revitalizados, novos canais de comunicação criados, bem como os seminários mensais da ABMES. Qual importância o senhor atribui a essa etapa para o posicionamento da ABMES como uma entidade voltada para o debate e a informação?

A ABMES tornou-se mais respeitada pela qualidade e regularidade de suas publicações. Quem pensa, escreve. Não chego a ser um marqueteiro como o ilustre professor Gabriel Rodrigues, mas gosto de me comunicar e fazer com que as comunicações sejam divulgadas. Houve casos em que o MEC passou a ser “cliente” assíduo das nossas publicações. A publicação sistemática da legislação educacional sempre foi requerida pelo MEC. É bonito ver nossas publicações nas

mesas dos servidores do MEC. Embora soframos algumas críticas, alguns dos servidores do Ministério usam do que divulgamos. Assim mesmo, na hora de indicar educadores para serem integrantes do Conselho Nacional de Educação, a ABMES é esquecida. Será que o Ministro tem conhecimento pleno da lista das entidades indicadoras de candidatos ao CNE?

ABMES – A representação do ensino superior conta hoje com diversas entidades espalhadas pelo Brasil. São sindicatos, associações e federações, representantes de centros universitários, universidades, faculdades, mantenedoras e educadores. O senhor considera uma preocupação a fragmentação do setor? Ela já era esperada há alguns anos? Qual seria o papel da ABMES junto a essas representações?

Embora absolutamente legítimas e até necessárias, temo pela pulverização das representações das nossas entidades. O MEC, por bom tempo, se aproveitou dessa pulverização e quando pode ainda se aproveita. Creio que a ABMES deve continuar a trilhar sua postura de vanguarda nas propostas para qualificação e crescimento do ensino superior privado. Há entidades que no passado eram demais respeitadas e que hoje se encontram no limbo das preocupações ministeriais e governamentais. A ABMES tem tido excelente desempenho no Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Creio que deve cuidar, cada vez mais, do aperfeiçoamento dos seus estudos para continuar sua liderança.

ABMES – O papel e o desempenho do ensino particular têm sido objeto de controvérsias e desencontros, principalmente na segunda metade dos anos 90, quando teve início sua grande expansão. Alguns críticos desqualificam o papel das instituições particulares e a postura do MEC em relação ao crescimento do número de instituições é de constante cautela, uma vez que deixa a entender que o aumento estaria diretamente relacionado à falta de qualidade dos cursos. Como podemos avaliar o papel da iniciativa privada nesse contexto?

Há muitas instituições que surgiram na onda da expansão. A ideia de qualidade para o Governo nem sempre coincide com essadifusão. Reclamo da mesmice de alguns projetos de instituições de ensino superior. Reclamo também que a expansão do ensino superior público esteja sendo feita com reduzidos critérios de qualidade, só que o MEC vem escondendo as informações. Interessante que já há também alguns



Édson Franco comparece ao Congresso Nacional para discutir a crise de energia nas instituições, em 2001

sinais de corrupção no ensino superior público. O Fantástico, as revistas nacionais semanais e os Tribunais não têm deixado por menos as “condenações” da corrupção. A mídia, todavia, explora muito pouco a questão educacional, intrinsecamente considerada.

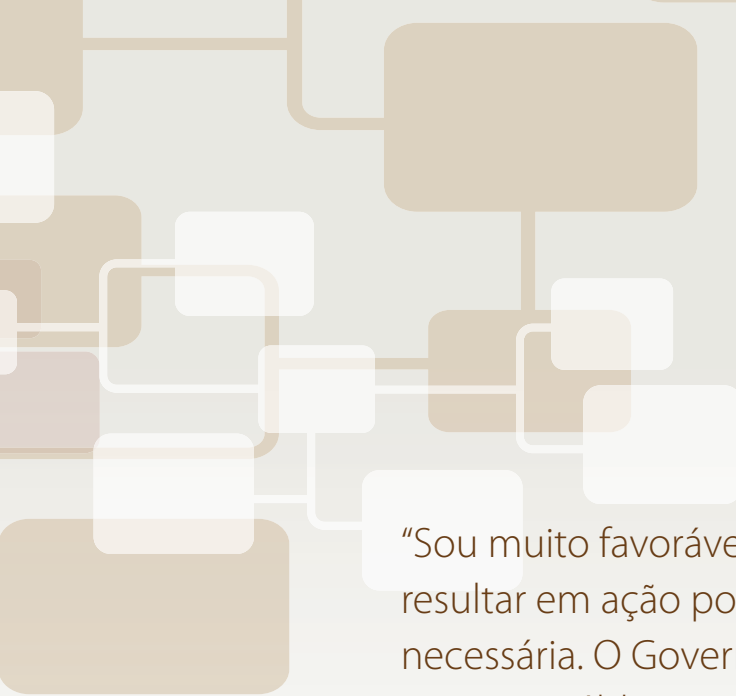
ABMES – Ao olhar para trás, qual o sentimento que fica ao pensar sua gestão frente à ABMES? Há algo que talvez tivesse feito diferente?

Muita coisa. Quando a gente olha para trás percebe o quanto poderia ter sido feito. Faltou apoio às instituições nascentes. Faltaram encontros regionais de aperfeiçoamento. Acabamos por constatar algumas cópias de projetos. Faltou discutir mais amplamente a questão das megainstituições. Poderíamos ter discutido mais amplamente as questões de gestão do ensino

superior privado. Ah! Se eu pudesse voltar a viver. Percebo que algumas instituições da iniciativa privada careceram, ao longo do tempo, de um repensar econômico-financeiro.

ABMES – Em sua opinião, qual seria o caminho para que a educação superior no Brasil cresça de forma efetiva e com qualidade?

Confesso que minha preocupação primeira está voltada para a concreta definição da missão de algumas das nossas entidades. Missão é compromisso. Missão exige compartilhamento de executores. Por outro lado temos de produzir mais para a mídia de maneira a conseguirmos a boa opinião da sociedade. Já passamos pelo debate das mensalidades, graças a Deus. Isso está para trás. Temos de convencer o Governo que o dito constitucional do “ensino, pesquisa



“Sou muito favorável ao diálogo, como ponto de partida. Se o diálogo não resultar em ação positiva, o caminho do enfrentamento será a consequência necessária. O Governo adota uma postura contraditória, como se o ensino superior público integrasse a sua base de apoio e, em vista disso, toma o ensino de livre iniciativa como integrante dos partidos dissidentes.”

e extensão” não é algo que seja obrigatório e artigo de fé para todas as universidades, centros universitários e faculdades.

ABMES – Com relação à ABMES, quais planos o senhor vislumbraria para o sucesso das ações e para o crescimento da participação da entidade?

Sou muito favorável ao diálogo, como ponto de partida. Se o diálogo não resultar em ação positiva, o caminho do enfrentamento será a consequência necessária. O Governo adota uma postura contraditória, como se o ensino superior público integrasse a sua base de apoio e, em vista disso, toma o ensino de livre iniciativa como integrante dos partidos dissidentes. Essa postura é inconsequente. As greves nas instituições públicas têm demonstrado que o apoio às ideias

governamentais nem sempre é irrestrito. Será que o ensino superior público só aceita a ideia de beber do leite dos recursos governamentais? Qual a razão de não buscar recursos de patrocinadores privados? Uma linha da qual jamais me afastaria é a linha das publicações. Esta é imbatível. É ela que permanece na mente dos educadores e do próprio MEC. 🌐





Gabriel Mario Rodrigues

Empreendedorismo educacional

Tendo como base os ideais, as linhas de ação e os princípios estabelecidos nas gestões de Candido Mendes e Édson Franco, Gabriel Mario Rodrigues fortaleceu as ações no âmbito acadêmico e deu um grande salto na direção de uma atuação política forte e consistente. Presidente da ABMES desde 2004, Gabriel trouxe a missão de consolidar a ABMES como entidade representativa do ensino superior particular, apostando na articulação, na união dos mantenedores e na elaboração de propostas para a melhoria do ensino superior, tornando-a apta para enfrentar os novos desafios do século XXI.

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura Mackenzie e grande estudioso das estratégias de Comunicação Empresarial, Gabriel Mario Rodrigues é empreendedor por natureza. Em 1971, criou o primeiro curso superior de Turismo do Brasil, pela Faculdade de Turismo do Morumbi. Diretor da Faculdade Anhembi Morumbi desde 1971, passou a integrar o dia a dia da instituição permanentemente, onde se tornou reitor em 1997, na já intitulada Universidade Anhembi Morumbi.

A representação política fez-se presente em toda sua carreira, tendo atuado como membro do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), do conselho deliberativo da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), do conselho curador da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp) e fundador e secretário-executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.



Gabriel Mario Rodrigues cumprimenta Electro Bonini durante a comemoração de 10 anos da ABMES, em 1992

“A união de todas as instituições que representam o ensino superior possibilitaria melhor debate sobre nossas demandas comuns junto ao Estado. Se nós falássemos a mesma língua com o Governo, diferentemente do que era feito há alguns anos, poderíamos alcançar muito mais.”

ABMES – Na condição de atual presidente e profundo conhecedor do setor educacional superior brasileiro, como é possível avaliar a iniciativa de criação de uma entidade como a ABMES? Os desafios ainda são os mesmos de 30 anos atrás?

A primeira fase vivida pela ABMES, à época dos pioneiros, abrange as décadas de 1960 e 1970, tempo em que o ensino superior particular praticamente começava a substituir o Estado na oferta de cursos universitários. Essa é a época dos “excedentes”, aqueles que prestavam vestibulares nas instituições do Estado, passavam e não tinham onde dar início aos estudos. Nessa época, as instituições foram sendo criadas para atender à população que emergia em um país que estava começando a dar os primeiros passos para seu desenvolvimento. É na segun-

da fase que essas instituições vão se estruturando. Principalmente a partir da década de 1980, elas passam a se transformar em universidades e, mais tarde, também em centros universitários. Naturalmente, faculdades com 20 e 25 anos de criação buscaram autonomia para credenciar novos cursos. Nessas duas primeiras fases, o ensino superior era frequentado em sua maioria pelas famílias da elite, que orientavam seus filhos a cursar as melhores universidades públicas com o objetivo de garantir as melhores profissões na sociedade e na política. A partir dos anos 1970, a classe média alta e a classe média também são “convocadas” a se formar. Quando chegam os anos 1990, as classes de menor poder econômico, em função do próprio desenvolvimento do país, passam a querer, e poder, cursar universidades.

Dentro desse contexto de grandes mudanças, o papel da ABMES foi sempre de orientar os mantenedores e, em cada fase desse crescimento, buscar trazer a experiência daqueles que conhecem a fundo a atuação do setor, para que as instituições pudessem acompanhar o grande momento de mudanças que estava chegando. A ABMES sempre se pautou em orientar as instituições brasileiras para que tivessem condições de alcançar maiores resultados dentro do ensino superior no que diz respeito à qualidade das suas instituições e também nos resultados que pretendem alcançar.

ABMES – Tendo em vista as ações que já haviam sido consolidadas nas gestões anteriores e o caminho que ainda era necessário percorrer, que postura o senhor decidiu adotar ao assumir a presidência da ABMES?



Ladeado por Gabriel Mario Rodrigues e José Roberto Covac, Fernando Haddad fala sobre ProUni, em 2005



José Janguê Diniz, Euler Bahia, Abib Curry, Cristovam Buarque, Gabriel Mario Rodrigues e Carmen Luiza da Silva, em 2007

Particularmente, durante a minha gestão, buscamos investir em uma comunicação mais integrada com nosso associado. Com o apoio do site [www.abmes.org.br], de nosso blog [www.abmeseduca.com.br] e de todo o sistema de comunicação oferecido aos associados, buscamos essa interação.

Por outro lado, é visível que, nos últimos anos, nas relações com os órgãos públicos, a ABMES tenha vivido a necessidade de estar mais intimamente ligada aos temas nacionais, a fim de defender as causas levadas pelas instituições. Candido Mendes, primeiro presidente da ABMES, é um grande filósofo e pensador. Seu discurso trazia o ideal utópico do papel das instituições e orientava as primeiras lutas para a valorização do ensino particular. Com a entrada de Édson Franco, a ABMES caminha para o avanço na área educacional. Ele

implantou com sucesso a discussão e a documentação dos temas educacionais.

Mas, nesses últimos dez anos, a competição entre as instituições é muito mais forte. Para suprir essa nova demanda, sem fugir aos temas educacionais, foi necessário por em pauta os temas gestão e marketing, por meio de seminários mensais, com a presença de especialistas e com o objetivo de oferecer subsídios para que faculdades, universidades e centros universitários pudessem administrar melhor suas instituições.

ABMES – Como o senhor analisa a sua gestão? Quais fatos podem ser lembrados ao se analisar o decorrer das mudanças importantes que ocorreram na educação do país durante esse período?

A ABMES foi a primeira das instituições, sendo a única a representar o setor na época em que foi criada. Tempos depois, criou-se a Anup [Associação Nacional das Universidades Particulares]. Mais tarde, foi a vez de nascer a representação para os centros universitários, a Anaceu [Associação Nacional dos Centros Universitários] e para as faculdades, a Abrafi [Associação Brasileira de Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas]. Durante os anos que estou na ABMES como presidente, procurei mostrar – e acho que foi uma estratégia positiva – que a união de todas as instituições que representam o ensino superior possibilitaria melhor debate sobre nossas demandas comuns junto ao Estado. Se nós falássemos a mesma língua com o Governo, diferentemente do que era feito há alguns anos, poderíamos alcançar muito mais. O Governo sempre se aproveitou da falta de



Gabriel Mario Rodrigues ao lado da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, durante o III Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em 2010



Walter Pacheco, Humberto Magalhães, Paula B. de Mello, Rodrigo Capelato, Átila Lira, Gabriel Rodrigues e Antonio Correa no seminário sobre o "Novo Fies", em 2010

articulação e das diferentes formas de pensar e atuar de cada instituição para, assim, tomar atitudes nulas.


ABMES – Em sua visão, o Ministério da Educação está no caminho de atender plenamente as necessidades do ensino superior brasileiro, do setor particular, e principalmente dos milhões de jovens e adultos que buscam formação superior? O que podemos esperar da gestão de Aloizio Mercadante à frente da pasta?

O relacionamento com o Estado nunca foi favorável ao ensino particular. A concepção que sempre se dissemina é de que o ensino deve ser gratuito, quando todos sabem que não existe educação de graça: alguém sempre está pagando. Dessa forma, as relações do setor privado com o Estado, no sentido de

se travar conversas mais intensivas, melhorou com a presença do ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, ainda que todas as nossas legítimas propostas não tenham sido atendidas. O nosso grande desafio é manter e aprimorar o espaço de diálogo com Aloizio Mercadante, o atual ministro, um diálogo franco frente ao Ministério. E, acima de tudo, esperamos ter mais avanços. Talvez, nem tanto pela postura do novo ministro, mas principalmente pela postura do nosso setor.

ABMES – Ao analisar os 16 anos que o Brasil passou sob a guarda dos ex-presidentes FHC e Lula, como podemos avaliar a atuação da presidente Dilma em relação às ações positivas e possíveis falhas na condução da educação brasileira? Avançamos ou regredimos nesse sentido?

Seja quem for o presidente, ele nunca vai deixar de estar ligado ao desenvolvimento do país. E desenvolvimento do país é dependente da formação de recursos humanos, desde a educação básica até a superior. Veja o presidente americano Obama que, em uma das suas primeiras apresentações públicas, discursou em uma escola primária. Ele tem como alvo principal a educação tal como a Dilma. Ela demonstra especial preocupação com a educação básica, que é garantia da qualidade do ensino. Nós já conseguimos a universalização da educação. Agora é a qualidade da educação básica que será o novo desafio, bem como o investimento em escolas técnicas. Dar educação e trabalho para a classe que mais precisa. A presidente Dilma tem a percepção de que a educação está diretamente ligada à formação de profissionais e ao crescimento do país, de sua economia. Outras percepções da Dilma



“Busco passar adiante esse desafio, sobretudo aos associados da ABMES: garantir que o estudante que busca formação superior tenha melhor qualificação, tornando possível o ideal do “melhor profissional”. Dessa forma, possibilitaremos ao Brasil transformar-se em nação poderosa em todas as suas áreas produtivas.”

– e que a ABMES particularmente valoriza – são o investimento no financiamento e o apoio ao estudante de baixa renda, bem como a internacionalização do ensino, ao incentivar que alunos de pós-graduação, principalmente, possam conhecer outros países, garantindo assim maiores vantagens e melhor formação.

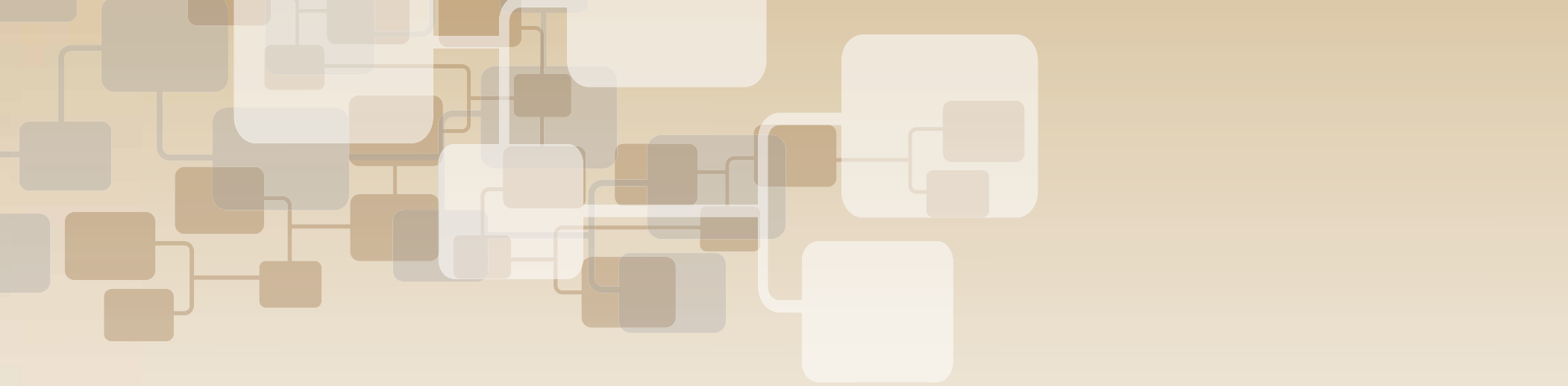
ABMES – Para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), a avaliação deve respeitar a identidade e a diversidade de instituições e dos cursos e contar em todo o processo com a participação dos dirigentes, professores, alunos e funcionários. Como o senhor vê o papel desse dispositivo para a melhoria do ensino?

O setor particular de educação sempre foi favorável à avaliação e, por outro lado, advogou por

anos que o modelo adotado pelo MEC precisaria estar ancorado no prévio entendimento entre o avaliado e o avaliador, a fim de garantir que os objetivos pedagógicos do processo fossem alcançados. Tudo deveria estar amparado pela Lei do Sinaes [Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Lei nº 10.861/2004], que estabelece antes de tudo o respeito à identidade e à diversidade de instituições e dos cursos. O Sinaes se baseia na avaliação interna e externa da instituição e de seus cursos, enquanto o Enade [Exame Nacional de Desempenho do Estudante] pretende avaliar os discentes, em conformidade com as diretrizes curriculares estipuladas pelo MEC, bem como as habilidades e competências para o desempenho profissional.

Para não precisar visitar todas as instituições, o Inep criou o CPC [Conceito Preliminar de

Cursos] para fins de reconhecimento de cursos. Com este raciocínio, somente a minoria das instituições, cerca de 20%, que tirasse notas 1 e 2 seriam visitadas pelas Comissões de Especialistas. As que tivessem obtido notas de 3 a 5 teriam seus cursos automaticamente reconhecidos. O que significa uma economia de tempo, de trabalho e de recursos. Na realidade, o CPC é um arranjo estatístico ardiloso, onde 70% da nota é originária do Enade e 30% das avaliações do corpo docente. Desta metodologia decorre o IGC [Índice Geral de Cursos], média ponderada dos CPCs, que a mídia erroneamente considera como medidor da qualidade das instituições. O que as instituições particulares não concordam é que tais índices provisórios estejam sendo entendidos como definitivos e que o sistema regulatório seja baseado neles. Os índices são provisórios



“Uma das minhas maiores preocupações é a imagem que as instituições constroem perante a comunidade, o Governo e a sociedade. Por isso as estratégias inovadoras das faculdades e universidades devem estar de acordo com seu papel educacional e devem ser promovidas como tal.”

e foram criados para não haver necessidade de se fazer avaliação presencial de todo o sistema como determina o Sinaes.

ABMES – A atuação da ABMES, ao lado das demais instituições que compõe o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, buscou alcançar um diálogo ainda mais próximo com o Ministério da Educação. As metas têm sido cumpridas nesse sentido?

Os membros do Fórum representam instituições de perfis diferentes o que, em princípio, dificultaria a conciliação de interesses distintos. Mas, durante o processo de trabalho, ficou evidente que a causa de todos é a mesma: buscar a união, o fortalecimento e o respeito do setor como um todo junto aos órgãos governamentais. A tendência, a meu ver, é que essa união

auge ainda mais e as instituições, bem como o Fórum, passem a ser vistos como um organismo só, em unicidade. É um movimento natural. Da mesma forma que as instituições de ensino estão se unindo, fundindo-se, para a garantia da qualidade, suas representações vão acabar vivendo o mesmo fenômeno. A atuação do Fórum só tem crescido e alcançado repercussão fora do âmbito educacional. Cinco congressos nacionais de educação superior já foram realizados pelo grupo, sempre com o objetivo de discutir os grandes temas educacionais, compreendê-los e adequá-los aos novos caminhos exigidos pelo desenvolvimento pelo sistema universitário brasileiro.

ABMES – Atualmente, pode-se verificar grande número de instituições de ensino de pequeno e médio portes sendo absorvidas por grupos

educacionais, em fusões de relevância para a economia brasileira. Como o senhor avalia esse fenômeno?

Havia uma demanda muito maior que a oferta e, por isso, as escolas cresceram pela própria demanda espontânea. Bastava ter uma estrutura administrativa razoável, pois o volume de candidatos sempre foi muito maior. Nessas fases iniciais [da educação superior], o Estado nunca deixou espaço livre para as instituições crescerem. De tempos em tempos, apareciam resoluções impedindo que as instituições solicitassem cursos ao extinto Conselho Federal de Educação. O nosso trabalho foi de quebrar esses impedimentos para o crescimento das instituições. Acredito que todas elas podem crescer e acolher os alunos, bem como romper os obstáculos que são criados para impedir a abertura de cursos.



Gabriel Mario Rodrigues concede entrevista sobre a auto regulamentação mensalidades, após seminário realizado na ABMES, em 2005

O país está crescendo. Para isso, precisa de educação e de gente preparada. Para se desenvolver dentro das necessidades do mercado e da economia, o Brasil precisa de educação e formação de qualidade. Esse é um grande desafio que nós assumimos. Nosso público agora é a classe de menor poder aquisitivo. Como a competição entre instituições é maior, a tendência é a busca por faculdades que ofereçam cursos com mensalidades mais baixas e estruturas de custos mais acessíveis. Porém, preservando a qualidade. Isto só é possível com os grandes grupos educacionais. Um movimento nascido nessa última década de grandes expansões é o processo de consolidação das instituições: a tendência de agrupamento. Uma instituição maior adquire outra, ou mesmo várias menores, e consolida as estruturas organizacionais, possibilitando

mais recursos para investimento na educação e melhor ensino.

ABMES – Em tempos onde a capacidade de investimento financeiro pode nortear o futuro e sucesso de uma instituição de ensino particular, como o senhor examina a participação do gestor educacional e das representações de ensino para garantir o sucesso da educação acima dos interesses corporativos?

Essa nova tendência leva a ABMES a trabalhar em mais uma frente: no atendimento das pequenas instituições. Os grandes conglomerados não vão se interessar por uma faculdade situada numa cidade que não tem possibilidades de crescimento. Cabe a nós atender as demandas dessas instituições. Na hora em que o Governo compreender que essas instituições são impor-

tantes para o próprio desenvolvimento da educação – porque elas estão espalhadas por todo o Brasil e atendem diversas regiões – será necessário definir mecanismos para ajudá-las. A ABMES está começando a trabalhar nesse sentido. O tempo é de competição, como já foi dito. Para se manter, as faculdades estão aperfeiçoando suas gestões, profissionalizando seu pessoal e absorvendo profissionais de outras áreas para agregar valor ao serviço prestado e à qualidade do atendimento. Por outro lado, o Governo usa de mecanismos nem sempre perfeitos para promover cortes absurdos nas instituições que mais precisam de apoio. Acredito que a saída seja investir no bom trabalho de orientação a fim de proteger as pequenas faculdades que vão ter, certamente, problemas enquanto essa realidade não mudar.

“Qualquer plano de ações para a ABMES que deixe de lado a prestação de serviços ao associado não tem visão de sucesso.”

ABMES – A ABMES vem apostando em iniciativas como a Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular, a valorização de iniciativas inovadoras das instituições, o reconhecimento de personalidades que têm contribuído para a educação brasileira, como os prêmios Top Educacional Professor Mário Palmério, Milton Santos de Educação Superior e Concurso de Vídeos sobre as ações das instituições. Qual a importância dessas iniciativas?

Uma das minhas maiores preocupações é a imagem que as instituições constroem perante a comunidade, o Governo e a sociedade. Por isso é que as estratégias inovadoras das faculdades e universidades devem estar de acordo com seu papel educacional e devem ser promovidas como tal. Considero que todos

precisam focar em ações de valorização para mostrar à sociedade que existem trabalhos de grande valor realizados por essas organizações educacionais, desde as menores até as maiores instituições. Daí vem o foco dos projetos como a Campanha de Responsabilidade Social no Ensino Superior Particular. Muitas faculdades conquistam sucesso nas ações realizadas nas cidades pequenas, mas parece que o trabalho se perde naquele contexto. Infelizmente, o bom trabalho pode ficar isolado e tornar-se comum. A intenção da ABMES nesse sentido é estimular e dar visibilidade às excelentes iniciativas desenvolvidas por essas IES.

ABMES – É possível colocar no papel o que falta para a educação brasileira? Quais seriam, em sua opinião, os planos para uma boa gestão do ensino superior?

A verdade é que o Brasil está crescendo. O país passa por um período em que dois terços da população estão concentrados na faixa etária produtiva, de 15 a 64 anos. Essa fase, chamada de bônus demográfico, confere ao país condições únicas em sua história para se desenvolver. Essa porcentagem de pessoas ativas continua a aumentar, podendo chegar a mais de 70% em 2020. Precisamos aproveitar esse momento para crescer, como uma estratégia para o desenvolvimento do país. Busco passar adiante esse desafio, sobretudo aos associados da ABMES: garantir que o estudante que busca formação superior tenha melhor qualificação, tornando possível o ideal do “melhor profissional”. Dessa forma, possibilitaremos ao Brasil transformar-se em nação poderosa em todas as suas áreas produtivas.



Gabriel Mario Rodrigues e Luiz Claudio Costa no seminário Políticas Públicas para a expansão do Ensino Superior brasileiro, em 2011

ABMES – E com relação ao futuro da ABMES: que planos o senhor traçaria para que a associação continue a crescer pautada pela responsabilidade e inovação?

No momento que a ABMES conseguir focar seu trabalho na visibilidade das instituições de ensino superior, quando tiver uma relação mais efetiva com o Governo e quando conseguir com o seu empenho alcançar um processo de avaliação justo – em conformidade com o que o setor precisa e espera da aplicação da Lei do Sinaes – poderá dizer que o seu papel está sendo cumprido por completo. Imagino um futuro onde conseguiremos focar na necessidade das instituições. Qualquer plano de ações para a ABMES que deixe de lado a prestação de serviços ao associado não tem visão de sucesso. Precisamos apostar na comunicação, apostar

no relacionamento mais próximo ao Governo, buscar solucionar e oferecer caminhos para que a questão da avaliação passe a ser vista como um processo natural e positivo. Precisamos continuar na busca pelo aperfeiçoamento das práticas educacionais do setor, da gestão e das estratégias, afinal, serão as melhores iniciativas que trarão o reconhecimento devido às instituições. 🌐





Fundadores

No momento histórico de criação da ABMES, vivíamos o clima do preconceito e do vezo ideológico instalado na área pública e não tínhamos o foro e a voz que falasse por nós. A ABMES foi criada para isso, para ser nossa porta-voz e nossa representante onde nossos direitos precisassem ser respeitados. Essa instituição não se afastou desse caminho. Ao longo de sua trajetória, honra e orgulha seus associados por suas posições corajosas e voltadas à defesa intransigente do ensino particular.

Paulo Newton Paiva Ferreira



Vera Costa Gissoni – Centro Educacional de Realengo – Chanceler da Universidade Castelo Branco

Lembro-me ainda da minha peregrinação pelo Brasil – do Amazonas ao Rio Grande do Sul –, em busca de parceiros dispostos a construir comigo uma associação que unisse e representasse, de forma séria e inovadora, as instituições de ensino superior privadas. Era o início dos anos de 1980, não existiam tantas universidades e precisávamos, naquele momento, ter uma voz forte, única, que falasse em nome dos mantenedores.

Apesar de exaustiva, não foi uma tarefa difícil, afinal, levava aos quatro cantos do país uma proposta irrecusável: criar uma entidade que, organizada, pudesse suprir a pouca representa-

ção das universidades de ensino superior privadas no âmbito nacional. Eu sonhei. Sonhei com uma associação grande, forte, coesa. Em maio de 1982 realizamos o “1º Encontro dos Mantenedores de Ensino Superior”, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Foi o primeiro grande passo para a consolidação da ABMES. Meu sonho, finalmente, começava a tomar forma. Passaram-se 30 anos e conquistei meu objetivo! Hoje, diante da importância e do tamanho da ABMES, tenho absoluta certeza de que tudo valeu a pena e que o esforço empreendido em prol da Educação não foi em vão. Temos o apoio de profissionais competentes e comprometidos com a missão de representar e apoiar o desenvolvimento das instituições de ensino superior brasileiras. Tenho orgulho de fazer parte desse grupo de centenas de instituições e continuo a sonhar, agora, com um futuro ainda mais próspero para a nossa associação. A universidade brasileira privada cresceu porque realiza constantemente o intercâmbio de informações e de talentos entre si e com outras instituições, tornando-se um referencial de qualidade. Nós fazemos parte disso. É tempo de fortalecer os laços dos nossos mantenedores e preparar os nossos sucessores para levar avante o legado de amor e dedicação à universidade brasileira que construímos.



Candido Mendes, Vera Gissoni, Rubem Ludwig e Gabriel Rodrigues durante encontro de associações mantenedoras de ensino, em maio de 1982



Amélia Maria Cerqueira Uchoa –
Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda
– Vice-reitora da Universidade Tiradentes

Chegar aos 30 anos permanecendo comprometida com os objetivos a que se propôs ao ser criada, não é tarefa fácil. Contudo, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior é um exemplo de que isso é possível. Para nós que fazemos a Universidade Tiradentes e para todos aqueles que, igualmente, lutam em favor da formação de uma Educação Superior de qualidade, a ABMES é uma instituição que nos enche de orgulho.



Flávio Romeu D'Almeida Reis – Sociedade de Educação Ritter do Reis – Reitor do Centro Universitário Ritter dos Reis

A Reitoria e a comunidade acadêmica do Centro Universitário Ritter dos Reis parabenizam a Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior – ABMES pela passagem de seus 30 anos. Nessas três décadas, a ABMES primou por lutar pelos direitos e interesses de suas instituições associadas, assessorando-as nas áreas pedagógica, técnica, administrativa e jurídica, visando o aprimoramento da educação e da cultura dos brasileiros. Nós do UniRitter ficamos especialmente felizes com essa comemoração, pois fomos um dos integrantes da comissão de formação da ABMES, em agosto de 1982. Nossos mais sinceros parabéns e votos de um caminho ainda mais repleto de êxitos.



Hermínio da Silveira – Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação / Centro Universitário Hermínio da Silveira – Laureate International Universities
Chanceler do IBMR

Ao ensejo do transcurso dos 30 anos de vida organizada da ABMES, cabe ressaltar o fiel cumprimento dos objetivos pelos quais fora ela organizada. Por outro lado, é de se reconhecer a competência de seus dirigentes e funcionários ao longo dessa trajetória, não só pelo importante papel na luta em defesa das mantenedoras das IES, mas também pela promoção de inúmeros eventos visando o fortalecimento e a troca de experiências entre suas Instituições filiadas. Que Deus, na sua sabedoria, continue a derramar bênçãos sem medida sobre nossa querida e amada Associação.



João Carlos Schmitz – Sócio fundador da Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Há trinta anos reuniu-se no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, um grupo representativo de mantenedores do ensino superior privado, oriundos de vários estados, para analisar a possibilidade de fundação de uma entidade que representasse o setor. Nascia a ABMES. Foi um momento memorável. Lembro-me dos educadores que lideraram o movimento. Citando-os, homenagem a todos que participaram da Assembleia – Candido Mendes de Almeida, Édson Franco, Gabriel Mario Rodrigues, Vera Costa Gissoni, Vitorio Lanza e Marlene Salgado. Destaco o relevante papel da ABMES quando da elaboração da atual Constituição, junto aos constituintes, em defesa do ensino superior privado. A ABMES, ao completar seus trinta anos, pode comemorar suas conquistas e realizações. Com muita honra, participei da fundação da ABMES e integrei o Conselho da Presidência durante vários anos.



Jouberto Uchôa de Mendonça – Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda – Reitor da Universidade Tiradentes

Nós que fazemos a Universidade Tiradentes há 50 anos temos imenso orgulho de figurar entre as IES que contribuíram para o surgimento e a consolidação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Ao longo dos últimos 30 anos esta é uma instituição que constrói e consolida uma história ímpar, cuja essência reside na prestação de significativos serviços em prol do Ensino Superior Brasileiro e das mantenedoras do ensino superior. Queremos parabenizá-la, aproveitando o ensejo para desejar vida longa à ABMES.



Manoel Agostinho – Fundação Educacional de Ituiutaba – Ex-Secretário Executivo da ABMES

À época da fundação da ABMES, em 30 de agosto de 1982, então diretor da Fundação Educacional de Ituiutaba/MG, recebi o convite para participar da Assembleia de Constituição da Entidade e da aprovação do seu Estatuto. Valeu a pena.

Hoje a ABMES é respeitada nacionalmente, graças à sua diretoria e conselheiros. Presente ao ato de criação da ABMES, verifiquei a importância da entidade para o futuro do Ensino Superior Privado. Membro do Conselho de Presidentes, posteriormente, Secretário Executivo durante dez anos, pude contribuir para o desenvolvimento da ABMES.



Marlene Salgado de Oliveira – Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura – Reitora da Universidade Salgado de Oliveira

A ABMES vem desenvolvendo um trabalho digno de respeito, confiabilidade e competência, não só na área política como na promoção de eventos e incentivo a projetos de instituições de ensino superior nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Tem-se preocupado com propostas de inovações de currículo, de gestão, de inclusão social e de proteção do meio ambiente, além de possuir uma ilibada reputação como entidade voz das mantenedoras do Brasil. Orgulho-me de pertencer à ABMES.



Ney Robison Suassuna – Presidente da Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica / Anglo-Americano

Um grupo de idealizadores que sempre militou na educação superior resolveu instituir, no início da década de 1980, uma organização nacional para representá-los. Criada depois de acaloradas e frutíferas discussões, em 1982, a ABMES tem exercido um papel relevante para a construção de uma política educacional para o ensino superior. No momento em que comemoramos os 30 anos da ABMES, registramos o devotamento dos nossos líderes – Candido Mendes, Édson Franco, Gabriel Mario Rodrigues, Vera Gissoni e Victorio Lanza – na conquista do espaço que consagrou a entidade no cenário nacional. Temos, ainda, um longo caminho a percorrer na defesa da educação brasileira, que precisa manter sua expansão, para proporcionar oportunidades de aprendizado e de inserção social de todos os brasileiros no mercado produtivo de trabalho.



Oscar Luiz de Moura Lacerda – Instituição Universitária Moura Lacerda – Reitor do Centro Universitário Moura Lacerda

A criação da ABMES traçou uma nova política de desenvolvimento educacional. Permitiu a reunião de forças divergentes para o ideal da formação do cidadão. Luta encetada por um grupo obstinado em dar diretrizes educacionais e esclarecimentos das necessidades e dificuldades enfrentadas pelas Instituições de Ensino Superior Particular ao setor público.

A ABMES é, hoje, órgão máximo de representação das mantenedoras.



Paulo Antonio Gomes Cardim – Febsp Associação Civil – Reitor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

A ABMES, em seus trinta anos de existência, conseguiu realizar efetiva defesa da iniciativa privada na área da educação superior, além de elevar o conceito do nosso segmento, com eventos científicos e educacionais de relevo. Como membro fundador da ABMES e do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, além de presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu) e vice-presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, comemoramos essa data como uma das mais significativas da história da educação particular.



Ronald Braga – Fundação Cultural de Belo Horizonte, MG – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

De uma sementinha quase invisível, há 30 anos, a ABMES tornou-se hoje uma árvore frondosa que estende os seus galhos por todos os estados e cidades do Brasil, a todos distribuindo os frutos da pesquisa, do ensino e da extensão. Desejo que a ABMES reviva os valores essenciais do espírito: viver da doação, da simplicidade, do convívio, do dom de se fazer no outro, vale dizer, da dimensão da criança que tínhamos e fomos perdendo com o tempo. Isso não é religião, é vida da comunidade dos homens. É nesse caminho que deve caminhar a educação: ciência, pesquisa e conhecimento eivados de profunda espiritualidade. Deixar para trás uma educação fragmentada e burocrática para assumir uma educação plena, holística, identificada com as necessidades do planeta, pois esse é o destino da educação.

- **Candido Mendes de Almeida – Sociedade Brasileira de Instrução**
- **Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco – União de Ensino Superior do Pará**
- **Gabriel Mario Rodrigues – ISCP Sociedade Educacional S.A.**
- Antonio Carlos Osório Montenegro – União Pioneira de Integração Social
- Carlos Rodolfo Moglia Thompson Flores – Fundação Átila Taborda
- Célio Antonio de Aquino Ferros – União Educacional de Brasília



Clotilde de G. Maeder

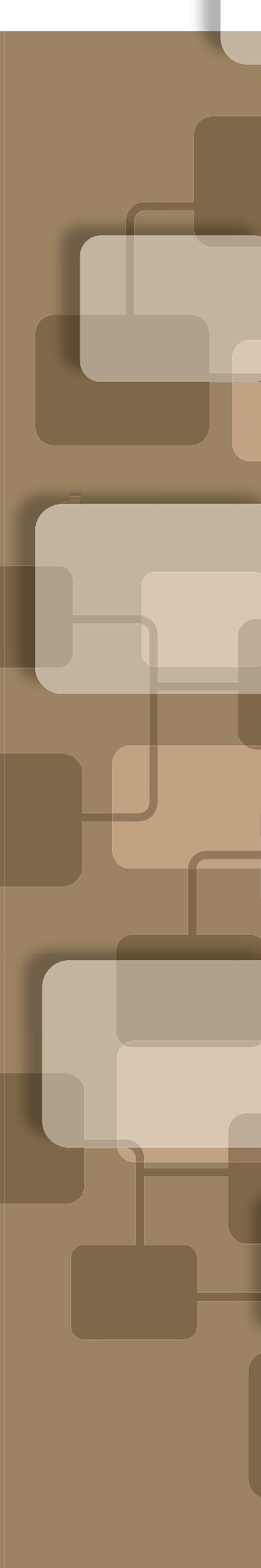


Honório Tomelin



Paulo Newton Paiva

- Clotilde de Guimarães Maeder – Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná
- Daltro Silva e Souza – Silva e Souza Sociedade Educacional do Rio de Janeiro
- Dalva Vieira Martins Ferreira – Fundação Técnico Educacional Souza Marques
- Hélio Leal – Fundação Gildásio Amado
- Honório Tomelin – Diretor da Siracusa Tecnologia da Informação – STI Ltda.
- Irmã Querubina Silva – União Brasiliense de Educação e Cultura
- Joaquim de Oliveira – Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura
- José Geraldo Gomes – União Pioneira de Integração Social
- José Roberto Franco Tavares Paes – Fundação Cultural de Belo Horizonte
- Leopoldina de Souza Marques – Fundação Técnico-Educacional Souza Marques
- Lúcia Maria da Veiga Segall – Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná
- Márcia Rezende – Associação de Educação e Cultura Professor Geraldo Rezende
- Marcos Francisco Pereira – Fundação de Ensino Superior de Passos
- Paulo Newton Paiva Ferreira – Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira
- Ruy da Silva e Souza – Silva e Souza Sociedade Educacional do Rio de Janeiro
- Stella de Souza Marques Gomes Leal – Fundação Técnica Educacional Souza Marques
- Victor José Ferreira – Instituto Metodista Bennett 🌐





Reverência aos fundadores falecidos

Cada homem tem seu lugar no mundo e no tempo que lhe é concedido. Sua tarefa nunca é maior que sua capacidade de cumpri-la. Ela consiste em preencher seu lugar, em servir à verdade e aos homens.

João Guimarães Rosa



Electro Bonini (1913/2011) – Associação de Ensino de Ribeirão Preto

Electro Bonini deixou uma herança inestimável para a Educação Superior no Estado de São Paulo. Caminhante corajoso e audaz, desbravador de caminhos, jamais recuou diante de um sonho, uma promessa, um desafio. Ia à frente de seu tempo, carregando uma bagagem única, que só possuem os privilegiados, os mágicos transformadores de sonho em realidade, abrindo dezenas de portas e janelas para os homens e mulheres de seu tempo. Homens como ele não viveram apenas a própria vida; fizeram dela um

território de descobertas, possibilidades e experiências para todos que tiveram o privilégio de acompanhá-lo nessa jornada ou de viver no seu tempo. Bonini fundou e consagrou a Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), com dois campi: Ribeirão Preto e Guarujá. Entre outras iniciativas, participou ativamente da fundação da ABMES e presidiu a Assembleia de constituição da entidade, em agosto de 1982. Ele, com certeza, comemoraria com alegria os 30 anos de trabalho e conquistas da ABMES.



Electro Bonini, Édson Franco, Severino Sombra, Candido Mendes e Clotilde Maeder à mesa da Assembleia de criação da ABMES



Antonio Paulo Capanema de Souza (1937/1988) – Fundação Educacional Serra dos Órgãos

“Os sonhos e a permanente luta para torná-los realidade foram a maior lição de vida que meu irmão, Antônio Paulo, deixou a todos nós, que tivemos a ventura de com ele conviver. A ABMES foi construída com a argamassa de um de seus mais acalentados sonhos, que foi o de aperfeiçoar e qualificar o ensino superior. Médico hematologista respeitado, professor dedicado e chefe de família exemplar, Antônio Paulo é destas raras pessoas sobre as quais não se deve falar com verbo no tempo passado, já que o sentimos cada vez mais vivo e presente, no seu exemplo de dignidade humana e coragem.

Nós, os seus familiares, agradecemos a generosa iniciativa da ABMES para perpetuar a memória de seus fundadores, de seus verdadeiros heróis aos quais o Brasil tanto fica a dever.” (Desembargador Sylvio Capanema de Souza).



Janir de Carvalho (1927/2012) – Sociedade Educacional Nuno Lisboa

Engenheiro químico, professor do Instituto Militar do Exército (IME), membro da Academia Internacional de Educação, desde a sua fundação, sócio fundador da Sociedade Educacional Professor Nuno Lisboa, mantenedora das Faculdades Reunidas Nuno Lisboa, diretor da Entidade de 1971 a 1995. Janir de Carvalho foi também um pintor premiado em diversas mostras. Sócio Fundador e membro atuante da ABMES, colaborou de forma importante na formulação de propostas para o processo constituinte e para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Destacou-se também na definição de um projeto consistente e inovador para a ABMES, tendo sido o mentor do Código de Ética da Entidade.



João Herculino Lopes (1927/2003) – Centro de Ensino Unificado de Brasília

João Herculino de Souza Lopes nasceu em 20 de fevereiro de 1927, em Sete Lagoas. Desde jovem, demonstrou apurado senso de empreendedorismo e gosto pela educação. Incentivado pelo presidente Getúlio Vargas, elegeu-se aos 23 anos prefeito de sua cidade natal, então o mais novo do país. Poucos anos depois, percebeu a necessidade de novas ofertas de cursos de nível superior na capital e empenhou-se na criação e na fundação, em 1968, do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub), hoje UniCEUB. Faleceu em 2 de maio de 2003. Em 2006, em homenagem póstuma, houve a inauguração do Complexo Cultural da República João Herculino, o último monumento da Esplanada dos Ministérios previsto no projeto original de Oscar Niemeyer da capital do Brasil. Hoje, sua família é a responsável pela continuidade de sua obra.



Joaquim Henriques Vianna Júnior (1918/1994) – Instituto Vianna Júnior

Vianna Júnior foi um visionário. Homem de caráter e inteligência singulares. Seu espírito empreendedor não encontrava barreiras. Filósofo, sociólogo, economista, advogado, filantropo e professor; marcou época por seu pioneirismo. Em 1940, fundou o Instituto Vianna Júnior, ensino fundamental e médio. Em 1970, abriu as portas ao ensino superior, com a Faculdade de Direito. Legou à cidade mineira de Juiz de Fora o que é hoje um dos mais renomados complexos educacionais do país. Vianna Júnior foi membro da Associação de Educadores para a Paz Mundial (Washington/EUA) e Vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1947/1951).



José de Souza Herdy (1924/1989) – Associação Fluminense de Educação

José de Souza Herdy desenvolveu os atributos que o levariam a ser conhecido como professor brilhante, pastor com avançada postura eclesiástica, educador emérito, empreendedor ousado e empresário bem sucedido. No ensino médio concluiu o curso de formação de professores, no superior acumulou conhecimentos adquiridos em Teologia, Filosofia e nas Letras neolatinas. Pós-graduações enriqueceram seu currículo. Fez surgir em Duque de Caxias/RJ, em 1970, a Associação Fluminense de Educação (AFE), mantenedora voltada a instalar o projeto mais ambicioso e visionário de Herdy – a Universidade do Grande Rio, autorizada pelo Ministério da Educação em 17 de junho de 1994.



José Simões e Silva Júnior (1921/2006) – Associação Universitária e Cultural da Bahia

Nasceu em Salvador, em 12 de abril de 1921 e se formou em Medicina, Odontologia e Biologia pela Universidade Federal da Bahia, ali atuando como professor nas Faculdades de Medicina, Odontologia, Biologia e Filosofia. Exerceu a Reitoria da Universidade Católica de Salvador no período 1980/1985 e a Vice-Reitoria (1977/1980). Foi professor titular dessa Instituição nas Faculdades de Educação, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem e na Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública. Faleceu em Salvador, no dia 07 de julho de 2006.



Luthero Vieira (1918/1999) – Centro de Ensino Unificado de Brasília

Pioneiro em Brasília, desde 1958, foi comerciante e industrial até o ano de 1972, quando passou a ter dedicação plena na advocacia e no magistério. Formando da 1ª Turma de Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), tornou-se titular da Assessoria Jurídica e da Cátedra de Direito Privado, Ética e Legislação dos Meios de Comunicação da instituição. Instalou o Juizado Informal de Pequenas Causas – Circunscrição Judiciária do Ceub. Lecionou as disciplinas Relações Públicas II e III, Direito Privado, Sociologia, Publicidade e Propaganda; atuou ativamente como Conciliador e Administrador Geral mediante designação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e exerceu o cargo de Diretor e Redator da primeira Revista de Cultura Universitas, editada a partir do ano de 1978. Luthero Vieira foi um idealista, de fé intensa e inabalável em Deus, presbítero de mais de um templo celular em Brasília, fundados pela Igreja Presbiteriana do Brasil e conhecido Orador e Pregador nos fóruns da capital (TJDFT) e nos púlpitos da Igreja Presbiteriana deste país.



Mário da Fonseca e Silva (1918/1995)– Instituto Brasileiro de Contabilidade

Contador e Professor de Contabilidade Bancária, exerceu os cargos de Professor, Vice-diretor e Diretor da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, atualmente Faculdade Moraes Júnior – Mackenzie Rio. Falecido em 1995, representou o Presidente Professor Píndaro Machado Sobrinho, do Instituto Brasileiro de Contabilidade, entidade mantenedora da Faculdade Moraes Júnior, na solenidade de Fundação da ABMES.



Mario Veiga de Almeida (1917/1995) – Associação Educacional Veiga de Almeida

Órfão aos quatorze anos, transformou-se, por acaso, nessa mesma idade, em professor, título do qual jamais se afastou. O ato de lecionar e dirigir o colégio constituíam seu agradável cotidiano. A magia do ensino desafiou-o a alargar horizontes. Daí, de um Jardim de Infância chegou à Universidade. Sua vida pode ser lida, na plenitude, na trilogia por ele elaborada e que atua como bússola para seus inúmeros seguidores – “luta, persevera, vence”.



Myrthes de Luca Wenzel (1917/2004) –
Fundação Brasileira de Educação

Diplomada em História e Geografia na rede pública do antigo Estado da Guanabara. À frente do Centro Educacional de Niterói (CEN), Myrthes liderou durante trinta e nove anos um projeto educacional que, desde os primórdios de sua criação, caracterizou-se pela inovação, pela ousadia e pela consistência pedagógica e acadêmica. No final dos anos de 1960, implantou no CEN o Ensino a Distância, sendo a primeira instituição particular a ter essa modalidade de ensino. Em 1972, criou a Faculdade do Centro Educacional de Niterói (Facen), que atuou fundamentalmente com cursos de formação superior voltados para as áreas de Magistério e da Educação.



Nicolau Dinamarco Spinelli (1939/2009)
– Organização Educacional Barão
de Mauá

Nicolau Dinamarco Spinelli, bacharel em Direito, licenciado em Estudos Sociais e História, escolheu o campo educacional para sua área de atuação. Foi um sonhador, idealista, realizador e conhecedor, como poucos, dos assuntos referentes à gestão educacional, tendo ministrado palestra sobre o tema na Universidade de Coimbra. Fundou, em 1968, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Barão de Mauá, credenciando-a, em 1998, como Centro Universitário, que hoje abriga cursos de graduação, de formação específica, tecnológicos, de pós-graduação e MBA. Recebeu o título Cidadão Emérito de Ribeirão Preto, em reconhecimento ao seu importante trabalho na área educacional. Foi membro da Academia Ribeirão-pretana de Educação e da Academia Ribeirão-pretana de Letras.



Paulo de Lima (1938/2000) – Associação Goiana de Ensino

“Um sonho, um ideal, uma luta, tudo isto transformado em realidade”. Paulo de Lima, chamado em Goiás “Bandeirante da Educação”, nunca deixou de sonhar e de buscar seu sonho, transformando-o em realidade, desbravando cidades do interior, implantando faculdades e o sonho de outros. Foi assim que Paulo de Lima, juntamente com outros educadores brasileiros, fundaram a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Hoje a ABMES completa seus 30 anos com maturidade dedicados incondicionalmente à causa do ensino superior brasileiro. Paulo de Lima já não está mais entre nós, mas deixou seu legado do qual, de onde estiver, sentirá orgulho.



Píndaro José Alves Machado Sobrinho (1909/2004) – Fundação Educacional Machado Sobrinho

Contador, economista e administrador. Fundou a Faculdade Moraes Júnior, mantida pelo IBC, hoje, Faculdade Moraes Júnior/Mackenzie no Rio de Janeiro. Fundou e presidiu a Fundação Educacional Machado Sobrinho, em Juiz de Fora/MG. Cidadão do Estado da Guanabara, membro da Academia Brasileira de Ciências Econômicas e Administrativas, ocupou o cargo de Diretor da Divisão Econômica e Financeira do SESI-RJ e foi um dos fundadores da Confederação Nacional das Profissões Liberais. Chefiou a Delegação Brasileira no VII Congresso Internacional de Contadores em Amsterdam e a Delegação Brasileira em Congressos de Contadores em Toronto, Nova York, Roma, Paris, Genebra, Lima e Buenos Aires.



Romeu Ritter dos Reis (1915/1992) – Sociedade de Educação Ritter dos Reis

Romeu Ritter dos Reis nasceu em 8 de julho de 1915, em Taquara, no Rio Grande do Sul. Iniciou seus estudos na área da Teologia, cujos fundamentos bíblicos inspiraram e orientaram seus projetos de vida. Formou-se ainda em Direito, Letras, Pedagogia e Administração. Realizou cursos de Pós-Graduação na França e na Alemanha. Era um estudioso das línguas, conhecia e falava muitas, dentre elas Inglês, Alemão e Francês. Foi professor por quase 60 anos, e assim, criou a Faculdade Ritter dos Reis em 18 de outubro de 1971, instituição hoje conhecida como Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter.



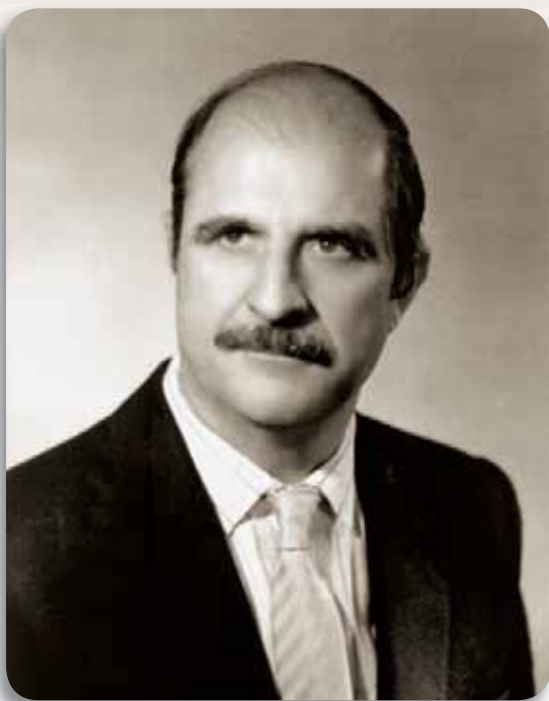
Sérgio Sebastião Magalhães (1936/1994) –
Associação Goiana de Ensino

Diferenciado é quem faz a diferença. Sérgio Magalhães, economista e professor, diferenciou-se pelo companheirismo, senso de humor inteligente e habilidade de motivar a equipe com arrojada visão de futuro, transformando desafios em oportunidades de expansão. Tal espírito empreendedor materializou-se na criação da Faculdade Anhanguera, hoje, Centro Universitário de Goiás (Uni-Anhanguera), em Goiânia, e do Centro de Ensino Superior de Catalão (Cesuc), em Catalão, ambos no estado de Goiás. Sérgio foi cofundador e pioneiro da ABMES.



Severino Sombra (1907/2000) – Fundação
Educativa Severino Sombra

Formado pela Academia Militar de Realengo, o General Severino Sombra foi político, escritor e professor universitário com importante e destacada atuação nos movimentos sociais de seu tempo. Dedicou trinta e quatro anos de sua vida à educação e criou, na década de 1960, a Fundação Universitária Sul-Fluminense, cujo nome foi mudado, mais tarde, para Fundação Educativa Severino Sombra, mantenedora da Universidade Severino Sombra, a sua “Coimbra Brasileira”. É autor do livro “História Monetária do Brasil Colonial”.



Victorio Lanza (1936/1992) – Fundação Victorio Lanza

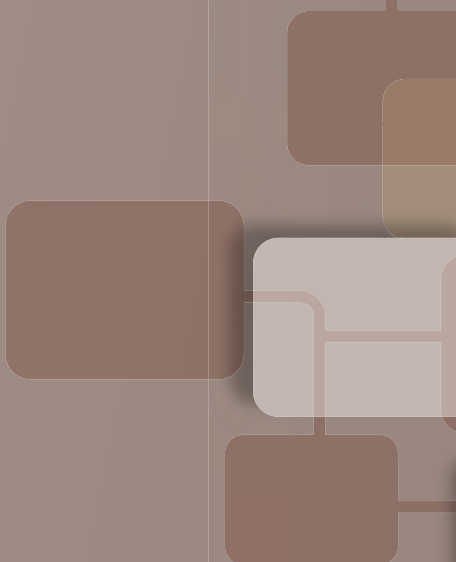
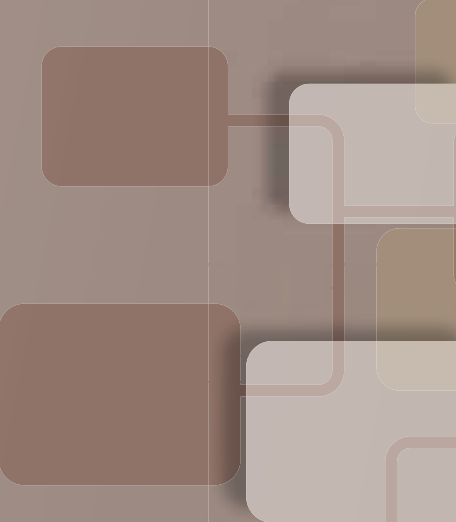
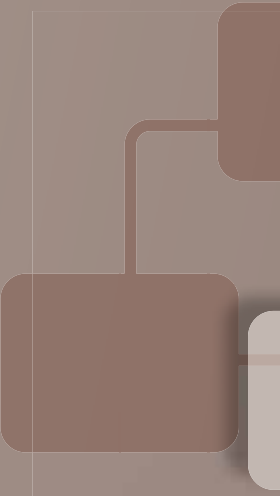
Um dos fundadores da ABMES. Engenheiro, sociólogo, professor e empresário da área educacional, participou da implantação das Faculdades do Morumbi, em São Paulo e ajudou a disseminar os cursos de Turismo em diversas cidades do Brasil. Foi o principal idealizador da criação do Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte), em Santos/SP. Participou ativamente dos principais movimentos em defesa do ensino superior particular no país nas décadas de 1970 e 1980.



Wilson Rodrigues (1925/2006) – Fundação de Vassouras

Pedagogo e Mestre em Educação. Ocupou os cargos de Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso, Assessor do Governo do estado do Rio de Janeiro para Assuntos Educacionais, Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, Diretor do CREC do Rio de Janeiro, Diretor Acadêmico e Conselheiro da Fundação André Arcoverde (Valença) e Assessor da Presidência da Fundação Severino Sombra (Vassouras). A vida profissional de Wilson Rodrigues foi inteiramente dedicada, com sucesso, à elevação da educação no Brasil.

- Leonel Boguea Nogueira da Cruz – Sociedade Educacional Professor Nuno Lisboa
- Rafael Borelli (1927/2004) – Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul 🌐





Depoimentos

A ABMES em seus 30 anos tornou mais visível e notável a contribuição do ensino superior particular para o País. A semente de seus fundadores, dos companheiros de luta e empreendedores da educação superior contribuiu para trazer para o debate nacional esse trabalho, no qual o sonho e a realidade se fundiram em vida.

Lúcia Maria Teixeira Furlani





Ana Amélia – Senadora da República (PP/RS)

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES tem desempenhado um importante papel na representação dos interesses das instituições de ensino superior particular. Ao longo dessa trajetória de 30 anos, multiplicou o número de mantenedoras associadas e conquistou o respeito da comunidade acadêmica e do governo, com a realização de debates, estudos e seminários, além da criação da Editora ABMES. O trabalho que é feito hoje nas universidades particulares assume caráter ainda mais relevante neste momento de crescimento econômico. Investir na qualidade dos estudantes e dos futuros colaboradores do mercado de trabalho é garantir a competitividade do Brasil. Educação, conhecimento e tecnologia são fatores decisivos e esse processo envolve diretamente o meio acadêmico. O papel integrador da ABMES tem sido importante na busca desse objetivo. Cumprimento a diretoria e todos associados pelos 30 anos e desejo sucesso à entidade.

Ana Célia Bahia Silva – Reitora da Universidade da Amazônia – Unama

Atenta aos rumos emergentes, muitas vezes antecipadora de situações que traziam desafios a superar, a ABMES subsidiou nesses 30 anos de existência a atuação de suas instituições de ensino superior (IES) filiadas. Em momentos importantes de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das normas de regulação e avaliação pelo poder público, das definições dos Planos Nacionais de Educação, assumiu sua função reflexiva, crítica e propositiva. Por meio de encontros, congressos, consultorias e reuniões de trabalho, atuou e atua com estratégias claramente orientadas a influenciar o papel das IES na busca da qualidade no setor privado, bem como no fortalecimento da responsabilidade social desse setor. Tenho orgulho de ter participado dessa história da ABMES.

Ana Maria Costa de Sousa – Vice-presidente Acadêmica da Anhanguera Educativa Ltda

30 anos de ABMES: uma história pontuada de conquistas! Quando comecei a vir mensalmente a Brasília, em 1997, para as reuniões dessa Associação, logo identifiquei que se consolidava um verdadeiro espaço voltado para a representação do segmento privado na interlocução com os órgãos governamentais, e para o diálogo entre as diferentes realidades das IES particulares, apoiando-as política e academicamente. Meus cumprimentos e agradecimentos aos muitos profissionais que aqui têm atuado de forma tão competente e comprometida, sob as lideranças dos professores Édson Franco e Gabriel Rodrigues, com o apoio sempre preciso e acolhedor da professora Cecília Horta.



Ângela Portela – Senadora da República (PT/RO)

O Brasil possui hoje 2.314 instituições de ensino superior, sendo 245 públicas e 2.069 particulares, segundo o Censo/2009. Em seus 30 anos lutando pelas instituições particulares que representa, a ABMES despontou no cenário político do país ao criar um fórum de debates sobre as condições do ensino superior. Como educadora, avalio que a educação no Brasil está mais acessível hoje e parte desse avanço se deve ao papel desempenhado pela ABMES, que ganhou respeitabilidade e se tornou campo de excelência no debate sobre o ensino superior.

Celso da Costa Frauches – Consultor educacional da ABMES e consultor sênior do Instituto Latino Americano de Planejamento Educacional (Ilape)

Acompanho o trabalho da ABMES desde a sua fundação, no início da década de 80. Lembro-me do idealismo e da dedicação da professora Vera Gissoni para concretizar esse ideal da livre iniciativa na educação superior. A sementeira frutificou e hoje, em 2012, representa o segmento privado com desenvoltura e competência, continuando uma sementeira fértil e de relevante interesse para uma educação superior de qualidade.

Eduardo Silva Franco – Professor do Centro de Estudos Avançados do Pará (Ceapa) e da Universidade da Amazônia (Unama)

O Estado moderno construiu a civilização como a conhecemos. Da mesma forma, os avanços nas relações sociais e nas ações civis sedimentaram o ambiente de edificação da sociedade contemporânea. Nesse rol, o ato de associar-se com o intuito do atendimento de aspirações comuns traz inúmeros benefícios à sociedade. A ABMES é exemplo do avanço social na causa da educação de qualidade em prol de políticas públicas mais consistentes à realidade da vida e à formação do homem. Em seus primeiros 30 anos demonstra com passos firmes sua colaboração para o desenvolvimento do Brasil.

Iara de Moraes Xavier – Consultora da Edux Consultoria

A ABMES representa o espaço plural privilegiado de construção coletiva de conhecimento sobre os mais variados temas por meio da realização de eventos, publicação de produção científica, debates, relatos de experiências institucionais e outros. Dessa forma, a ABMES cumpre com a sua missão e com os seus objetivos institucionais de forma proativa e propositiva, visando à efetiva implantação das soluções democraticamente aprovadas, como instituição representativa que é desse segmento social, a educação superior privada.

A ABMES, como protagonista na condução dos assuntos relacionados à educação superior privada, é considerada uma das referências no debate nacional sobre a educação brasileira.

Izalci Lucas – Deputado Federal (PR/DF)

Sinto muita satisfação em ter feito parte do esforço pela criação e consolidação da ABMES. Já nos tempos como Presidente do Sinepe-DF e Diretor da Fenepe, nos unimos à luta pela autonomia de gestão para o segmento, participando da construção dessa independência. Testemunhamos a tenacidade com que os líderes da Associação enfrentaram os embates que tivemos, principalmente diante de Ministérios como os da Educação, Justiça e Fazenda. Festejo esses 30 anos, aplaudindo os envolvidos nessa vitoriosa trajetória, a começar pelos seus dois presidentes, Candido Mendes e Édson Franco.

Lúcia Maria Teixeira Furlani – Presidente da Universidade Santa Cecília (Unisantia) – Diretora do Segmento Universidade no Sindicato das Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp)

A ABMES, em seus 30 anos, tornou mais visível e notável a contribuição do ensino superior particular para o país. A semente de seus fundadores, dos companheiros de luta e empreendedores da educação superior contribuiu para trazer para o debate nacional esse trabalho, no qual o sonho e a realidade se fundiram em vida. Neste momento em que o Brasil ascende como potência, mas ainda carente em matéria de educação, cumprimentamos a todos, renovando a união e o trabalho, na certeza de que ninguém é tão grande que não possa aprender, nem tão pequeno que não possa ensinar.

Luiz Claudio Costa – Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A educação superior no Brasil vive um momento auspicioso, em que o Governo, com apoio da sociedade, promove uma verdadeira revolução, ampliando o acesso e aprimorando a qualidade das instituições de ensino. Não resta dúvida de que o melhor, senão o único caminho para garantir o crescimento sustentável de nosso país é promover uma educação de qualidade. E, nesse cenário, é de fundamental importância contar com a disposição e o compromisso da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, em seus 30 anos de existência, para o alcance de uma educação inclusiva e de qualidade.

Luis Eduardo Possidente Tostes – Reitor do Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso)

O cenário do ensino superior no Brasil, e de modo especial do ensino superior privado, vem apresentando uma crescente complexidade tanto para a análise como para a definição de linhas de ação, de modo que somente a sinergia obtida com a ABMES promove, com eficiência, a imprescindível interlocução entre as instituições privadas e dessas com a sociedade e as diferentes instâncias governamentais, os agentes econômicos e políticos, ou seja, os atores da área educacional.

Pe. Christian de Paul de Barchifontaine – Superintendente da União Social Camiliana – Reitor do Centro Universitário São Camilo

Antonio Celso Pasquini – Diretor Geral da União Social Camiliana

Em seus 30 anos de atuação a ABMES nos proporcionou valorosas informações e ações que contribuíram significativamente para realizarmos uma melhor gestão nas nossas Instituições. É com imensa satisfação que manifestamos nosso apreço e agradecimento desejando que continue ocupando papel de destaque em suas frentes de atuação, seja em sua organização administrativa, acadêmica, política e estudos.

Jorge de Jesus Bernardo – Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás (Semesg)

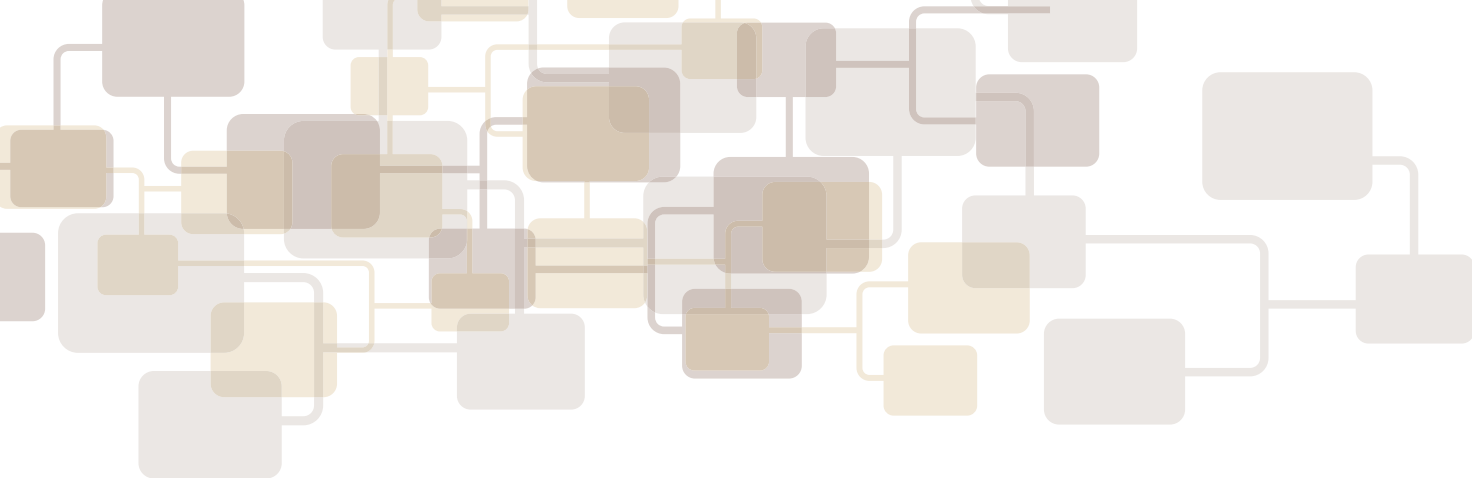
A ABMES completa 30 anos consolidando uma categoria fortalecida, alicerçada na credibilidade e responsabilidade. Enquanto associados, mantemos uma linha de discussão e diálogo entre os mantenedores, no sentido de apresentarmos nossas aspirações e desejos em comum para, junto ao governo, analisarmos as possibilidades de sermos atendidos. Além de representar e fortalecer a categoria perante autarquias públicas, legislativas e judiciárias, a ABMES se fortalece na busca constante pela excelência do ensino superior, por meio da profissionalização, qualificação e capacitação educacional em todos os aspectos.

Maurício Garcia – Vice-Presidente de Planejamento e Ensino da DeVry Brasil

Para uma pessoa, a idade de 30 anos é o marco da maturidade. É a partir dessa idade que as responsabilidades começam de forma mais intensa e a juventude começa a se distanciar. O fato é que com 30 anos a essência de uma pessoa já está solidamente formada e seu passado já permite vislumbrar algo de seu futuro. Nesse sentido, a ABMES já disse a que veio: foram 30 anos de lutas e batalhas incansáveis em defesa do ensino superior particular. Parabéns a todos aqueles que lideraram o trabalho dessa entidade nesses anos e que contribuíram de forma decisiva para a educação do povo brasileiro.

Paulo Alcântara Gomes – Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro e Diretor do Centro Regional de Expertise/ Rio de Janeiro – Universidade das Nações Unidas

Ao longo de seus 30 anos de existência, a ABMES prestou uma significativa contribuição à Educação Brasileira por intermédio de ações efetivas para a construção de um país moderno e pujante. Sua extraordinária capacidade de articulação permitiu que inúmeras instituições de ensino tivessem acesso aos marcos reguladores estabelecidos pelo Ministério da Educação, propiciou a geração da “cultura da avaliação”, promoveu debates e reuniões técnicas, publicou documentos orientadores e elaborou propostas de novas políticas públicas que mudaram os rumos da nossa educação, tornando-a cada vez mais inclusiva, mais responsável academicamente e mais comprometida com as crescentes exigências de nossa sociedade.



Paschoal Laércio Armonia – Conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação

O papel desempenhado pela Associação Brasileira de Ensino Superior (ABMES) tem sido fundamental junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para uma profunda reflexão sobre os caminhos que devem ser trilhados pelo ensino superior privado no intuito de alcançar a excelência preconizada pelo Ministério da Educação.

Paulo Paim – Senador da República (PT/RS)

É uma honra participar do Memorial Comemorativo dos 30 anos da ABMES! No caminho rumo à qualificação educacional no nosso país, nada melhor do que poder contar com uma Entidade séria, sempre disposta a colaborar com a elaboração de políticas para o ensino superior, solidificando-o e preparando os profissionais altamente capacitados que o mercado de trabalho necessita. Parabéns à ABMES pelo seu 30º aniversário e por esse Memorial que guarda suas preciosas lembranças. Meu sincero desejo de que os anos que hão de vir sejam muito positivos e de que a sociedade possa continuar contando com o dedicado trabalho da instituição.

Paulo Bauer – Senador da República (PSDB/SC) – Vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A educação básica é essencial. Nela, as crianças aprender a ler, escrever e a pensar no futuro. O ensino médio é a fase de aprofundar o conhecimento; de escolher um rumo. Mas é o ensino superior que qualifica aqueles que vão preparar os profissionais que, além de construir o futuro, vão oferecer qualidade de vida promovendo o desenvolvimento econômico harmônico, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente. A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, com méritos, cumpre há três décadas a importante missão de defender os interesses das instituições que formam no presente os profissionais do futuro.

Paulo Vadas – *Chief Operation Manager/ Los Angeles University School of Management*

Parabéns à ABMES. Tive o prazer de palestrar na época em que os cursos sequenciais eram ainda novidade no cenário educacional brasileiro. Foi quando percebi a importância da ABMES não só em representar as entidades particulares como em educá-las sobre as mudanças constantes que o setor enfrenta. Com a globalização, os constantes avanços tecnológicos e os novos paradigmas educacionais, o papel da ABMES será ainda mais importante na representação, garantia da diversidade e preparo das instituições aos novos ambientes educacionais.

Pedro Simon – Senador da República (PMDB/RS)

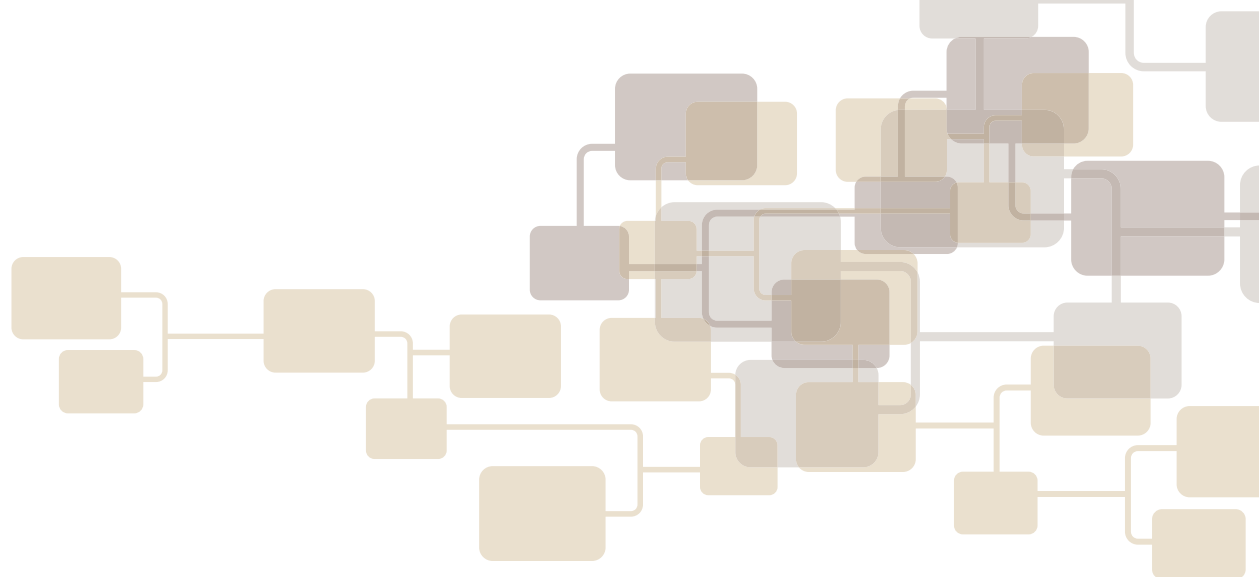
Após seis décadas de vida política, acho que a educação nunca teve em nosso país a atenção que lhe era devida. Reconheço, porém, que em anos recentes, houve um esforço nacional no sentido de ampliar a nossa rede do ensino básico ao universitário. O desafio que se encontra a nossa frente, hoje, sem dúvida, é o de elevar a qualidade da educação oferecida às crianças e aos jovens brasileiros. É nesse ponto que, julgo, a ABMES poderá dar uma grande contribuição, já que, aos 30 anos, converteu-se num fórum privilegiado para discussão sobre a urgente e necessária melhoria do ensino nacional.

Raulino Tramontin – Diretor e Consultor Senior da Contato Consultoria


A ABMES, por sua atuação, em defesa do Ensino da Iniciativa Privada, representa hoje o principal canal de comunicação e interlocução do setor com todos os segmentos da sociedade brasileira. É, sem dúvida, a Associação mais atuante e presente e, certamente, em qualquer pesquisa é a marca mais lembrada e, com justiça. Conhece-se a árvore pelos frutos – a ABMES oferece hoje uma gama de serviços que se revestem de extrema importância para todas as IES em suas tarefas de informar, disponibilizar, assessorar, promover, prevenir e defender o ensino superior da iniciativa privada. Por isso, a entidade tem lugar de destaque dentre todas as associações e pela participação dos associados e outros membros da sociedade nos eventos promovidos. Ao comemorar 30 anos de existência, atinge a maturidade podendo, com legitimidade, reivindicar e representar o segmento privado nas suas principais demandas, além de ser um canal importante para divulgação e socialização dos inestimáveis serviços de responsabilidade social que as IES prestam em todos os recantos do Brasil. A ABMES, no linguajar de hoje, se constitui uma “marca” que agrega valor de forma inestimável. A seus idealizadores o reconhecimento, aos continuadores nosso estímulo para que a façam crescer e se desenvolver cada vez mais, agregando as entidades congêneres. Hoje o setor precisa da ABMES e a ABMES sem o setor perde sua razão de ser e por isso cremos em sua perenização. A todos os que se unem para cumprimentar os dirigentes da ABMES, junto a minha voz, para dizer: coragem, agilidade, confiança, prestação de serviços *online*, representatividade e interlocução é o caminho da entidade. A todos os que fazem a ABMES meus cumprimentos!

Wandy Cavaleiro – Diretora Executiva da Per Create Branding/ Gestão de Marcas e Per Create – Colocação Profissional em Educação

Praticamente vi a ABMES nascer do sonho e da determinação do professor Édson Franco, um visionário e antecipador de tendências, assim como, seu sucessor professor Gabriel Mario Rodrigues. Nesses 30 anos muito foi feito e o árduo trabalho de todos os seus presidentes tornou-se realidade. Todos os que lutaram pela união e reconhecimento das instituições de ensino superior privado hoje têm muito a comemorar. A ABMES e seus associados, unidos pelos mesmos valores, conquistaram o reconhecimento e respeito dos poderes público e privado e da sociedade brasileira. Parabéns! 🌍







Contribuições da ABMES para o desenvolvimento do ensino superior particular

O reconhecido êxito da ABMES, tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos órgãos governamentais, está diretamente relacionado ao processo sistemático de reflexões e à produção de conhecimentos para a compreensão do sistema educacional brasileiro no qual o ensino superior particular desempenha um papel central.



A ABMES nasceu em um momento de mudanças e de redefinição das relações do Estado com a sociedade: o final do regime militar, a Nova República e o processo Constituinte. Tornava-se, portanto, urgente e necessária a busca da articulação entre os mantenedores do ensino superior particular para identificar e expressar os seus direitos e anseios, assegurar a sua participação no processo político e trazer à tona as suas propostas, consoantes à importância e ao papel histórico do setor no contexto social do país.

Os fundamentos norteadores das ações da ABMES derivaram, sobretudo, da firme convicção dos educadores privados quanto aos princípios da livre iniciativa que motivaram e alicerçaram a criação da entidade. Impunha-se a defesa da liberdade de pensamento e do pluralismo político, ideológico e confessional, em contraposição às políticas educacionais sustentadas pelo Estado militar/centralizador e às proposições evadas de totalitarismo que teimavam em se manter durante o processo de redemocratização.

O Estado e a Educação Superior têm sido ao longo desses 30 anos focos recorrentes de atenção da ABMES e, ao mesmo tempo, espaços e formas de interlocução na definição das políticas públicas e, portanto, das condições para a construção dos caminhos de desenvolvimento do ensino superior particular.

As principais contribuições da ABMES, agrupadas por temas neste capítulo, possibilitarão uma visão geral da história e da atualidade da ABMES e dos grandes investimentos feitos na área acadêmica e no âmbito político. O reconhecido êxito da entidade, tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos órgãos governamentais, está diretamente relacionado ao processo sistemático de reflexões e à produção de conhecimentos desenvolvidos pela ABMES, considerados fundamentais para a compreensão do sistema educacional brasileiro no qual o ensino superior particular desempenha um papel central. Assim, a qualidade da atuação da ABMES é o reflexo das contribuições voltadas para o desenvolvimento do ensino superior particular.

“O Estado e a Educação Superior têm sido ao longo desses 30 anos focos recorrentes de atenção da ABMES e, ao mesmo tempo, espaços e formas de interlocução na definição das políticas públicas e das condições para a construção dos caminhos de desenvolvimento do ensino superior particular.”

Políticas públicas para a educação superior

A ABMES dedicou-se, no cumprimento de sua missão institucional, à temática que mais repercute na vida das entidades associadas: as políticas públicas para o setor de educação superior. Para tanto, desde 1982 vem construindo as bases de um pensamento representativo dos mantenedores para fortalecer e defender o espaço da educação superior particular no sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, os 30 anos transcorridos estão repletos de mobilizações, estudos e encaminhamentos, sempre com o objetivo de representar o setor e conscientizar os governantes para que, no exercício das suas funções, assegurem o cumprimento do papel constitucional do Estado – promover a democratização do ensino, de forma a resguardar o direito do setor privado de participar do sistema educacional e garantir o acesso da população aos estudos por meio de incentivos e de programas de financiamento de alunos.

Essa trajetória é marcada pela contínua presença da ABMES no acompanhamento das intervenções feitas pelo Estado na educação superior,

por meio de leis, decretos, medidas provisórias, resoluções e portarias, muitas das quais com inevitáveis restrições para a atuação da iniciativa privada. Em diversas oportunidades, nos âmbitos governamentais e não governamentais, a entidade se fez ouvir buscando sempre propor alternativas, muitas vezes com sucesso, para alterar o entulho legislativo que oprime o setor de ensino superior particular.

Os encaminhamentos da Associação relativos às políticas públicas de educação superior – descritos a seguir de forma breve – privilegiam o princípio do diálogo para evitar o confronto público *versus* privado e viabilizar uma parceria legítima com o Estado. Tal postura não significou em nenhum momento subserviência a governantes, mas respeito e firmeza de convicções, aliados à inabalável crença na legitimidade da via dialogal.

Processo Constituinte

A ABMES postulou a inscrição de disposições consideradas essenciais para o setor privado na nova ordem jurídica do país por ocasião do processo constituinte. Muitas delas foram vitoriosas, a começar pelo reconhecimento da iniciativa privada que comparece no texto consti-



tucional como um dos requisitos da realização do Estado Democrático. O direito de educar é assegurado, na sua plenitude, à área privada, conforme ficou consagrado pelo Artigo 209 da Constituição Federal de 1988: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.”

As conquistas inscritas no novo ordenamento constitucional não significaram, entretanto, imediata autoaplicação. A tendência centralizadora e interventora do Estado, recorrente na legislação reguladora, continua a exigir, até os dias atuais, permanente luta e vigilância dos dirigentes e das mantenedoras associadas à ABMES.

Por uma nova política para a educação superior

No primeiro ano do governo da Nova República, a ABMES ofereceu subsídios à Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, instituída pelo presidente José Sarney, a 29 de março de 1985, em atendimento ao compromisso assumido pelo candidato eleito, Tancredo Neves.

O documento apresentado pela ABMES, publicado na revista *Estudos* n. 3¹, destaca o peso e o desempenho do setor privado do ensino superior no Brasil, bem como o problema da sua coexistência com o setor público e do que se pode entender como uma implícita divisão de trabalho entre ambos. Enfatiza o problema da política pública para o ensino superior, da sua regulação e do apoio estatal à educação universitária; analisa os tópicos fundamentais do que seja o estatal, o público e o comunitário na prestação do ensino; destaca a emergência do pluralismo na educação superior e a importância da autoavaliação das instituições de ensino superior (IES) como ponto central do processo de avaliação. Conclui com sugestões e proposições relativas ao regime *ad intra* da atividade privada de interesse social, tematizando ao fim a convivalidade entre o poder institucional e o poder acadêmico.

Ciclo de Debates sobre Políticas Públicas de Educação Superior

O “Ciclo de Debates sobre Políticas Públicas de Educação Superior”, ocorrido no período de 3 de abril a 5 de junho de 2002, em Brasília, encontra-se na íntegra nas publicações que foram encaminhadas, à época, como subsídios aos candidatos à presidência da República: “Po-

líticas Públicas de Educação Superior: desafios e proposições”; “Políticas Públicas de Educação Superior: propostas dos presidentiáveis”; e “Políticas Públicas de Educação Superior: propostas da ABMES”².

Durante o Ciclo de Debates, os temas giraram em torno dos seguintes eixos: legislação, autonomia e regulação; expansão, financiamento e equidade; avaliação, gestão e qualidade; pós-graduação e pesquisa. As principais recomendações, válidas até os dias de hoje, estão a seguir relatadas:

- *Legislação, autonomia e regulação.* Na consolidação da legislação educacional é necessário rever a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) no que respeita ao artigo 46³ para conceder tratamento similar entre o ensino superior oferecido pela iniciativa privada e pelo poder público. A voracidade da produção normativa gerou ambiguidades, contradições e quebra da hierarquia das leis, tornando as normas regulamentadoras um instrumento de ameaça, especialmente em relação ao ensino particular. Tal revisão é essencial para se garantir a segurança jurídica e a indispensável estabilidade para o sistema de ensino superior.



Autonomia e controle são palavras-chave do processo regulatório que a Constituição atribui à União. Tal processo precisa estar assentado em fundamentos sólidos e estáveis para que não fique ao sabor da vontade dos ocupantes transitórios do poder e para que não seja implementado coercitiva e desmesuradamente, por meio de medidas provisórias, decretos, resoluções e portarias do Ministério da Educação e de outros mecanismos, sem uma clara medida do controle que cabe ser exercido pelo Estado em relação às IES.

- *Expansão, financiamento e equidade.* Uma política de expansão do ensino superior que contemple a superação das desigualdades de acesso e dos desequilíbrios de oferta entre as diferentes regiões do país precisa ser restabelecida. Esta linha não pode ser desconsiderada pelos responsáveis pela política educacional porquanto a ampliação do acesso ao ensino superior é uma necessidade que se impõe para o atendimento a um direito de todos os cidadãos. O grande desafio das IES é encontrar fórmulas para atender a essa demanda, caso não sejam resolvidos os problemas referentes à autonomia, à democratização e ao financiamento.

- *Avaliação, gestão e qualidade.* É fundamental que a avaliação seja um processo transparente,

público e participativo e não simplesmente um instrumento do Estado para direcionar unilateralmente a atividade educacional. O Governo Federal, em vez de executar todo o processo de avaliação deve assumir uma postura mais indutiva, e não meramente punitiva, estimulando outros setores da sociedade a também assumir tal responsabilidade.

As IES precisam ser administradas, pela complexidade organizacional que as envolve, por meio de técnicas e instrumentos apropriados. Os entraves à melhoria da qualidade acadêmica se apresentam tanto para as instituições públicas quanto para as particulares, sendo urgente uma revisão dos mecanismos estruturais de gestão. É importante fazer do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) um instrumento de gestão e de exercício da autonomia, valorizando-se os esforços das IES que o elaboram, não por exigência formal, mas como uma “carta de navegação” para o desenvolvimento institucional pela qual são estabelecidos e implementados seus objetivos e as suas metas para a melhoria da qualidade do ensino.

- *Pós-graduação e pesquisa.* Impõe-se eliminar definitivamente o formato padronizado e homogêneo do modelo de pós-graduação vigente, de

forma a superar as dicotomias existentes entre o *stricto sensu* e o *lato sensu*, entre mestrado acadêmico e mestrado profissional. Entendida como formação que sucede à graduação, a pós-graduação não pode estar dissociada da perspectiva da educação continuada. Uma revisão corajosa da pós-graduação brasileira ensejará encontrar a verdadeira identidade do mestrado como formação pós-graduada de caráter terminal não apenas para os que desejam se dedicar ao ensino superior mas também para os que almejam uma formação profissionalizante nos diversos campos de atuação profissional.

As universidades de ensino e pesquisa são indispensáveis para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país e precisam contar com recursos públicos, para o desenvolvimento da pesquisa com qualidade e dignidade acadêmica. Porém, é preciso reconhecer que o ensino de qualidade associado à pesquisa é caro demais e não pode ser praticado com recursos oriundos das mensalidades escolares e nem com recursos públicos, que são finitos. Essa é a razão porque o modelo único de ensino superior que contempla apenas a universidade de pesquisa é intrinsecamente elitista e iníquo.

“A ABMES vem construindo, desde 1982, as bases de um pensamento representativo dos mantenedores com vistas a fortalecer e defender o espaço da educação superior particular no sistema educacional brasileiro.”

Políticas públicas para a educação superior: propostas do setor privado⁴ – 2006

O seminário “Educação como desafio para o desenvolvimento: propostas do setor privado”, realizado nos dias 7 e 8 de novembro de 2006 – após o encerramento do processo de escolha dos governantes pela população brasileira – objetivou explicitar as aspirações do setor privado e oferecer subsídios ao governo, com base em pressupostos relativos à educação e ao desenvolvimento nacional, à responsabilidade social e à regulação do ensino superior. O documento final do seminário, publicado a 6 de dezembro de 2006, contém uma agenda mínima ao balizamento das negociações, dos entendimentos e ao desenvolvimento das ações cooperativas que os dirigentes do setor privado almejavam manter com o Ministério da Educação, na segunda gestão do presidente Lula.

Perpassa o documento a premissa de que a educação superior, por constituir-se condição especial para a construção da sociedade da informação e do conhecimento, merece atenção estratégica do governo e de todos os segmentos envolvidos na sua oferta. Nesse sentido, a promoção da educação com eficiência, qualidade e equidade contribuirá decisivamente para o

desenvolvimento econômico do país e para o alcance de maior justiça e inclusão social, objetivos prioritários e insistentemente proclamados em 2006, durante a segunda campanha presidencial do presidente Lula.

Políticas públicas para o setor particular – 2010⁵

Com o tema “Políticas públicas para o ensino superior particular”, a edição de nº 39 da revista *Estudos*, publicada a 7 de dezembro de 2010, representou um esforço da ABMES em oferecer ao governo Dilma Rousseff, iniciado em 2011, subsídios à elaboração de políticas para o desenvolvimento e o fortalecimento da educação superior, notadamente para o setor particular.

Dividida em três capítulos, a publicação apresenta: textos básicos sobre o tema, elaborados por pesquisadores de renome nacional; propostas elaboradas por educadores que visam colocar o país à altura dos desafios do desenvolvimento; íntegra do documento “O setor privado de ensino superior como protagonista do projeto educacional do país: propostas para uma nova agenda”.

O ponto central dos trabalhos reunidos na revista *Estudos* é a constatação de que a Educação Superior brasileira continua pequena em relação à população – isto é, o acesso à educação básica de qualidade é desigual e se restringe, em grande parte, aos setores mais ricos e educados da sociedade – e de que é incapaz de responder à grande diversidade de seu público, além de se mostrar presa a moldes rígidos de funcionamento, impostos não só pelo governo como também pelos dirigentes das IES.

Dentre as propostas contidas nos documentos destacam-se: a definição de políticas por parte dos órgãos governamentais, com clareza de objetivos e propósitos, para a superação dos principais problemas educacionais; a necessária participação do setor privado na expansão da educação superior; a substituição do controle formal e burocrático por mecanismos competitivos associados a sistemas permanentes de avaliação.

Em que pesem os problemas e dificuldades, a conclusão é consensual: o contexto do início do século é muito propício para o setor privado romper com padrões tradicionais e posicionar-se como protagonista no processo de construção de novas diretrizes para o ensino superior brasileiro.



Reforma da Educação Superior

A ABMES realizou intenso trabalho gerador de propostas ao Projeto de Reforma da Educação Superior (PL nº 7.200/2006) nas gestões dos Ministros Cristovam Buarque, Tarso Genro e Fernando Haddad.

Prevaleceu entre os mantenedores do ensino particular o entendimento de que a verdadeira reforma deveria ser sistêmica, englobando a educação básica e outras importantes questões da atualidade tais como a introdução crescente de novas tecnologias da comunicação e informação na oferta do ensino; a formação tecnológica; a educação continuada e a distância; o financiamento da pesquisa e da pós-graduação e o apoio ao estudante.

A ABMES ressaltou que o Projeto de Reforma da Educação Superior⁶ revela um caráter intervencionista que não se coaduna com a atual realidade brasileira. Além disso, procurou demonstrar, por meio de participação em audiências públicas promovidas pelas Comissões de Educação da Câmara e do Senado, as impropriedades e equívocos do PL, com destaque para: os pontos que transgridem princípios constitucionais; as restrições à autonomia universitária; as incon-

gruências relativas à avaliação da qualidade do ensino; e as omissões sobre outros pontos relevantes, como o da pertinência social da educação superior e o do seu comprometimento com a inovação, a criatividade e a competitividade tecnológica e econômica do país.

Plano Nacional de Educação

A ABMES participou ativamente das discussões e debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) – 2011/2020, desde o início do processo em 2010. Os representantes da entidade estiveram presentes em audiências públicas, em reuniões e seminários para apresentar as propostas do setor privado.

Tal participação se intensificou em dezembro de 2012, quando o Projeto de Lei nº 8.035/10, que cria o PNE, foi enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, até a apresentação do “Segundo Substitutivo do PNE”, em abril de 2012⁷. Resultaram do processo as propostas que se seguem:

a) assegurar ao setor público e ao setor privado presença paritária na composição do Fórum Nacional de Educação, conselhos, órgãos e comissões do Ministério da Educação;

b) elevar a qualidade da educação superior com o cumprimento de 10% de mestres e doutores para Faculdades, 20% para Centros Universitários e 33% para Universidades, observadas as diversidades regionais;

c) expandir o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e permitir a participação do sistema financeiro privado, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador, tanto para o Fies quanto para os financiamentos privados;

d) ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas e privadas de educação superior;

e) consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, dentro dos critérios estabelecidos pelas IES;

f) aprofundar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão, respeitando-se nos instrumentos de avaliação a diversidade e a regionalidade de instituições e de cursos;

g) expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* – presenciais ou a distância

“O projeto-piloto do que viria a ser o ProUni, elaborado por Fernando Haddad, então assessor especial do Ministério do Planejamento, foi apresentado pela primeira vez aos mantenedores de ensino superior na sede da ABMES, no final de 2003, em reunião coordenada por Édson Franco.”

– por meio da educação a distância, com a participação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e de outras instituições, públicas e privadas, regularmente avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);

h) ampliar a oferta de vagas e de cursos presenciais e a distância por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil e pelas IES privadas;

i) consolidar os processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior por IES públicas, como forma de superar exames vestibulares individualizados;

j) implantar plano de carreira para os servidores do Ministério da Educação visando ampliar a eficiência e a eficácia nos processos de avaliação, regulação e supervisão das IES;

k) fixar, em no máximo cento e oitenta dias, o prazo para a conclusão de processos autorizativos de credenciamento e reconhecimentos de IES e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Financiamento ao Estudante – ProUni e Fies

ProUni

O projeto-piloto do que viria a ser o Programa Universidade para Todos (ProUni), elaborado por Fernando Haddad, ainda no cargo de assessor especial do Ministério do Planejamento, na gestão de Guido Mantega, foi apresentado pela primeira vez aos mantenedores de ensino superior na sede da ABMES, no final de 2003, em reunião coordenada por Édson Franco, então presidente da entidade. Tal projeto de inclusão social previa a isenção de tributos federais previstos para as entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, nas suas diversas naturezas jurídicas, em troca da concessão de bolsas de estudo aos estudantes de graduação.

Em março de 2004, o Ministro da Educação Tarso Genro, sob a inspiração de Haddad, já na condição de secretário executivo do Ministério da Educação, apresentou o ProUni. Do projeto inicial, passando pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, à Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa, houve uma intensa negociação entre a ABMES e o MEC que muito contribuiu para o

amadurecimento, da parte do próprio Governo e da sociedade, para um novo patamar de entendimento e de relacionamento entre o Poder Público e o segmento das instituições de ensino superior privado. Inúmeras reuniões, seminários e estudos foram realizados com a participação de outras instituições representativas do setor privado que demonstraram, de forma democrática, os equívocos e ilegalidades do Programa que precisavam ser corrigidos.

Para tanto, foi decisiva a participação da ABMES nas discussões, na edição e na regulamentação das normas referentes à proposta final do ProUni⁸. A ABMES logrou estabelecer com o governo, por meio de sua participação em audiências públicas e mediante apresentação das suas propostas, um profícuo debate que resultou no aperfeiçoamento e na adequação do projeto à realidade das IES privadas, sem prejudicar o interesse público e sem alterar os aspectos positivos e inovadores do Programa.

Pode-se afirmar que a Lei nº 11.096/2005 constituiu um grande avanço de cooperação. Em sentido *lato*, representou, no âmbito da área educacional, uma aplicação dos princípios gerais concebidos para a parceria público-privada, com proveito mútuo e inequívocos benefícios sociais, como os almejados pelo ProUni.

“Hoje, quando se examina a educação universitária oferecida pelo setor privado, verifica-se que são inquestionáveis os seus indicadores positivos, com destaque para a expressiva cobertura das matrículas e a conseqüente elevação do nível de escolarização da população, sobretudo a residente no interior e a excluída do acesso à universidade pública gratuita.”

Dentre as propostas mais recentes encaminhadas pela ABMES ao MEC visando o aperfeiçoamento do ProUni se destacam:

- a) a manutenção do sistema de bolsas parciais e integrais;
- b) o aumento das faixas de renda *per capita* exigida para ingresso de maneira a ampliar a participação dos alunos;
- c) a alteração do critério de ingresso, levando em consideração a renda e não a origem do aluno – rede pública ou particular;
- d) a participação de alunos de cursos de pós-graduação – *lato e stricto sensu*.

Fies

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes regularmente matriculados em instituições não gratuitas e com avaliação satisfatória nos processos conduzidos pelo MEC. São considerados cursos de graduação com avaliação positiva aqueles que obtiveram conceito maior ou igual a 3 (três) no Sinaes. Em 2010, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa e os juros caíram de 9% para 3,4%

ao ano e poderá, na forma do regulamento, ser oferecido a alunos da educação profissional técnica de nível médio, bem como aos estudantes matriculados em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos, observada a prioridade no atendimento aos alunos dos cursos de graduação. Além disso, passou a ser permitido ao estudante buscar o financiamento durante todo o ano.

A ABMES, como parte integrante de um grupo de trabalho instituído pelo MEC, apresentou as seguintes propostas de aperfeiçoamento do Programa:

- a) ampliação do orçamento do Fies para atender um número cada vez maior de estudantes;
- b) estabelecimento de taxa de juros que permita a administração das dívidas pelos estudantes para que possam atualizar de forma mais adequada o saldo devedor e desconstituir obrigações já realizadas e/ou cumpridas;
- c) modificação do prazo de carência acordado nos financiamentos concedidos pelo Fies, visando aproximar os pressupostos do Programa à realidade do mundo do trabalho;
- d) definição do cronograma de repasses e recompra para permitir que as IES se programem

financeiramente e organizem o fluxo de caixa com datas previamente definidas pelo Governo para conferir credibilidade ao Fies;

e) inclusão no Programa de alunos matriculados nos cursos ainda não avaliados – os chamados “cursos sem conceito”;

f) criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGeduc), que tem por finalidade garantir parte do risco em operações de crédito educativo, no âmbito do Fies;

g) ampliação da estrutura do FNDE de forma a atender alunos e instituições, em tempo hábil, sob pena de perda de prazos para aditamentos de contratos e ou recompra de certificados;

h) liberação do crédito para os módulos de ensino a distância (EaD).

Finalmente a ABMES destaca um ponto de extrema importância – historicamente negligenciado – que é o envolvimento dos bancos e demais instituições financeiras privadas no processo de financiamento estudantil. Para tanto, será preciso trazer as entidades que representam esse setor, tal como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), para os momentos de discussão da educação superior no Brasil. O crescimento futuro das matrículas e o alcance da meta estabelecida no PNE de se ter 10 milhões de alunos matriculados no ensi-



no superior até 2020 dependerá da disposição das instituições financeiras em criar linhas de crédito especiais para a inclusão no sistema de estudantes de cursos superiores.

Expansão do ensino superior

As discussões e os debates sobre o tema expansão do ensino superior ocorridos no interior da ABMES, desde o início de sua criação, sempre buscaram analisar e entender as variáveis, os indicadores e os obstáculos ao processo; discutir as condições favoráveis para atender à variedade de vocações regionais e assegurar os meios de financiamento e de sustentabilidade pela busca da convergência e complementaridade com as ações do Poder Público.


Assim é que tais temas marcaram o “1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior: nova postura do ensino privado em termos de qualidade, expansão e financiamento”, realizado em 1983. Candido Mendes, primeiro presidente da ABMES, destacou na apresentação do livro que reuniu todos os textos apresentados⁹ importantes conclusões que, pela atualidade e relevância, são a seguir transcritas: “O Encontro trouxe contribuições expressivas para consolidar o reconhecimento

de que não há perspectiva para o ensino superior brasileiro sem a participação significativa da iniciativa privada e sem ter como base estudos detalhados sobre a variedade das vocações regionais do ensino e de seu papel diferenciado no desenvolvimento social do país. Mostrou como o contraponto ensino público/privado pode ser superado pela conquista dos níveis mais exigentes de qualidade do ensino, independentemente da categoria oficial ou particular dos recursos que mantêm as instituições. Invoca a necessidade de uma nova posição do Poder Público: mais do que simples controlador de sistemas e ações, deve ser o ‘supervisor’ e o ‘patrocinador’ de atividades sociais relevantes – como é o caso da educação – nos diversos setores em que se realize. Reconheceu a inconveniência de um modelo centralizador e unitário de organização do ensino de terceiro grau e a necessidade da procura da excelência dentro da diversidade de experiências regionais”. (...) Os educadores do terceiro grau reconheceram a importância de integrar todo o esforço universitário à prioridade irrecusável que merecem o ensino de primeiro e segundo graus.”

Ensaio publicado na revista *Estudos* n. 15, de 1996/1997 – “A questão da expansão do ensino superior brasileiro”, de Edson Machado de Souza¹⁰, mostra que o estilo do movimento assumido

a partir dos anos de 1960 não destoava significativamente do ocorrido em outros países. Já nos anos de 1980, o Brasil começa a perder terreno, seja pela contenção do ritmo de crescimento, seja pela capacidade de inovação. “As novas universidades que se estabelecem apenas seguem um paradigma tradicional pouco acrescentando ao panorama do ensino e, menos ainda, à capacidade de produção científica e tecnológica do país”. O estudo conclui que o “o sistema precisa retomar um ritmo de crescimento mais condizente com a importância do país no contexto internacional e com as perspectivas do Brasil no que se refere à retomada de taxas de crescimento mais animadoras”. O crescimento precisa ser melhor ordenado, tanto para superar os desequilíbrios regionais importantes como para suprir o estoque de recursos humanos de qualificação mais compatíveis com as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais sofisticado.

Um estudo original e inédito, desenvolvido por Milton Santos e María Laura Silveira – *O Ensino superior público e particular e o território brasileiro*¹¹ – traça um retrato da geografia atual do ensino superior no Brasil na busca de reconhecer, quantitativa e qualitativamente, as situações geográficas de sua evolução, levando em conta variáveis e indicadores que, tanto são definidos-



res do contexto e do movimento socioespacial (transportes, urbanização e metropolização, nível de renda e outros) quanto são intrínsecos ao próprio movimento do ensino (número e tipo de cursos, condições de acesso etc.). O aumento da divisão do trabalho no território nacional e, ao mesmo tempo, a necessidade de conectar o funcionamento de todos os pontos dinâmicos desse território, – um verdadeiro alargamento dos contextos – levam a uma expansão e a uma especialização do ensino superior brasileiro.

Hoje, quando se examina a educação universitária oferecida pelo setor privado, verifica-se que são inquestionáveis os seus indicadores positivos, com destaque para a expressiva cobertura das matrículas e a conseqüente elevação do nível de escolarização da população, sobretudo a residente no interior e a excluída do acesso à universidade pública gratuita.

Até poucas décadas, a educação universitária era privilégio de uma pequena elite brasileira que podia ter acesso à universidade pública e gratuita. O setor privado – cuja função social mais relevante é o ensino de graduação – foi o grande responsável pela democratização desse direito educacional e desse bem cultural.

Evasão no ensino superior

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) indicaram uma evasão recorde – índice de 20,7% – de alunos nas IES particulares. Estudiosos do problema afirmam que o crescimento da oferta de vagas do setor privado, provoca a queda da mensalidade para permitir a inclusão das classes “C” e “D” de menor poder aquisitivo. A falta de uma política para manter tais alunos nas IES por meio de programas de financiamento estudantil, ao lado das deficiências que eles trazem do ensino básico; da incompatibilidade de conciliar horários; a decepção com os cursos e a falta de recursos para alimentação, vestuário e transporte, são alguns dos fatores que explicam o crescimento da evasão nas escolas particulares.

Atenta ao problema da evasão, a ABMES realizou o seminário “Evasão e retenção: problemas e soluções”, em 4 de outubro de 2011, com o objetivo de obter subsídios para a elaboração de propostas a serem encaminhadas aos órgãos governamentais referentes à definição e ao fortalecimento de políticas públicas de financiamento de alunos.

Dentre as recomendações às IES se destacam:

- a) envolver gestores, professores, funcionários e representantes de alunos na compreensão e na busca de soluções para conhecer e enfrentar o problema;
- b) desenvolver ações estratégicas baseadas em dados confiáveis e organizados de forma setorial e global, com indicadores e metas, que exigem planejamento, acompanhamento e avaliação;
- c) implementar ações integradas entre as áreas acadêmica, administrativa e financeira da IES;
- d) assumir o risco de buscar medidas rigorosas para avaliar os cursos e o aprendizado dos alunos;
- e) conceber as questões financeiras da IES e do aluno como partes da missão e do projeto institucional;
- f) capacitar gestores, professores para entender e combater a evasão.

Organização e gestão da Educação Superior

A gestão constitui o principal eixo de sustentação das instituições de ensino superior particulares, visando o seu funcionamento com eficiência e qualidade. Por essa razão, apoiar e sensibilizar as IES para promoverem uma gestão profissional, qualificada e inovadora – pautada

“É necessário estabelecer um arcabouço legal para estimular e não asfixiar o ensino privado e fazer voltar ao Legislativo parte do enorme volume de regulamentação que foi sendo progressivamente capturado pelo Executivo, criando um conflito de interesses entre quem executa e quem faz as leis.”

na competência, na liderança, na flexibilidade, na contextualização permanente, na capacidade de produzir e administrar as transformações do mundo atual – tem sido uma atividade destacada da ABMES.

Seminários, encontros e publicações proporcionaram a disseminação de informações e a discussão dos aspectos administrativos pertinentes na organização e funcionamento das universidades, centros universitários e instituições não universitárias.

Dentre os temas discutidos merecem destaque:

- a) atualização de dirigentes e gestores das instituições de ensino superior associadas;
- b) implicações da atual política de educação superior para a gestão, desenvolvimento e o financiamento das IES particulares;
- c) elementos mercadológicos e competitivos na gestão de instituições de ensino;
- d) sustentabilidade e captação de recursos na educação superior no Brasil;
- e) novas estratégias de gestão para as IES particulares;
- f) análise de cenários, tendências e perspectivas da gestão do ensino superior particular;
- g) educação corporativa como prática educacional inovadora;

h) gestão estratégica para as IES particulares.

A revista *Estudos* dedicou edições específicas ao tema: “Reflexões sobre docência, gestão e avaliação do ensino superior” (n. 8, dez. 2000) e “Novas estratégias de gestão para as IES particulares” (n. 25, ago. 2007).

A ABMES criou ainda o “Prêmio Milton Santos de Educação Superior” como forma de reconhecer o mérito de personalidades que contribuem e/ou contribuíram para o engrandecimento e o aprimoramento da educação e da gestão do ensino superior no Brasil. O Prêmio abrange as seguintes categorias: administração de instituições de ensino superior, gestão empresarial e desempenho na área política.

Responsabilidade social do ensino superior particular


O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomou, com muita ênfase, o tema da responsabilidade social das IES, especialmente no que se refere à sua “contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”.

(inciso III, artigo 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

Pesquisa bibliográfica realizada na própria ABMES comprovou que a ênfase dada à responsabilidade social das IES não era novidade para a entidade que, desde a década de 1980, tem enfatizado o papel social do ensino superior particular, considerando-o sempre como força viva e atuante na sociedade; buscando definir sua participação, trazendo à tona o conjunto de posições que julga pertinentes para a educação brasileira; e demonstrando o seu papel histórico e suas expectativas em relação ao futuro.

No entanto, as instituições particulares sabem que praticar a responsabilidade social é uma tarefa de grande complexidade. Os avanços conquistados nos últimos anos são significativos, mas não foram ainda capazes de concretizar uma relação sistemática e orgânica entre as IES e a sociedade. O fortalecimento dessa relação passa por um esforço contínuo entre a academia e a sociedade. Este é um terreno fértil que vem sendo explorado pela ABMES, de forma conjunta, com as IES associadas.

Em 2005, a ABMES iniciou importante trabalho de preparação das IES para a realização de



ações na área de responsabilidade social por meio de dois seminários “Caminhos para a realização do compromisso social das IES” (5 de julho) e “Interação universidade/comunidade e universidade/empresa: alternativas para a realização do compromisso social das IES” (1º e 2 de agosto).

Além disso, dedicou duas edições da revista *Estudos* para a abordagem do tema: “Responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior (n. 34, abril de 2005)”, reunindo textos com reflexões conceituais sobre o tema como subsídios às IES que buscam os caminhos da renovação, aperfeiçoamento e cumprimento das suas funções; e “Responsabilidade social da educação superior: contribuições da rede universitária de ética e desenvolvimento social do BID” (n. 36, junho de 2006), reunindo artigos de especialistas da Rede Universitária e Ética e Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organização que tem estimulado as discussões sobre ética e responsabilidade Social Universitária em parceria com mais de 100 universidades da América Latina, especialmente as de língua espanhola.

A partir dessas ações iniciais, a ABMES deu início em 2005 às edições anuais das campanhas

na área de responsabilidade social do ensino particular da qual faz parte a realização do “Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular”, a revista *Responsabilidade Social*, o “Concurso Silvio Tendler de Vídeos sobre Responsabilidade Social das IES” e a concessão do selo “IES Socialmente Responsável”¹².

Legislação da Educação Superior

A ABMES mantém com lugar de destaque na sua agenda de discussões o tema legislação como instrumento de definição das políticas educacionais e de ordenamento da organização e funcionamento do sistema de educação superior.

Os dispositivos legais editados pelo Poder Executivo, além da sua dimensão desmesurada, conhecida como “legismania”, mais se caracterizam pelas sanções punitivas e pelo elevado grau de coercitividade do que por um conjunto de normas harmônicas e estimuladoras da criatividade, da liberdade e da cooperação.

A atuação da ABMES no que se refere à legislação tem sido, portanto, muito intensa, com o objetivo de promover o seu aprimoramento e, de forma especial, contribuir para que as instituições associadas possam cumprir a sua missão

dentro dos parâmetros da legalidade – condição fundamental da democracia. Como principais alvos e usuárias das normas no campo da educação superior, as IES e as suas mantenedoras precisam estar preparadas e bem informadas para exercer uma postura crítica em relação aos limites e à funcionalidade das matérias normativas, dado o papel estratégico, condicionante e pragmático que desempenham sobre toda atividade educativa.

Atenta à produção das normas legais, à sua dinâmica de operar contínuas mudanças – muitas vezes, ao sabor instável dos governantes – a ABMES pautou a sua atuação com autonomia, rigor científico e embasamento jurídico, essenciais à sustentação política dos legítimos anseios do setor e ao pleno desenvolvimento dos projetos educacionais das instituições.

Diante da multiplicidade e da transitoriedade das normas, quase sempre mutáveis e contingenciais, a ABMES promoveu inúmeras ações visando assegurar a correta interpretação e aplicação dos dispositivos legais, à luz dos princípios e valores que orientam a atividade educacional, expressos nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal, bem como de defesa das liberdades e prerrogativas que a própria LDB conferiu às IES.

“A atuação da ABMES no que se refere à legislação tem sido muito intensa, com o objetivo de promover o seu aprimoramento e, de forma especial, contribuir para que as instituições associadas possam cumprir a sua missão dentro dos parâmetros da legalidade – condição fundamental da democracia.”

A ABMES tem oferecido, historicamente, subsídios para a formulação de normas regulamentadoras, buscando assegurar a coerência das mesmas com os ditames constitucionais e as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pois a participação democrática dos atores envolvidos na definição dessas normas é, certamente, o caminho mais adequado ao permanente e desejável diálogo entre o governo e as instituições. É importante destacar a atuação da ABMES em colaboração junto às Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com o objetivo de estudar um marco regulatório para o ensino superior particular, tendo em vista a necessidade de estabelecer um arcabouço legal capaz de ordenar volumosa regulamentação vigente, cheia de superposições e conflitos que asfixiam o ensino privado.

Como pré-requisito para cumprir tais incumbências, a ABMES empenhou-se em disponibilizar aos mantenedores associados informações atualizadas e organizadas sobre a legislação.

A coletânea anual “Ensino Superior: Legislação Atualizada”, editada anualmente desde 1996, tornou-se valioso referencial normativo para as instituições de ensino superior, órgãos oficiais, dirigentes, professores, pesquisadores e

cidadãos envolvidos com a educação brasileira, além de demonstrar a preocupação da Associação não só em coletar as normas, mas também em identificar e entender os princípios que fundamentaram a sua proposição e elaboração, visando subsidiar as instituições de ensino no seu trabalho acadêmico e administrativo.

A edição de n 10 do *ABMES Cadernos*, lançada em 2004, contém um ensaio de Claudio de Moura Castro¹³ – “Marco legal do Ensino Superior Particular” – que vai ao encontro dos posicionamentos da ABMES sobre o tema: a necessidade de estabelecer um arcabouço legal para estimular e não asfixiar o ensino privado e a urgência de fazer voltar ao Legislativo parte do enorme volume de regulamentação que foi sendo progressivamente capturado pelo Executivo, criando um conflito de interesses entre quem executa e quem faz as leis.

Em abril de 2008, a ABMES lançou o livro *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação*, organizado por Celso da Costa Frauches¹⁴, que reúne uma coletânea das resoluções e dos pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) editadas até o final de 2007. A obra – que não encontra similar no mercado editorial brasileiro e que, portanto, passou a ser obrigatória

em todas as bibliotecas das IES – facilita sobremaneira as consultas dos gestores acadêmicos e dos profissionais que lidam com a legislação educacional brasileira na identificação das normas que se aplicam aos cursos de graduação, especialmente aqueles que formam profissionais para as profissões regulamentadas.

A partir de 2011, a ABMES passou a divulgar semanalmente no *site* www.abmes.org.br “A coluna do Celso¹⁵ – Educação Superior Comentada: políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior”, sob a responsabilidade de Celso da Costa Frauches, que também se constitui importante fonte de consulta para os associados.

Avaliação da educação superior

Antecedentes

A avaliação do ensino superior representa um dos grandes desafios do setor privado e uma das razões motivadoras da criação da ABMES – “A ABMES nasceu com um espírito. Hoje necessita readaptar-se e ter seu novo espaço e caminhar para a avaliação de qualidade”. (Ata da Assembleia Geral Extraordinária da ABMES realizada a 6 de novembro de 1991). Assegurar que a função constitucional atribuída ao Governo (Art. 209)

“É fundamental que a avaliação seja um processo transparente, público e participativo e não simplesmente um instrumento do Estado para direcionar unilateralmente a atividade educacional.”

seja realizada com isenção e de forma harmônica com os princípios pedagógicos e do direito que regem o processo educativo é uma meta perseguida pela ABMES.

Uma iniciativa pioneira, que antecedeu o próprio Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (Pauib), foi a criação, em 1991, do Instituto Brasileiro de Qualidade do Ensino Superior (IBQES)¹⁶, com o objetivo de “avaliar e de promover a melhoria da qualidade do ensino superior privado”. A proposta foi objeto de uma experiência-piloto, quando o IBQES promoveu a avaliação de dez instituições de ensino superior particular que se apresentaram voluntariamente. Resultou desse processo a definição de dois eixos para o papel da ABMES. Em primeiro lugar, competiria à ABMES ser uma “instância orientadora e subsidiadora do processo de avaliação”, mas não uma “instância avaliadora” das instituições associadas. Em segundo lugar, a ABMES deveria se consolidar como um espaço catalisador de todas as discussões sobre o ensino superior, e não só da avaliação, por meio da realização de encontros, seminários, reuniões, estudos sobre temas e questões de interesse do segmento privado.

Dentro dessa compreensão, cogitou-se, como alternativa para o desenvolvimento das atividades

de avaliação, a criação de uma espécie de “Capes Privada”, ideia que produziria frutos e que evoluiria mais tarde para a criação, em 18 de junho de 1998, da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp). Além de promover a certificação das instituições de ensino superior particular, mediante a atribuição de um selo de qualidade, a Funadesp deveria também cuidar da qualificação da gestão acadêmica e conceder bolsas de fomento à pesquisa, à extensão, à institucionalização da pós-graduação e à capacitação dos quadros docentes.

Os inúmeros encontros e publicações sobre o tema, realizados ao longo desses 30 anos, apontam numa direção: a avaliação do sistema educacional brasileiro deve ser ampla e diversificada para que seus resultados constituam ponto central dos processos de regulação e supervisão e não um instrumento de controle que contraria os princípios de autonomia e liberdade acadêmica.


A contribuição mais importante da ABMES nessa área, por meio de seminários e publicações, foi certamente a de elaborar as ideias constitutivas do conceito de projeto institucional como centro do processo avaliativo e como instrumento capaz de conferir à IES a indelével titularidade do processo da avaliação¹⁷.

A ABMES e os processos de avaliação externa

Muitos embates ocorreram sempre que os procedimentos adotados no processo de avaliação adotado pelo MEC contrariavam princípios da liberdade e da autonomia que regem a missão pedagógica das instituições de ensino superior particular.

A atuação da ABMES, por exemplo, foi destacada quando se implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC, o Provão), que inicialmente operou como um instrumento de *ranking* das instituições de ensino superior, cuja utilização pela mídia mais acarretou prejuízos do que benefícios para a melhoria da qualidade.

Foram sempre muito questionados pela ABMES a composição e os métodos de trabalho das Comissões de Especialistas, incumbidas da importante e imprescindível tarefa de realizar a avaliação das condições de oferta dos cursos superiores e a avaliação das instituições, visando ao credenciamento ou descredenciamento. A adoção de um mesmo parâmetro para “qualificar” realidades diferentes ou de dois pesos e duas medidas para objetos iguais têm sido uma das principais incongruências do trabalho das Comissões.



A ABMES jamais questionou a competência legal do MEC para avaliar as IES e sempre apoiou, de forma irrestrita, a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes, Lei nº 10.861/2004), norma que prevê uma análise sistemática e integrada dos processos avaliativos de instituições e de cursos e do desempenho dos estudantes.

No entanto, as distorções da implementação do modelo de avaliação previsto pelo Sinaes – apoiado em índices criados por meio de portarias frontalmente contrários aos princípios de avaliação de qualidade da educação superior – deram origem a um movimento mais articulado e sistemático do setor privado visando estabelecer um diálogo permanente com o governo com o objetivo de encaminhar propostas de interesse do setor privado de ensino superior na área da avaliação.

Os estudos e as ações desenvolvidos pela ABMES, de 2008 a 2012, apontaram, com fundamentos, os equívocos da avaliação e apresentaram propostas de aperfeiçoamento do processo desenvolvido pelo Ministério da Educação.

As contribuições do seminário “Questões polêmicas da avaliação externa – o Enade, o IDD e o CPC”¹⁸ ocorrido em 2008, foram reunidas

na revista *Estudos* (n. 34, dez. de 2008). Para os especialistas presentes, o problema com a avaliação do ensino superior brasileiro não é que ela exista, mas a forma como é feita e como os resultados são divulgados. O Ministério da Educação busca avaliar um sistema extremamente heterogêneo com a implantação de um modelo único para todas as instituições – uma camisa de força – em prejuízo da diversidade que deveria ser respeitada e valorizada.

O ensaio “Avaliação do ensino superior: acertos e derrapagens”¹⁹ (*ABMES Cadernos* n. 22, julho de 2011) aborda três categorias de assuntos: compara a qualidade do ensino superior entre as instituições públicas e as diversas modalidades de instituições privadas; questiona os procedimentos estatísticos e explora a riquíssima mina de informações que reside nos dados do MEC sobre ensino superior. Os autores observam, de um lado, que o uso de indicadores considerados mais apropriados, altera significativamente as diferenças entre público e privado. Ou seja, “as medidas estatísticas escolhidas pelo MEC mostram o setor privado sob luzes mais desfavoráveis.” De outro, reconhecem e destacam o papel importante do Inep/MEC na criação, manutenção e desenvolvimento de um sistema de avaliação único no mundo, fato que coloca o Brasil em uma situa-

ção privilegiada para estimular e calibrar os seus cursos de graduação. No entanto, observam que “um sistema como esse não nasce perfeito e leva muito tempo para eliminar as arestas existentes”.

Ao examinar os dados com cuidado técnico e isenção, os autores identificaram muitas falhas que precisam ser eliminadas ou, pelo menos, melhor interpretadas. Para eles, o conteúdo e os resultados do ensaio realizado permitem “um avanço considerável no processo de escoimar da avaliação do ensino superior um bom número de ambiguidades e equívocos”.

Durante o seminário “Erros e acertos da avaliação educacional no Brasil”, ocorrido em março de 2012, a ABMES realizou uma reflexão aprofundada sobre o modelo de avaliação em vigor, desde a institucionalização da Lei do Sinaes, passando pela criação dos índices de avaliação e pelos seus reflexos nas instituições de ensino superior (IES) do país.

O relatório final do seminário – “Diagnósticos e propostas para a avaliação da educação superior no Brasil” (*ABMES Cadernos* n. 23, maio de 2012)²⁰ – analisa com rigor e competência as questões cruciais do modelo atual – o afastamento conceitual da Lei do Sinaes; as inconsistências

“A contribuição mais importante da ABMES na área da avaliação foi certamente a de elaborar as ideias constitutivas do conceito de projeto institucional como instrumento capaz de conferir à IES a indelével titularidade do processo da avaliação.”

técnicas e a ilegalidade do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC); a perda gradativa do rigor formal – e relata as conclusões e as propostas do seminário. Estas recomendam manter a busca incessante do aperfeiçoamento do sistema de avaliação visando a torná-lo mais justo e adequado à heterogeneidade e à complexidade das IES que compõem o sistema educacional brasileiro.

Muitos outros temas mereceram a atenção da ABMES nesses 30 anos dentre os quais se destacam:

- a) relação entre mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão;
- b) Código Civil e as implicações nas entidades mantenedoras;
- c) ensino superior de massa; internacionalização da educação superior;
- d) entrada do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras;
- e) educação corporativa;
- f) formação de professores;
- g) sucessão na empresa familiar;
- h) diretrizes curriculares dos cursos de graduação;
- i) institucionalização da pesquisa nas instituições particulares.

À guisa de conclusão: o Prêmio Darcy Ribeiro

Ao lado do reconhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade civil sobre a importância do trabalho realizado pela ABMES, veio o reconhecimento político, em 25 de novembro de 2009, com a outorga do “Prêmio Darcy Ribeiro” pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal dos Deputados.

Jorginho Maluly (DEM/SP), então deputado federal responsável pela indicação da ABMES ao Prêmio, declarou: “o merecido Prêmio representa o reconhecimento desta Casa à ABMES cujas contribuições valiosas e sistemáticas têm contribuído para subsidiar propostas de aperfeiçoamento do ensino superior particular.”




Na solenidade de entrega do Prêmio Darcy Ribeiro, Gabriel Mario Rodrigues discursa e recebe os cumprimentos dos deputados Jorginho Maluly, Marco Maia e Maria do Rosário




Notas

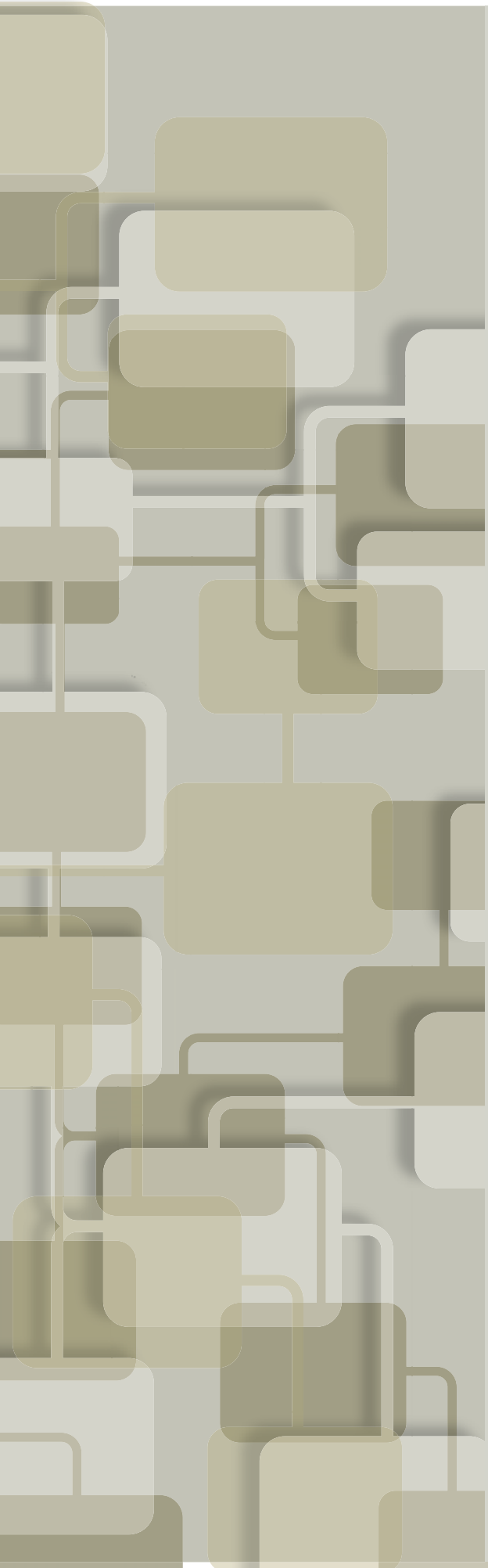
- 1 Arquivo ABMES. Não disponível em meio digital.
- 2 Arquivo ABMES. Não disponível em meio digital.
- 3 Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. § 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. § 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.
- 4 www.profpito.com/Politicaparaaeducacaosuperiorpropostasdosetorprivado.html
- 5 www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudo_39.pdf
- 6 A edição de n. 35 da revista *Estudos* é dedicada ao Anteprojeto de Lei da Educação Superior entregue ao presidente Lula em julho de 2005.
- 7 Depois de 17 meses de tramitação, o texto principal do Plano Nacional de Educação 2011/2020 (PNE – PL 8.035/10) foi aprovado, no dia 27 de junho de 2012, em caráter conclusivo pela Comissão Especial. Se não houver recurso, o texto seguirá diretamente para o Senado. Segundo assessores parlamentares, o PNE somente deverá ter sua aprovação final, para sanção presidencial, após o segundo turno das eleições de outubro de 2012. Assim, o PNE 2011/2020 entrará em vigor somente em 2013, com o déficit de dois anos. A Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8.035/10) aprovou a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em políticas do setor em até dez anos. O índice vinha sendo reivindicado por deputados da oposição, parte da base aliada do governo e por representantes de entidades da sociedade civil.
- 8 O *ABMES Cadernos* 13, de 2004, é dedicado ao Programa Universidade para Todos (ProUni).
- 9 *Qualidade, expansão e financiamento do ensino superior privado*. Candido Mendes e Claudio de Moura Castro (Org.). Rio de Janeiro: Educam/ Conjunto Universitário Candido Mendes. 1984.
- 10 Arquivo ABMES. Não disponível em meio digital.
- 11 *O Ensino público e particular e o território brasileiro*. Milton Santos e Maria Laura Silveira. Brasília: ABMES, 2000.
- 12 Ver a esse respeito o Capítulo 9 (9.3 e 9.4).

- 
- 13 Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo.
 - 14 Consultor da ABMES e do Instituto Latino Americano de Planejamento Educacional (Ilape).
 - 15 www.abmes.org.br/abmes/noticias/index/categoria/26
 - 16 Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior: projeto de criação. (*Estudos* n. 8, s/data).
 - 17 *Seminários*: “Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino”. São Paulo, 15 e 16 de junho de 1992. “Desafios para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade”. Brasília, 7 a 9 de setembro de 1998. “Avaliação externa, autoavaliação e reconhecimentos: interfaces e convergências”. Brasília, 7 e 8 de novembro de 2000. “Projeto institucional: instrumento orientador da qualidade e da avaliação das IES”. Brasília, 30 de janeiro de 2002.

Publicações: “Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino” (*Estudos* n. 13, jun.1992). “Desafios para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade” (*Estudos* n. 24, jun.1999). “Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior”. Édson Franco. Brasília Editora Universa. 1998.

- 18 www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudos38.pdf
- 19 Trabalho elaborado por Claudio de Moura Castro, Aldo Giuntini e Luciana Lima. www.abmes.org.br/abmes/publicacao/detalhe/id/47
- 20 Documento elaborado por Letícia Soares de Vasconcelos Sampaio Suñé, Nadja Maria Valverde Viana e Maurício Garcia. www.abmes.org.br/abmes/publicacao/detalhe/id/51 






Seminários

Os seminários mensais são marca e instrumento de transformação da ABMES em reconhecido fórum de debates sobre o ensino superior do país.



Seminários

1982/1992

- “1º Encontro Nacional das Mantenedoras de Ensino Superior”. Rio de Janeiro, 11 a 14 de maio de 1982.
- “1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – Nova postura do ensino privado em termos de qualidade, expansão e financiamento”. Brasília, novembro de 1983.
- “Muda Brasil – subsídios ao governo Tancredo Neves”. Brasília, 6 de novembro de 1984.
- “Educador, empresário social”. Brasília, junho de 1985.
- “Rumos emergentes da educação superior – defesa do regime econômico na iniciativa educacional privada; avaliação da qualidade do ensino superior nas escolas particulares”. Brasília, 30 de novembro de 1988.
- “O ensino superior e a formação para o magistério”. Brasília, setembro de 1991.
- “Seminário de Administração Universitária – a universidade no próximo milênio”. Brasília, 4 a 6 de novembro de 1991.
- “1º Seminário Brasileiro de Marketing Educacional”. São Paulo, 21 e 22 de novembro de 1991. 




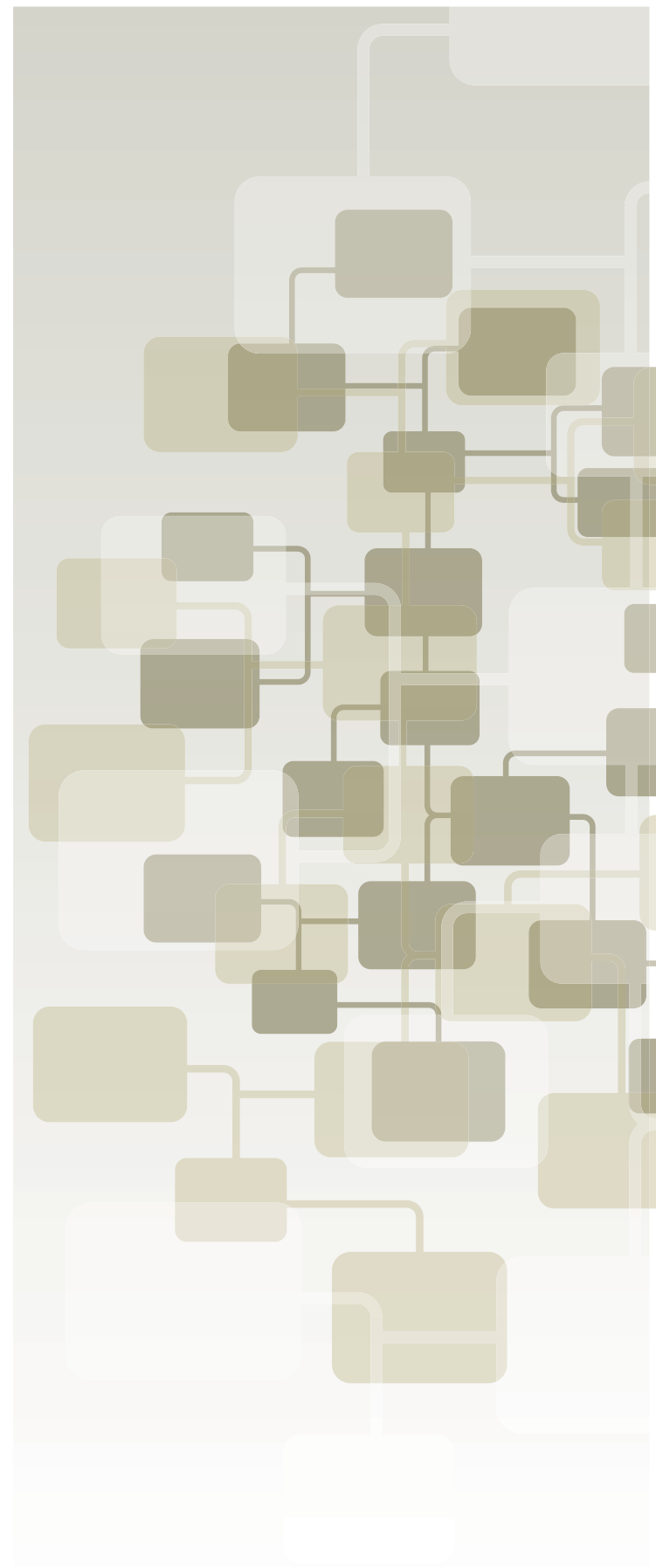
Seminários

1992/2003

- “Fórum de debates: Desequilíbrios na procura ao ensino superior”. Brasília, 1º de abril de 1992.
- “Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino”. São Paulo, 15 e 16 de junho de 1992.
- Reunião de trabalho com as instituições de ensino superior avaliadas pelo Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior (IBQES). Brasília, 12 de outubro de 1992.
- “Desafios dos sucessores na empresa familiar”. Belo Horizonte, 1º e 2 de julho de 1993.
- “1º Fórum de Debates sobre Sucessão na empresa familiar”. Brasília, 5 e 6 de outubro de 1993.
- “Qualidade dos cursos de Direito”. Brasília, 8 de junho de 1994.
- “Fórum do ensino superior particular brasileiro – papel das instituições de ensino superior: pluralismo e diversidade”. Teresópolis, 15 a 17 de setembro de 1994.
- “Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia”. Brasília, 24 e 25 de agosto de 1995.
- Seminário “Contribuições à definição de uma política para o ensino superior”. Brasília, 28 e 29 de janeiro de 1997.
- “Democratização do acesso ao ensino superior: uma questão política e um problema metodológico”. Brasília, 9 de abril de 1997.
- “O Decreto nº 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo?”. Brasília, 7 de maio de 1997.
- “A construção do projeto dos centros universitários: orientações do MEC e realidade nas escolas”. Brasília, 7 de agosto de 1997.
- “Por uma educação de qualidade para todos – contribuições concretas ao Plano Nacional de Educação”. Brasília, 14 de outubro de 1997.
- “A técnica em nossos dias – a instrução e a educação”. Brasília, 4 de dezembro de 1997.

- “Diretrizes curriculares dos cursos de Administração, Pedagogia e Processamento de Dados”. Brasília, 28 de janeiro de 1998.
- “Diretrizes curriculares dos cursos de Direito, Ciências Econômicas e Engenharia”. Brasília, 17 de fevereiro de 1998.
- “Diretrizes curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis e Comunicação Social”. Brasília, 11 de março de 1998.
- O recredenciamento e a situação atual das IES: capacitação docente, pesquisa e avaliação. São Paulo, 1º de junho de 1998.
- “Desafios para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade”. Brasília, 7 a 9 de dezembro de 1998.
- “Os problemas brasileiros têm solução? – análise do panorama de mudanças e as suas consequências para o país”. Brasília, 16 de fevereiro de 1999.
- Curso “Novas estratégias de marketing para conquistar e manter alunos nas instituições educacionais”. Brasília, 6 e 7 de abril de 1999.
- “Diretrizes curriculares: possibilidades de flexibilização e mudança”. Brasília, 18 e 19 de maio de 1999.
- “Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias”. Brasília, 8 e 9 de junho de 1999.
- “Censo do ensino superior e perspectivas para o novo milênio”. Brasília, 10 de agosto de 1999.
- “Universidades, centros universitários e instituições não universitárias: concorrência e autonomia”. Brasília, 14 de setembro de 1999.
- “Sucessão nas empresas familiares”. Belém, 9 de novembro de 1999.
- “Financiamento do ensino superior particular – possibilidades de financiamento a programas e projetos das IES; alternativas de apoio ao estudante e aos cursos de graduação”. Brasília, 7 de dezembro de 1999.
- Painel “Legislação do ensino superior em 1999: uma visão crítica”. Brasília, 14 de fevereiro de 2000.
- “1º Seminário sobre formação de professores”. Brasília, 14 de março de 2000.
- “Discussão e elaboração de planos de desenvolvimento nas IES”. Brasília, 5 de abril de 2000.
- “Cursos sequenciais: limites e possibilidades”. Brasília, 6 de junho de 2000.
- “II Seminário sobre formação de professores e os Institutos Superiores de Educação”. Brasília, 5 e 6 de julho de 2000.
- “Avaliação dos cursos de Administração”. Brasília, 9 de agosto de 2000.
- “Seminário sobre os cursos de Direito”. Brasília, 13 de setembro de 2000.
- “Avaliação externa, autoavaliação e recredenciamento: interfaces e convergências”. Brasília, 7 e 8 de novembro de 2000.
- “Institucionalização da pesquisa nas IES particulares: a construção do conhecimento, da cidadania e da qualidade”. Brasília, 4 e 5 de dezembro de 2000.
- “Os novos rumos da avaliação do ensino superior – atribuições do Inep na área da avaliação do ensino superior”. Brasília, 13 de março de 2001.
- “Supervisão e avaliação no contexto de mudanças no MEC – papel da SESu/MEC nos processos de autorização, reconhecimento, credenciamento e recredenciamento das instituições e de cursos”. Brasília, 3 de abril de 2001.
- “Top Educacional 2000: inovações no ensino superior”. Brasília, 8 de maio de 2001.
- “Curso de avaliação institucional – bases teóricas e práticas da avaliação”. Brasília, 6 e 7 de junho de 2001.
- “Decreto nº 3.860/01: conteúdo e implicações; conteúdo polêmico das suas disposições sobre a organização do ensino superior”. Brasília, 8 de agosto de 2001.
- Curso “Universidade permanente – atualização de dirigentes e gestores das instituições associadas”. Brasília, 11 e 12 de setembro de 2001.

- “Cursos sequenciais – política nacional, caracterização geral dos cursos”. Brasília, 7 de novembro de 2001.
- “Organização pedagógica e curricular dos cursos superiores: oferta de disciplinas não presenciais”. Brasília, 11 e 12 de dezembro de 2001.
- “Projeto institucional: instrumento orientador da qualidade e da avaliação das IES”. Brasília, 30 de janeiro de 2002.
- “Manual de avaliação das condições de ensino”. Brasília, 12 de março de 2002.
- Ciclo de Debates sobre políticas públicas de educação superior: “Balanço de sete anos de políticas públicas de educação superior: realizações e lacunas”. Brasília, 3 de abril de 2002.
- Ciclo de Debates Sobre Políticas Públicas de Educação Superior: “Desafios e propostas para uma agenda de políticas públicas de educação superior na primeira década do milênio”. Brasília, 4 e 5 de junho de 2002.
- Ciclo de Debates Sobre Políticas Públicas de Educação Superior: “Debate com os presidienciáveis”. Brasília, 6 de agosto de 2002.
- Mesa-redonda “Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão”. Brasília, 3 de setembro de 2002.
- Curso “Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão”. Brasília, 5 e 6 de novembro de 2002.
- “Programa de Alfabetização do MEC – objetivos e finalidades”. Brasília, 18 de fevereiro de 2003.
- “O novo Código Civil e as implicações nas Entidades Mantenedoras”. Brasília, 11 de março de 2003.
- “Financiamento Estudantil”. Brasília, 9 de abril de 2003.
- “Gestão, planejamento, orçamento, acompanhamento e avaliação”. Brasília, 6 e 7 de maio de 2003.
- “Responsabilidades e níveis de atuação das entidades mantenedoras e mantidas”. Brasília, 6 de junho de 2003.
- “Tipos de gestão – profissionalizada, de instituição fundacional e comunitária, de entidade que se transformou em sociedade anônima, de instituição confessional, de entidades mantenedoras e de instituições mantidas”. Brasília, julho de 2003.
- “Avaliação crítica da política de Educação Superior e suas repercussões para o setor privado”. Brasília, 9 e 10 de setembro de 2003.
- “Internacionalização da Educação Superior”. Brasília, 1º de outubro de 2003.
- Seminário “Educação Corporativa como prática educacional inovadora”. Brasília, 5 de novembro de 2003. 





Seminários

2004/2012

- “Marco Regulatório do Ensino Superior”. Brasília, 17 de fevereiro de 2004.
- “Marco Regulatório do Ensino Superior – extensão nas IES particulares”. Brasília, 10 de março de 2004.
- “Programa Universidade para Todos – cheque-educação para o terceiro grau”. Brasília, 14 de abril de 2004.
- “Programa Universidade para Todos (ProUni) – conteúdo e emendas”. Brasília, 15 de junho de 2004.
- “Responsabilidade social das IES – Programa Universidade para Todos”. Brasília, 7 de julho de 2004.
- “Políticas afirmativas de inclusão no ensino superior”. Brasília, 4 de agosto de 2004.
- “Implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni) - questões conceituais e operacionais”. Brasília, 14 de setembro de 2004.
- “Programa Universidade para Todos – princípios e diretrizes”. Brasília, 5 de outubro de 2004.
- “Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação”. Brasília, 8 de novembro de 2004.
- “Turbulências do negócio da educação: cenários, mercado, concorrência e gestão para a sobrevivência”. Brasília, 7 de dezembro de 2004.
- “Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação – finalidades e objetivos”. Brasília, 2 de fevereiro de 2005.
- “Livre Iniciativa – a lei das mensalidades e as restrições fiscais do ProUni”. Brasília, 22 de fevereiro de 2005.
- “Restabelecimento do certificado de entidade beneficente de assistência social das mantenedoras que aderiram ao ProUni”. Brasília, 9 de março de 2005.
- “Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação – propostas”. Brasília, 29 de março de 2005.
- “Top Educacional Professor Mário Palmério – apresentação das propostas vencedoras”. Brasília, 3 de maio de 2005.




- “Análise Setorial do Ensino Superior Privado no Brasil – tendências e perspectivas 2005/2010”. Brasília, 7 de junho de 2005.
- “Caminhos para a realização do compromisso social das IES”. Brasília, 5 de julho de 2005.
- “A realização do compromisso social das IES pela interação com a comunidade e o setor produtivo”. Brasília, 1º e 2 de agosto de 2005.
- “Formação de Professores e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia – Lei da Reforma Universitária: análise e normas de transição”. Brasília, 13 e 14 de setembro de 2005.
- “Impactos para o setor privado com as normas legais de transição”. Brasília, 4 de outubro de 2005.
- “Questões controversas do ensino superior – Projeto de autorregulação das IES particulares e Lei das mensalidades”. Brasília, 22 e 23 de novembro de 2005.
- “Cenários e tendências – reinventando a universidade: Projeto de Autorregulação das IES Particulares; Perfil das IES particulares e sua contribuição social”. Brasília, 13 de dezembro de 2005.
- “Sistema Nacional de Avaliação de Ensino superior: aspectos teóricos, metodológicos e operacionais”. Brasília, 30 e 31 de janeiro de 2006.
- “Instrumento de avaliação externa da educação superior do MEC”. Brasília, 21 de fevereiro de 2006.
- “Código de Autorregulamentação das Instituições Particulares de Ensino Superior”. Brasília, 14 e 15 de março de 2006.
- “O que existe de positivo no cenário educacional brasileiro e o que as IES devem fazer para usufruir das oportunidades”. Brasília, 4 de abril 2006.
- “A comunicação e o mantenedor”. Brasília, 9 de maio de 2006.
- “Interpretação e aplicação do Decreto nº 5.773/06”. Brasília, 6 de junho de 2006.
- “O Projeto de Lei nº 7.200 e seus impactos na vida das IES”. Brasília, 6 de julho de 2006.
- “Inflação de doutores – desperdício ou potencial de receita? O caso das IES particulares”. Brasília, 8 de agosto de 2006.
- “O impacto do novo sistema de avaliação do MEC para o coordenador de curso”. Brasília, 20 de setembro de 2006.
- “Qualidade e sobrevivência das instituições de ensino superior”. Brasília, 3 de outubro de 2006.
- “Educação como desafio para o desenvolvimento: proposições do setor privado”. Brasília, 8 de novembro de 2006.

- “Ciclo avaliativo do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – Sinaes”. Brasília, 23 fevereiro de 2007.
- “Elementos mercadológicos e competitivos na gestão de instituições de ensino”. Brasília, 27 de março de 2007.
- “Sustentabilidade e captação de recursos na educação superior no Brasil”. Brasília, 17 de abril de 2007.
- “A educação e o futuro do Brasil”. Brasília, 8 de maio de 2007.
- “A ABMES vai até você!”. Primeiro seminário da série. Recife, 31 de maio de 2007.
- “Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério – apresentação das propostas vencedoras”. Brasília, 12 de junho de 2007.
- “A ABMES vai até você!”. Segundo seminário da série. Belo Horizonte, 22 de junho de 2007.
- “Novo processo de gestão do Departamento de Supervisão e Políticas da Educação Superior – Desup/SESu/MEC”. Brasília, 3 de julho de 2007.
- “Ensino superior de massa: do artesanato à revolução industrial”. Brasília, 7 de agosto de 2007.
- “A ABMES vai até você!”. Terceiro seminário da série. Salvador, 17 de agosto de 2007.
- “A ABMES vai até você!”. Quarto seminário da série. Curitiba, 31 de agosto de 2007.
- “Ideias e propostas para a educação brasileira”. Brasília, 11 de setembro de 2007.
- “A ABMES vai até você!”. Quinto seminário da série. Goiânia, 15 de setembro de 2007.
- “Carga horária dos cursos de graduação e duração de cursos”. Brasília, 16 de setembro de 2007.
- “O e-MEC e as novas relações entre as instituições de ensino superior e o Ministério da Educação”. Brasília, 16 de outubro de 2007.
- “Branding, uma nova filosofia de gestão. Por que cuidar de sua marca?”. Brasília, 6 de novembro de 2007.
- “Conflitos de competências entre o sistema federal e os sistemas estaduais de educação”. Brasília, 6 de dezembro de 2007.
- “Questões trabalhistas controversas na relação de trabalho no ensino superior”. Brasília, 19 de fevereiro de 2008.
- “Alteração dos critérios do Financiamento Estudantil com base na Lei nº 11.552/2007”. Brasília, 11 de março de 2008.
- “Transformação da mantenedora familiar em empresa de capital aberto”. Brasília, 8 de abril de 2008.





- “Workshop de treinamento para o e-MEC: análise documental e regimental”. Brasília, 11 de maio de 2008.
- “As novas normas do Fies como instrumento de ampliação do acesso à educação superior”. Brasília, 13 de maio de 2008.
- “Responsabilidade social e ambiental: o papel das IES particulares”. Brasília, 10 de junho de 2008.
- “Proibição do ingresso do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras com fins lucrativos”. Brasília, 1º de julho de 2008.
- “Pós-graduação e pesquisa nas instituições de ensino superior (IES) não estatais: implantação, desenvolvimento e sustentabilidade”. Brasília, 5 de agosto de 2008.
- “As questões polêmicas da avaliação externa – Enade, IDD e CPC”. Brasília, 9 de setembro de 2008.
- “A nova Lei do Estágio – avanço ou retrocesso?”. Brasília, 2 de dezembro de 2008.
- “Sucessão familiar e alternativas de desenvolvimento das IES”. Brasília, 10 de fevereiro de 2009.
- “O sistema de avaliação brasileiro: concepção, qualidade dos indicadores e o impacto dos novos instrumentos nas IES”. Brasília, 10 de março de 2009.
- “Perspectivas para o mercado educacional no contexto da crise global”. Brasília, 31 de março de 2009.
- “Reestruturação metodológica do Enem – vestibular tradicional versus prova única com validade nacional”. Brasília, 5 de maio de 2009.
- “Duração da hora-aula e o prazo mínimo de integralização dos cursos de graduação: melhoria, retrocesso ou reserva de mercado?”. Brasília, 30 de junho de 2009.
- “Lições de Educação a Distância – caracterização geral. Contexto mundial e latino-americano. Modelos. Regulação e avaliação no Brasil”. Brasília, 4 de agosto de 2009.
- “Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior – Programa IES”. Brasília, 1º de setembro de 2009.
- “Educação a distância: avaliação, modelos, base de dados e ferramentas interativas”. Brasília, 6 de outubro de 2009.
- “O enigma do CPC: decifra-me ou devoro-te!”. Brasília, 10 de novembro de 2009.
- Curso sobre os temas “Núcleo Docente Estruturante (NDE) e hora-aula”. Brasília, 10 de novembro de 2009.
- “A construção do Sistema Nacional de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação/Conae 2010”. Brasília, 8 de dezembro de 2009.

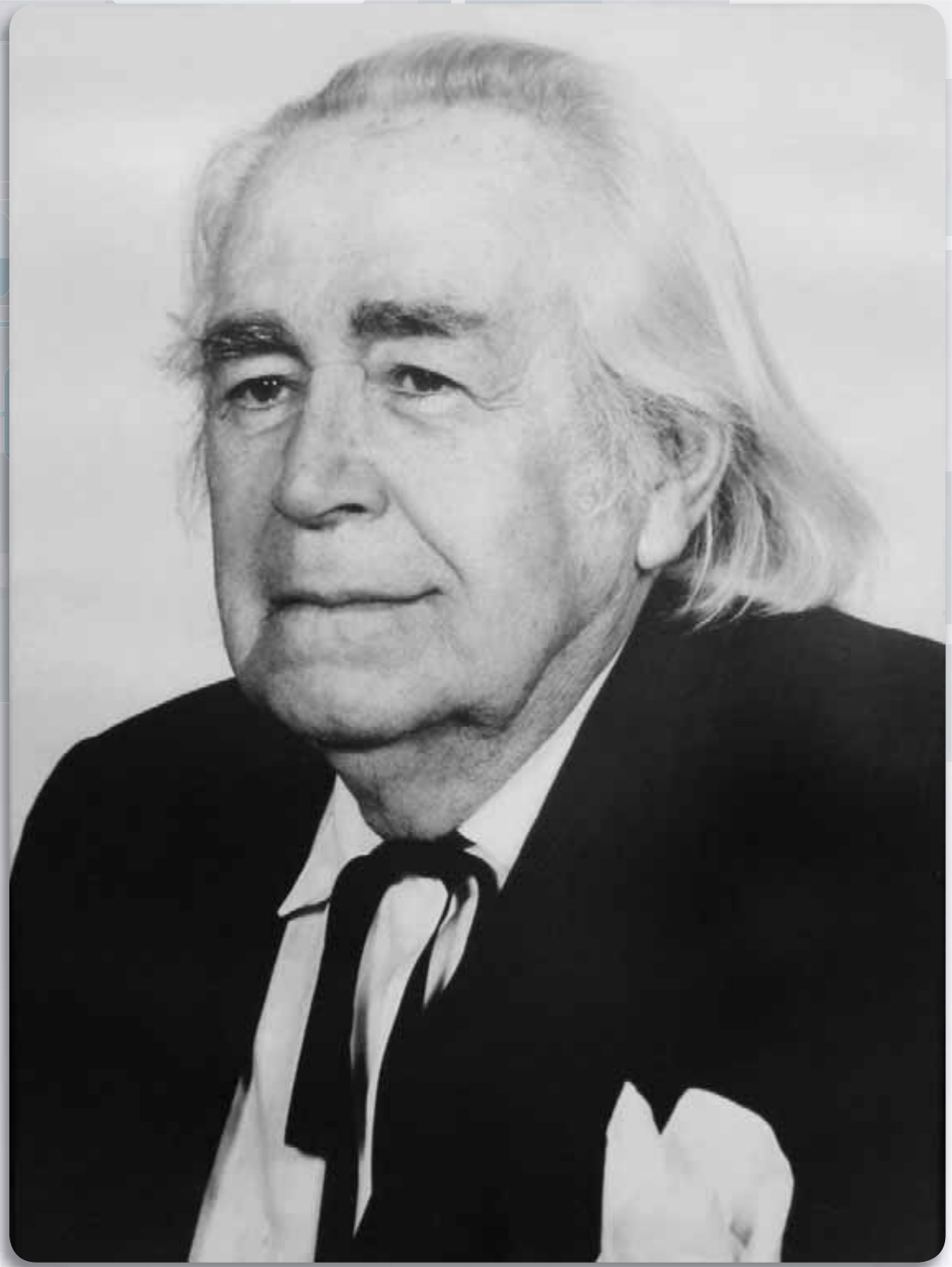
- “Inteligência Competitiva (IC) por meio da utilização das redes sociais”. Brasília, 9 de março de 2010.
- “Passado, presente e futuro da gestão educacional”. Brasília, 6 de abril de 2010.
- “Inovação: a criatividade na era digital”. Brasília, 4 de maio de 2010.
- “Plano Nacional de Educação – subsídios para a elaboração de propostas”. Brasília, 8 de junho de 2010.
- “Processos regulatórios das Instituições de Ensino Superior”. Brasília, 6 de julho de 2010.
- “Alterações nos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa, Cursos de Graduação e de Tecnologia”. Brasília, 3 de agosto de 2010.
- “Da proposta à ação: estratégias para melhorar a imagem do ensino superior particular e atrair alunos”. Brasília, 30 de agosto de 2010.
- “Novo Fies – regulamentação e disponibilidade de certificados”. Brasília, 5 de outubro de 2010.
- “Gestão estratégica para as IES particulares – tomada de decisões sobre o futuro das IES”. Brasília, 9 de novembro de 2010.
- “Um olhar para o futuro: visões da educação brasileira para os próximos dez anos”. Brasília, 7 de dezembro de 2010.
- “Políticas públicas para a expansão do Ensino Superior brasileiro”. Brasília, 1º de março de 2011.
- “Aspectos legais e gerenciais dos Programas de Educação a Distância”. Brasília, 1º de março de 2011.
- “A nova Portaria nº 40 e seus reflexos no Ensino Superior”. Brasília, 5 de abril de 2011.
- “Expansão estratégica da educação superior brasileira”. Brasília, 31 de maio de 2011.
- “Novos Instrumentos de avaliação: principais mudanças, aprimoramento dos indicadores, pontos polêmicos”. Brasília, 4 de julho de 2011.
- Workshop ABMES: “O papel dos procuradores institucionais nas IES”. Brasília, 29 de agosto de 2011.
- “Evasão e retenção: problemas e soluções”. Brasília, 4 de outubro de 2011.
- “Lucro e qualidade acadêmica são compatíveis na Educação Superior?” Brasília, 8 de novembro de 2011.
- “Direitos trabalhistas na era digital: o que muda com a Lei nº 12.551/2011?”. Brasília, 14 de fevereiro de 2012.
- “Erros e acertos da avaliação educacional no Brasil”. Brasília, 15 e 16 de março de 2012.
- “Fies e ProUni: controvérsias na cobrança de mensalidades e descontos”. Brasília, 10 de abril de 2012.
- Workshop ABMES/MEC: “Treinamento SisFIES para membros das CPSAs”. Brasília, 8 de maio de 2012.
- Workshop “Normas e direitos das IES no processo avaliativo: os segredos de um resultado positivo”. Brasília, 3 de julho de 2012. 





Prêmios

Os prêmios instituídos pela ABMES têm como objetivos identificar, divulgar e premiar as iniciativas inovadoras das instituições de ensino superior e homenagear gestores, políticos e empresários com serviços prestados à educação.



Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério

Mário de Ascensão Palmério nasceu em Monte Carmelo, em Minas Gerais, no dia 1º de março de 1916. Empreendedor e com experiência na área educacional, construiu, na cidade de Uberaba, em 1945, um conjunto de edifícios que daria origem às Faculdades Integradas de Uberaba e, posteriormente, à Universidade de Uberaba.

Escritor – são de sua autoria os livros Vila dos Confins e Chapadão do Bugre – e político (foi eleito deputado federal por dois mandatos), foi embaixador do Brasil no Paraguai e compositor de grande prestígio no meio artístico de Assunção. O reconhecimento do valor literário de sua obra veio com a eleição, em 4 de abril de 1969, para a vaga de Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras.

Após longo período de permanência na Amazônia, por onde morou e viajou em busca de novos temas e novos ambientes para seu ofício de romancista, regressou à Uberaba para reassumir seus encargos educacionais. Em outubro de 1988, Mário assistiu no Gabinete do Ministro da Educação em Brasília à assinatura do reconhecimento da Universidade de Uberaba, assumindo logo em seguida a reitoria dessa instituição, permanecendo no cargo até abril de 1996. Mário Palmério faleceu no dia 24 de setembro de 1996, em Uberaba, Minas Gerais.



Histórico

O Prêmio Top Educacional, criado em dezembro de 1992 pelo então presidente da ABMES, Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, tem como objetivo identificar e reconhecer o mérito de propostas inovadoras das instituições de ensino superior públicas e privadas nas áreas de: a) ensino, pesquisa e extensão; b) inovações curriculares na graduação, pós-graduação; c) avaliação institucional; d) modelos de gestão; e) iniciativas promotoras de inclusão social e de proteção do meio ambiente. Trata-se não só de uma iniciativa de grande êxito da ABMES como também de um marco no calendário das atividades acadêmicas do ensino superior particular.

A partir de 1997 passou a ser denominado Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério em homenagem ao educador, político, músico, diplomata, escritor e fundador da Universidade de Uberaba, morto em 1996.

A ABMES tem-se empenhado em editar o Prêmio, anualmente, e em divulgar amplamente o conteúdo das propostas vencedoras a todas as instituições de ensino superior do país. Para tanto utiliza como veículos o *ABMES Cadernos*, o portal da ABMES e outros canais de comunicação.

Com alegria e júbilo, a ABMES constata que muitos protótipos e metodologias premiados foram posteriormente patenteados e/ou considerados referência para outras IES no desenvolvimento de suas atividades acadêmico-administrativas.



Premiados

1993

1º lugar

“Programa de integração universidade – escola secundária” da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. Coordenador: Luiz Carlos Scavarda.

Universidade Salgado de Oliveira, das Faculdades Integradas Castelo Branco, hoje Universidade Castelo Branco, da Universidade do Grande Rio e da Universidade de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, RJ. Coordenadora: Célia Maria S. de Bragança.

Menções Honrosas

- “Projeto para integração social do portador de deficiência auditiva, por meio da integração com o computador” da Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, RJ. Coordenador: Luiz Eduardo Possidente Tostes.
- “Projeto Mescon – mestrado em convênio” destinado a capacitar docentes de instituições localizadas no estado do Rio de Janeiro da

1994

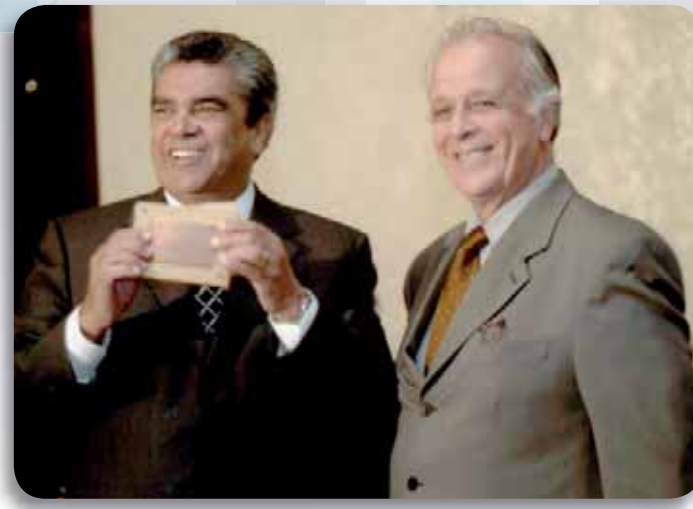
1º lugar

“Programa de alfabetização de adultos” da Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF. Coordenadora: Gláucia Melasso Garcia.

1995

1º lugar

Projeto “Expressão” da Universidade Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes, SP. Coordenadoras: Márcia de Azevedo Arouca, Eliana de Azevedo Arouca e Vera Lúcia Pereira Lima.



1996

1º lugar

“Projeto do curso de Educação Artística” da Faculdade Anhembi Morumbi. São Paulo, SP. Coordenadora: Mônica Cristina de Moura.

Menções Honrosas

- Projeto “Inovação curricular no curso de Psicologia” das Faculdades Integradas Newton Paiva Ferreira. Belo Horizonte, MG. Coordenadora: Ângela Ribeiro Rodrigues.
- Projeto “Sistema modular integrado – uma proposta de inovação curricular” da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, RJ. Coordenador: Roberval de Almeida.

1997

1º lugar

“Alternativas para um programa de alfabetização de adultos” da Universidade de Cuiabá. Cuiabá, MT. Coordenadora: Rosa Maria Jorge Persona.

Menções Honrosas

- “Nova sistemática para o estágio curricular supervisionado da Universidade Potiguar”. Natal, RN. Coordenador: Kelermane D. S. Martins.
- “Laboratório de Serviço Social: a criatividade” da Universidade da Amazônia. Belém, PA. Coordenadora: Andréa Mello Pontes.

1998

1º lugar

“Descentralização da gestão financeira: crédito diferenciado” da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS. Coordenador: Vilmar Thomé.

Menções Honrosas

- “Projeto de pesquisa de políticas e de desenvolvimento integral participativo de universos sociais periféricos” da Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF. Coordenador: João Ribeiro de Oliveira.
- “Projeto Pepalantus” do Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, MG. Coordenador: Flávio Vitarelli.



1999

1º lugar

“Projeto pedagógico do curso de Medicina” da Universidade São Francisco. Bragança Paulista, SP. Coordenador: Sérgio Luiz Martin Nardy.

Menções Honrosas

- Projeto “O jornal-laboratório Revelação e a humanização da narrativa jornalística” da Universidade de Uberaba. Uberaba, MG. Coordenador: Edvaldo Pereira Lima.
- “Polo de modernização tecnológica” da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS. Coordenador: Erica Karnopp.

2000

1º lugar

Projeto “Implantação da cultura de pesquisa na Universidade Mogi das Cruzes” da Universidade Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes, SP. Coordenador: Isaac Roitman.

Menções Honrosas

- “Ser acadêmico” do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes da Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, SP. Coordenador: Sérgio Augusto Soares de Oliveira Naddeo.
- “Integração dos sistemas de avaliação interna e externa como instrumento de tomada de decisão” da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, SC. Coordenador: Sueli Petry da Luz.

2001

1º lugar

“A universidade por um trânsito mais humano” do Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, MG. Coordenadora: Rosana Antunes.

Menção Honrosa

- “Projeto fortalecimento das atividades de extensão e suas repercussões no ensino e na pesquisa da graduação” do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Coronel Fabriciano, MG. Coordenadora: Othon Fava e José Edécio Drummond Alves.



2002

1º lugar

“Espaço Interdisciplinar de Criação: o Centro de Design e Moda Anhembi Morumbi como gerador do fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão” da Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, SP. Coordenadores: Mônica Moura e Sérgio Garrido.

Menções Honrosas

- “O Centro Universitário Newton Paiva respondendo às demandas sociais: assistência comunitária às toxicomanias” do Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, MG. Coordenadora: Wânier Aparecida Ribeiro.
- “A Pesquisa e a Extensão no Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura da Uniube: uma estratégia de efetivação” da Universidade de Uberaba. Uberaba, MG. Coordenadora: Carmen Sílvia Maluf.

2003

1º lugar

“A contribuição do uso do computador na aquisição da linguagem escrita por jovens e adultos em processo de alfabetização” da Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, SP. Coordenadoras: Gisele Paulucci, Maria Saete da Costa e Patrícia Passos Gonçalves Palácio.

Menções Honrosas

- “Projeto de Alfabetização São Pedro na Ponta do Lápis” das Faculdades.
- Integradas São Pedro. Vitória, ES. Coordenador: Alexandre Nunes Theodoro.
- “Programa Cidadania e Vida” do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Coronel Fabriciano, MG. Coordenadores: Maria Aparecida Assis Batista e Zélia Maria Cadeira de Carvalho.

2004

1º lugar

“Enfermagem em ação – de mãos dadas com a comunidade” do Centro Universitário de Brasília. Brasília, DF. Coordenadoras: Adrienne de Paiva Fernandes, Mara Lúcia Castilho e Nilva Jacqueline Reis Linhares.

Menções Honrosas

- “Polo Unama de liberdade assistida” da Universidade da Amazônia. Belém, PA. Coordenadora: Zoraide Leitão de Oliveira.
- “Programa educação matemática em ação” do Centro Universitário Barra Mansa. Barra Mansa, RJ. Coordenadora: Jacqueline Bernardo Pereira de Oliveira.



2005

1º lugar

“Programa Gota D’Água” do Centro Universitário São Camilo. Cachoeiro do Itapemirim, ES. Coordenadora: Adriana Abel Penedo.

Menções Honrosas

- “Ensino de Matemática para deficientes visuais pela utilização do instrumento Multiplano: concreto e virtual” da Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel. Cascavel, PR. Coordenador: Rubens Ferronato.
- “A universidade e a luta pela construção dos direitos humanos: como a atenção integral ao paciente judiciário reduz o sofrimento mental” do Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, MG. Coordenador: Fernanda Otoni de Barros.

2006

1º lugar

“Promovendo a cidadania e o desenvolvimento das competências profissionais valorizadas pelo mundo do trabalho” das Faculdades de Tecnologia Senai. Florianópolis, SC. Coordenador: Fabiano Bachmann.

Menções Honrosas

- “Modelos simulados para o ensino de técnica operatória” da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB. Coordenador: Carlos Roberto Carvalho Leite.
- “Biblioteca Digital da Unopar” da Universidade do Norte do Paraná. Londrina, PR. Coordenadora: Vilma Aparecida Gimenez da Cruz.

2007

1º lugar

“Projeto impactos faunísticos causados pelo desenvolvimento socioeconômico do Noroeste Paulista do Centro Universitário de Rio Preto. São José do Rio Preto, SP. Coordenador: Halim Atique Netto.

Menções Honrosas

- “Educação como medida profilática para as principais parasitoses neotropicals” da Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG. Coordenador: André Flávio Soares Ferreira Rodrigues.
- “Identidade e qualidade do queijo da região de Pratinha” da Universidade de Uberaba, Uberaba, MG. Coordenadora: Ana Cláudia Chesca.



2008

1º lugar

“De bem com a vida: Programa de intervenção preventiva e promoção de saúde e qualidade de vida em mulheres pós-menopáusicas por meio de treinamento de força periodizado” do Centro Universitário Central Paulista. São Carlos, SP. Coordenador: Gilberto Eiji Shiguemoto.

Menção Honrosa

- “Ensino Interdisciplinar nas Engenharias Mecatrônica e Mecânica” da Universidade Salvador. Salvador, BA. Coordenador: Paulo Victor Fleming.



2009

1º lugar

“Mão de via dupla – os cursos de férias da Universidade Guarulhos” da Universidade de Guarulhos. Guarulhos, SP. Coordenadora: Maria Helena Krüger.

Menções Honrosas

- “Otimização de Recursos em um Programa de Iniciação Científica: participação discente no Conic/Semesp” do Instituto de Pesquisas Aplicadas e Desenvolvimento Educacional – Anhanguera Educacional S.A.. Valinhos, SP. Coordenadora: Jeanne Dobgenski.
- “Integração das licenciaturas: saberes e filosofias compartilhadas como alternativa para a formação profissional docente” da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Coordenadora: Marlei Gomes Da Silva Malinoski.

2010

1º lugar

“Rede Produtiva de Design e Artesanato no Aglomerado da Serra” da Universidade Fumec. Belo Horizonte, MG. Coordenadora: Natacha Silva Araújo Rena.

Menções Honrosas

- “Das Mulheres da Paz às Flores do Bom Jardim” da Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE. Coordenadora: Lilia Maia de Moraes Sales.
- “Estágio Supervisionado em Atenção à Saúde do Idoso”. Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE. Coordenadora: Siulmara Cristina Galera.



2011


1º lugar

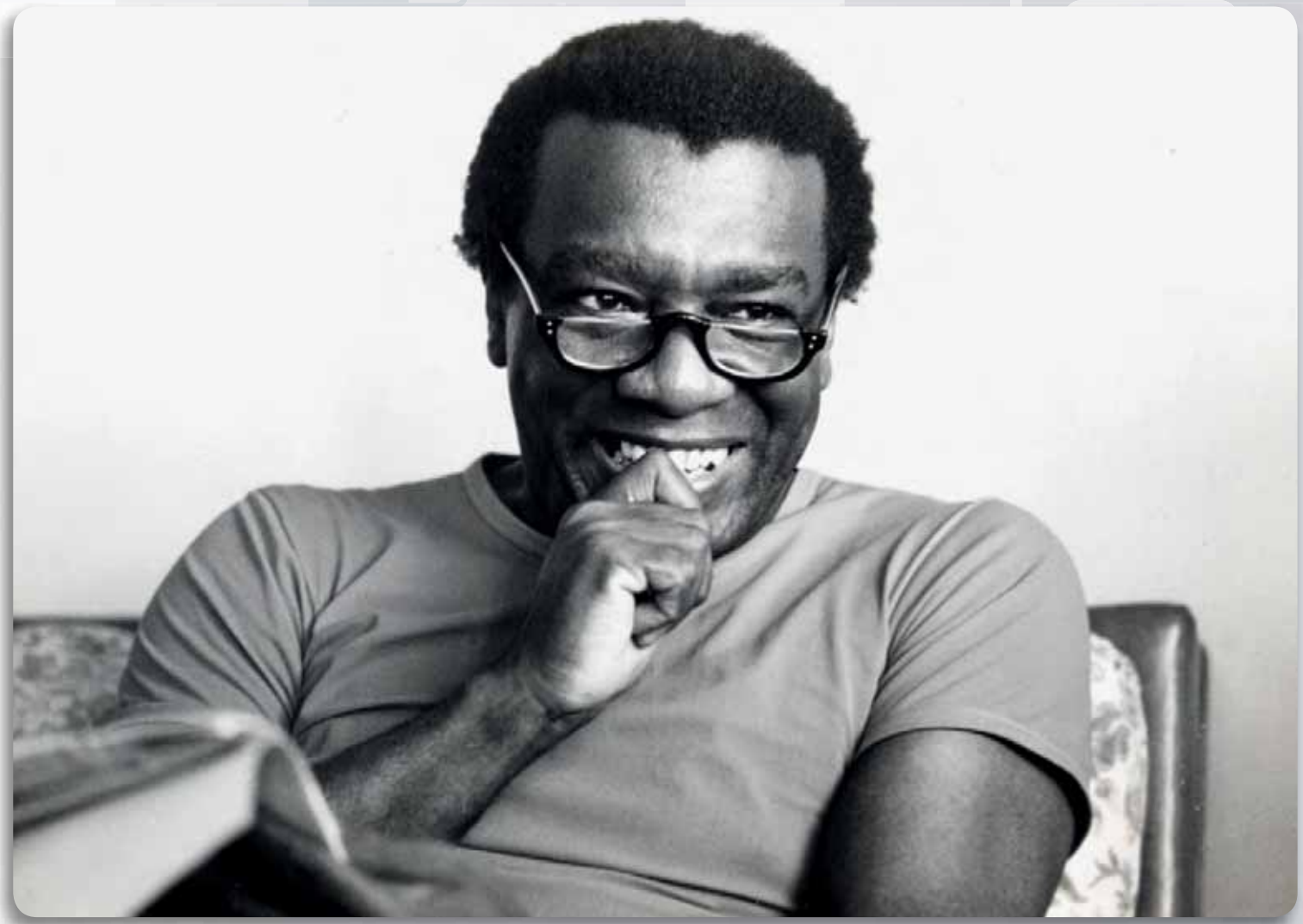
“Olimpíada jurídica” – Faculdade de Direito de Vitória. Vitória, ES. Coordenadora: Paula Castello Miguel.

Menções Honrosas

- “Mediação escolar incluindo jovens e fortalecendo líderes pelo diálogo e pela arte” – Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE. Coordenadora: Lília Maia de Moraes Sales.
- “Programa Integrado – “Município sustentável: Benevides em Foco” – Universidade da Amazônia. Belém, PA. Coordenador: Mário Vasconcellos.

Projetos Destaques

- “Integração Direito, Arte e Cultura como metodologia de ensino jurídico para a aprendizagem significativa: uma transformação dos espaços em formação acadêmica e cidadã” – Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE. Coordenador: Carlos Augusto Fernandes Eufrásio.
- “Banco de ações solidárias” – Faculdade Vale do Grotuba. Nova Porteirinha, MG. Coordenadora: Ellen Parella.
- “Dançando no escuro” – Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, SP. Coordenador: Dulce Maria Rosa Cintra. 



Prêmio Milton Santos de Educação Superior

O geógrafo Milton Santos nasceu em Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia, em 1926. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, faleceu em São Paulo, no dia 24 de junho de 2001.

Sua vasta obra, ainda pouco conhecida e estudada no Brasil, revolucionou não apenas a Geografia mas as ciências humanas e sociais. Com sua genial conceituação do espaço geográfico, Milton ofereceu a possibilidade de se compreender a totalidade do mundo. Abordou, como ninguém, a problemática da urbanização no Terceiro Mundo, a teoria e a metodologia geográficas, temas sobre os quais publicou mais de quarenta livros e cerca de 300 artigos, traduzidos para o espanhol, francês, inglês e japonês. Ensinou em diversas universidades na Europa, África, América do Sul e América do Norte.

Dentre as honrarias recebidas em reconhecimento ao seu trabalho intelectual, destacam-se os títulos de Doutor Honoris Causa de inúmeras universidades no Brasil e no exterior e o Prêmio Vautrin Lud, correspondente ao “Prêmio Nobel” da Geografia. Milton Santos foi o único pesquisador fora do mundo anglo-saxão a receber este importante prêmio.



O Prêmio

O Prêmio Milton Santos de Educação Superior, lançado em dezembro de 2004, tem como objetivo reconhecer o mérito de personalidades que contribuem para o aprimoramento da educação superior no país nas seguintes categorias: “gestão de instituição de ensino superior”, “desempenho político” e “gestão empresarial”.

Premiados

2004

O Prêmio foi concedido, em caráter excepcional, em dezembro de 2004, às seguintes personalidades pertencentes ao grupo de mantenedores / fundadores da ABMES:

- Candido Antonio Mendes de Almeida, reitor da Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, RJ e ex-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.
- Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, reitor da Universidade da Amazônia, Belém, PA e ex-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.
- Electro Bonini, chanceler da Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP.
- Gabriel Mario Rodrigues, reitor da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, e ex-presidente do Sindicato das Entidades

Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

- Vera Costa Gissoni, chanceler da Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, RJ e ex-vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.



2006

- Antonio Carbonari Netto – Gestão de ensino superior. Presidente do Grupo Anhanguera Educacional; diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo; diretor técnico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.
- Átila Freitas Lira – Desempenho político. Deputado Federal pelo PSDB do Piauí, membro da Comissão de Educação, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Reforma da Educação Superior.
- José Roberto Marinho – Gestão empresarial. Vice-presidente de Responsabilidade Social das Organizações Globo e presidente da Fundação Roberto Marinho.

2008

- Claudio Haddad – Gestão de instituição de ensino superior. Diretor-presidente do Ibmec São Paulo; presidente do conselho da Veris Educacional S.A.
- Gastão Vieira – Desempenho Político. Deputado Estadual do PMDB do Maranhão. Ministro do Turismo.
- Marcos Magalhães – Gestão empresarial. Diretor do Unibanco.

2010

- Pe. Décio Batista Teixeira – Gestão de instituição de ensino superior. Diretor-presidente da União Brasileira de Educação e Cultura (Ubec); diretor administrativo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).
- Mozart Neves Ramos – Gestão empresarial. Professor da Universidade Federal de Pernambuco; membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CES-CNE) e conselheiro do Movimento Todos Pela Educação.
- Marisa Serrano – Desempenho político. Senadora PSDB/MS. 🌐



Concurso Silvio Tendler de Vídeos sobre Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior Particulares

Silvio Tendler é um renomado documentarista brasileiro. É, antes de tudo, um humanista, que já produziu cerca de 40 filmes, entre curtas, médias e longas-metragens. Seus filmes são resgates da memória brasileira e inspiram seus espectadores à reflexão sobre os rumos do Brasil, da América Latina e do mundo em desenvolvimento. Em 1981, criou a Caliban Produções Cinematográficas, direcionada para biografias históricas de cunho social, onde permanece como diretor e roteirista.

Seus documentários conquistaram inúmeras premiações e fizeram dele uma referência nacional no gênero. Recebeu prêmios em festivais brasileiros como o de Brasília, Gramado, Rio, e prêmios de instituições como o troféu Margarida de Prata, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Entrou na Seleção Oficial do Festival de Cannes com “Glauber o Filme, Labirinto do Brasil” e participou de diversas mostras e festivais internacionais (Europa, América Latina, Estados Unidos e Canadá) mostrando nosso cinema e nossa cultura no Brasil e no mundo.

Em 2005 recebeu o Prêmio Salvador Allende no Festival de Trieste, Itália, pelo conjunto da obra. Em 2008, foi homenageado no “X Festival de Cinema Brasileiro em Paris”, com uma retrospectiva de seus filmes. Ainda neste ano, foi condecorado com a Medalha Tiradentes, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, por relevantes serviços prestados à causa pública do Estado.

A trilogia “Jango”, “Os Anos JK” e “Tancredo, a travessia” retratam biografias marcadas por um compromisso indissolúvel com a democracia e o futuro da nação e do povo brasileiro.

O documentário “Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de lá” – que aborda o tema da globalização sob uma perspectiva da periferia de cidades, países e continentes – foi premiado como melhor filme pelo júri popular do Festival de Cinema de Brasília, em 2006.

Parte das pesquisas de seus filmes tem origem no volumoso acervo particular de imagens, com mais de dez mil títulos sobre a História do Brasil e do mundo dos últimos 50 anos.



O Concurso

O “Concurso Silvio Tendler de Vídeos sobre Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior Particulares” tem como objetivo premiar os vídeos mais inovadores produzidos pelas IES que participam do Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular.

Premiados

2007

Vídeo Documentário / Vídeo Reportagem Jornalística

1º lugar

“Igarapé Mata Fome: a construção de capital social”. Universidade da Amazônia. Belém, PA.

Menção Honrosa

“Olhar solidário”. Universidade Anhembí Morumbi. São Paulo, SP.

Vídeo Institucional

1º lugar

“Estácio de Sá e responsabilidade social”. Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande. Campo Grande, MS.

Menção Honrosa

“Institucional Afece”. Faculdades Integradas do Brasil. Curitiba, PR.

Videoclipe

1º lugar

“Dia da Responsabilidade Social”. Universidade Luterana do Brasil. Canoas, RS.

Menção Honrosa

“Por um mundo mais justo e sábio”. Universidade Santa Cecília, Santos, SP.



2008

Reportagem Jornalística

1º lugar

“Uma história de superação”. Universidade Luterana do Brasil. Canoas, RS.

Vídeo Institucional

1º lugar

“Ação social da FBV”. Faculdade Boa Viagem. Recife, PE.

Documentário

1º lugar

“Mangue Limpo”. Universidade Santa Cecília. Santos, SP.

2009

Vídeo Institucional

1º lugar

“O Grupo Inesul também é responsável pela sociedade”. Faculdade Integrada Inesul. Londrina, PR

Documentário

1º lugar

“Cadeira de Arremesso”. Universidade Santa Cecília. Santos, SP.

Reportagem Jornalística

1º lugar

“Educação e saúde na descoberta do aprender”. Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE.

Videoclipe

1º lugar

“A mudança a partir de nós”. Faculdade de Pato Branco. Pato Branco, PR.



2010

Reportagem

1º lugar

“Sábado Solidário”. Universidade Fumec. Belo Horizonte, MG.

Vídeo Institucional

1º lugar

“Funedi/Uemg Abaeté – educação superior e responsabilidade social”. Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de Abaeté (Isab), Abaeté, MG.

Menção Honrosa

“Responsabilidade social na Antonio Meneghetti Faculdade tem ritmo de música”. Antonio Meneghetti Faculdade, Restinga Seca, RS.

Documentário

1º lugar

“Revolução dos bichos”. Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, SP.

Menção Honrosa

“Rodapés”. Centro Universitário Hermínio Ometto (Uniararas), Araras, SP.

2011

Reportagem

1º lugar

“Ensino Superior Responsável 2011 – uma ação para comunidade”. Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro, RJ.

Vídeo Institucional

1º lugar

“Responsabilidade social no dia a dia das comunidades”. Faculdade Anhanguera de Valinhos (FAV/Anhanguera). Valinhos, SP.



Documentário

1º lugar

“Equoterapia – Unifeob no Dia da Responsabilidade Social”. Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos. São João da Boa Vista, SP.

Videoclipe

1º lugar

“Fumec no Parque”. Universidade Fumec. Belo Horizonte , MG. 🌐





Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular

A ABMES tem enfatizado, desde a década de 1980, a responsabilidade social do ensino superior particular, considerando-o sempre como força viva e atuante na sociedade e demonstrando o seu papel histórico e suas expectativas em relação ao futuro.



Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular

Trabalhar por um futuro melhor para nossa sociedade é responsabilidade de todos. Quando se busca essa meta em grupo, os resultados são ainda melhores. Isso não seria diferente para as 1.160 instituições de ensino superior (IES) particulares que participaram da campanha nacional do Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular desde sua primeira edição, realizada em 29 de outubro de 2005. Em alguns estados, instituições públicas também aderiram à campanha em parceria com a iniciativa privada.

De portas abertas para a comunidade, a campanha computou mais de 7,5 milhões de atendimentos à população em diversas áreas, como consultoria jurídica, orientação profissional e educacional, assistência à saúde, promoção da inclusão digital e atividades culturais, recreativas e esportivas para todas as idades em sete edições.

Promovido anualmente pela ABMES, o Dia da Responsabilidade Social quebrou grandes recordes, ano após ano. Realizado sempre no último sábado de setembro, o ponto alto do projeto já reuniu mais de 437 mil pessoas em todo país, entre professores, alunos, técnicos e voluntários, em um dia de solidariedade.

O objetivo da campanha é estimular que as instituições promovam também ao longo de todo o ano ações em benefício da sociedade. O resultado tem sido positivo: ao todo, foram 32.275 mil atividades oferecidas à comunidade em todo Brasil entre 2005 e 2011.

O “Dia” representa uma oportunidade ímpar para que as IES possam mostrar que as ações inovadoras contribuem para revitalizar o ensino, a pesquisa e a extensão; permitir o debate de temas voltados ao ensino superior: ética, reformas do ensino, cidadania dentre outros; desenvolver trabalhos interdisciplinares e parcerias com instituições congêneres, empresas, ONGs e outras; fortalecer parcerias entre as IES e a sociedade; conferir maior visibilidade ao setor e permitir trocas de experiências; além de unir forças e mostrar a pujança do setor particular.

Ações agregadas à campanha


- Caminhada do Ensino Responsável. A caminhada é um instrumento valioso de conscientização da comunidade interna e externa para as ações na área da responsabilidade social. O fato de ser realizada fora do campus provoca maior im-

pacto e chama a atenção da mídia e de um número ainda maior de pessoas.

- Concurso Silvio Tendler de Curtas sobre Responsabilidade Social das IES. Criado em 2007 e destinado a premiar os trabalhos das IES que participam do “Dia” possui as seguintes categorias: Documentário; Reportagem; Vídeo Institucional e Videoclipe.

Selo Instituição Socialmente Responsável

O compromisso dessas instituições em promover o conhecimento aliado aos valores humanos garantiu a certificação da ABMES com o Selo Instituição Socialmente Responsável – conferido apenas às IES que comprovadamente aplicaram ações de engajamento social. Desde a criação da certificação, mais de 1.100 instituições já receberam o selo.

Para a ABMES, um dos principais objetivos da campanha é alcançado todos os anos, uma vez que ofereceu mais força e visibilidade às iniciativas realizadas pelo ensino superior particular, estimulando ainda a realização de novos projetos sociais nas IES. 





Publicações da ABMES Editora

Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem, o mais
espetacular é, sem dúvida, o livro.

Jorge Luis Borges



Qualidade, Expansão e Financiamento do Ensino Superior Privado

Organizadores
Candido Mendes
Cláudio de Moura Castro

Ensino Superior
Legislação Atualizada
2

Políticas para a Educação Superior Propostas do Setor Privado

2011
Ensino Superior
LEGISLAÇÃO
ATUALIZADA
15

ESTUDOS

o Ensino Superior Particular



Os Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2002



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
N.º 1

Série Grandes Depoimentos

EUNICE DURHAM

Produção de Eunice Durham



Marco Legal do Ensino Superior Particular

RESPONSABILIDADE SOCIAL

MODELOS, DIVULGAÇÃO DOS

ABMES Notícias

ÉTICA, AUTONOMIA E DESAFIOS DE CONVIVÊNCIA ENTRE AS IES FAMILIARES

A ABMES Editora é o veículo por excelência de publicação impressa e *online* da produção intelectual da ABMES. Artigos, ensaios, resultados de pesquisas, dados estatísticos e cadastrais das IES e normas legais sobre o ensino superior são os principais conteúdos das publicações da qual participam educadores, consultores e especialistas da área educacional.

As versões impressas são divulgadas a todas as IES, entidades congêneres, órgãos governamentais ligados à educação, pesquisadores e Comissões de Educação da Câmara Federal e do Senado. As versões *online* podem ser consultadas na íntegra na página da ABMES, fato que deu origem a um crescimento significativo de consultas por parte de educadores e pesquisadores do país e do exterior.

Os títulos da ABMES Editora são os seguintes: revista Estudos; revista Responsabilidade Social; Ensino Superior: Legislação Atualizada; ABMES Cadernos; Números do Ensino Superior Privado; Série Grandes Depoimentos; ABMES Notícias; Catálogo das IES Associadas às ABMES e publicações avulsas.

A ABMES vale-se de sua linha editorial para subsidiar as IES no desenvolvimento de suas funções básicas.

ABMES Notícias

Editado de 1991 a 2009, ABMES Notícias chegou à edição de nº 104. Com o avanço das mídias sociais, o jornal foi substituído pelos boletins e informativos divulgados no *site* da ABMES.

Catálogo Geral das IES Associadas à ABMES

Editado no período de 1994 a 2007, reuniu dados cadastrais das instituições mantenedoras associadas à ABMES e os de suas respectivas mantidas e, destas, as informações relativas aos cursos de graduação, sequenciais, de especialização, de mestrado e de doutorado. Hoje só existe a versão *online* do Catálogo, cujos dados são atualizados pelas próprias IES associadas.

Estudos

Criada em 1982, de conteúdo temático, a revista Estudos tem como objetivo reunir trabalhos sobre grandes temas educacionais, elaborados por profissionais reconhecidos nacionalmente. Até o ano de 2012 foram publicadas as seguintes edições:

O ensino superior particular

Aborda o ensino superior particular sob os seguintes aspectos: história, propósitos e números; a escola particular e a sociedade; a pesquisa e a extensão no ensino superior particular e o ensino superior particular no Brasil. (Estudos n.1, s/data).

O ensino privado e o poder público

Reúne temas que se revelam críticos para o ensino privado. Subjacente a toda a discussão, está a questão central da convivência com o Estado e com o ensino público. (Estudos n. 2, s/ data).

Subsídios à Comissão Nacional de Reformulação de Educação Superior

Publica artigo de Candido Mendes sobre os temas: o papel do ensino superior particular e o seu desempenho no Brasil; a coexistência com o setor público; a política pública do ensino superior; a emergência do pluralismo do ensino superior e o regime *ad intra* da atividade privada de interesse social. (Estudos n.2, s/data).

O clandestino direito de educar

Aborda os temas: educadores privados e comunitários: dicotomia insinuada, a ambiguidade institucionalizada, o educador, o empresário social, a economia perversa e os preços políticos para o ensino privado. (Estudos n.4, s/data).

O que faz a escola particular para além do ensino

Apresenta dados, análises e conclusões da pesquisa sobre o ensino superior privado. (Estudos n.5, s/data).

Avaliação da qualidade do ensino na escola superior particular

Analisa de forma aprofundada o processo de avaliação institucional, solidifica alguns conceitos sobre a avaliação e estimula as IES a repensar seus modelos. (Estudos n.6, s/data).

Rumos emergentes da educação superior

Reúne relatórios das atividades da ABM; trabalhos sobre avaliação de qualidade do ensino superior nas escolas particulares e experiências de avaliação do ensino superior. (Estudos n.7, s/data).

Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior – projeto de criação

Apresenta o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior (Ibqes), destacando os seguintes itens: objetivos gerais e específicos; produtos; organização e funcionamento; implantação, orçamento, fontes de recursos, metodologia, planos de trabalho e metas. (Estudos n.8, s/data).



Por uma educação desmistificada e livre

Temas da edição: Perspectiva da educação no programa do governo Collor; Estado e Sociedade: sócios do direito de ensino; mobilização institucional de um novo capital; o programa e a lei: os novos rumos de educação e os critérios emergentes da regulação constitucional. (Estudos n.9, s/data).

A nova Carta Magna e o direito de educar da iniciativa privada

Apresenta reflexões sobre a nova perspectiva aberta ao ensino particular no plano da educação pela Carta Magna promulgada a 5 de outubro de 1988. (Estudos n.10, s/data).

Perfil do aluno e do profissional no ensino superior particular

Pesquisa sobre o perfil do aluno e do profissional formado pela escola privada. (Estudos n.11, s/data).

O destino da universidade

Ensaio de Cristovam Buarque que aborda os temas: contemporaneidade e crise; universidade sem fronteiras; compromisso com a qualidade, integração com a sociedade. (Estudos n.12, ago. 1991).

Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino

Reúne textos sobre aspectos teóricos e práticos da construção do projeto pedagógico das instituições de ensino superior. (Estudos n. 13, jun. 1992).

O papel das instituições de ensino superior: pluralismo.

Reúne os seguintes textos: Papel do Estado frente ao ensino público e particular: relação mantenedora e mantida, autonomia e gestão; Ensino, pesquisa e expansão: indissociabilidade e interdisciplinaridade; Projeto institucional na busca de novos espaços e aliados para as IES: escola e comunidade, escola e empresa. (Estudos n. 14, dez. 1994).

A questão da expansão no ensino superior brasileiro

Aborda a expansão do ensino superior brasileiro; as políticas e mecanismos de controle da expansão, os fatores limitantes e o novo contexto educacional. (Estudos n. 15, jul. 1996).

Autonomia universitária

Contém textos sobre gestão e autonomia universitárias; qualidade como requisito para o exercício da autonomia universitária; o ensino

superior e o desafio da globalização; autonomia: a receita do Banco Mundial. (Estudos n. 16, nov. 1996).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Publica a íntegra do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Estudos n. 17, dez. 1996).

Contribuições à definição de uma nova política de ensino superior

Reúne os temas: LDB e a responsabilidade social das instituições universitárias; a expansão do ensino superior; o desenvolvimento da pesquisa nas instituições universitárias; ensino particular, gestão, financiamento e avaliação de qualidade nas instituições universitárias. (Estudos n.18, fev. 1997).

O Decreto nº 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo?

Contém textos que se destinam orientar as instituições de ensino superior nas suas possíveis opções de organização institucional e de desenvolvimento do trabalho acadêmico, de acordo com as disposições do Decreto. (Estudos n.19, jun. 1997).



A construção do projeto de centros universitários: orientações do MEC e realidade das escolas

Contém textos sobre centros universitários – aspectos legais, pedagógicos e administrativos, autonomia e pesquisa. (Estudos n. 20, ago. 1997).

Por uma educação de qualidade para todos

Reúne textos que versam sobre autonomia, expansão, acesso e avaliação, com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação. (Estudos n. 21, out. 1997).

Diretrizes curriculares para os cursos de graduação

Reúne textos sobre o desenvolvimento curricular dos cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia, Pedagogia e Processamento de Dados. (Estudos n. 22, abr. 1998).

O credenciamento e a situação atual das IES: capacitação docente, pesquisa e avaliação

Temas da edição: credenciamento (aspectos legais e realidade das IES); evolução do sistema de pós-graduação no Brasil; perspectivas e alternativas da pesquisa nas IES não universitárias; desafios do ensino de graduação. (Estudos n. 23, nov. 1998).

Desafios e caminhos para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade

Temas da edição: heterogeneidade e qualidade: desafios para o ensino superior privado; projeto pedagógico como referência à gestão e à avaliação. (Estudos n. 24, jun. 1999).

Diretrizes curriculares: possibilidades de flexibilização e mudanças

Temas da edição: currículo mínimo rumo às diretrizes curriculares; comissões de especialistas e realidade das IES; padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos; estudo comparativo das determinações das comissões de especialistas. (Estudos n. 25, ago. 1999).

Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias

Temas da edição: bases legais, perspectivas e histórias da educação a distância; limites e possibilidades da universidade virtual: experiência das instituições brasileiras na área de educação a distância. (Estudos n. 26, nov. 1999).

Financiamento do ensino superior particular

Temas da edição: análises das possibilidades de financiar programas e projetos das IES e de conhe-

cer alternativas de apoio ao estudante e aos cursos de graduação. (Estudos n. 27, mai. 2000).

Reflexões sobre docência, gestão e avaliação do ensino superior


Temas da edição: formação de professores e os institutos superiores de educação; autoavaliação institucional; panorama da pesquisa e da pós-graduação no Brasil; análise crítica da avaliação pelo Exame Nacional de Cursos (Administração); papel dos coordenadores dos cursos de graduação. (Estudos n. 28, dez. 2000).

Organização do ensino superior e qualidade de cursos e instituições

Reúne textos sobre universidades e centros universitários, excelência e qualificação para o ensino. (Estudos n. 29, jul. 2001).

Cursos superiores de formação específica: uma experiência que promete

Trabalhos de especialistas sobre as experiências pioneiras na Universidade Anhembi Morumbi e na Universidade de Salvador sobre a implementação dos cursos sequenciais. (Estudos n. 30, maio 2002).



Por meio de suas publicações, a ABMES atinge mantenedores, professores e alunos de IES de todo o país, além de dirigentes e técnicos de órgãos governamentais.

O Novo Código Civil e as implicações nas entidades mantenedoras

Contém a íntegra das conferências e dos debates do seminário de mesmo nome realizado no dia 11 de março de 2003, em Brasília. (Estudos n. 31, jul. 2003).

Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão

Contém textos e os resultados das discussões ocorridas no âmbito da ABMES sobre a relação entre mantenedoras e mantidas. (Estudos n. 32, out. 2003).

Internacionalização de educação superior

Reúne textos do seminário Internacionalização da Educação Superior, cujo conteúdo oferece subsídios às instituições sobre os benefícios e prejuízos da internacionalização da educação superior. (Estudos n. 33, abr. 2004).

Responsabilidade Social das IES

Contém textos com reflexões conceituais sobre o tema, cujo conteúdo é de grande valia para as IES que buscam os caminhos da renovação, aperfeiçoamento e cumprimento das funções para as quais foram criadas. (Estudos n. 34, abr. 2005).

Anteprojeto de Lei da Educação Superior

Reúne artigos de especialistas das áreas de educação e de direito educacional. Ao final, os leitores encontrarão a íntegra, do texto do Anteprojeto de Lei da Educação Superior. (Estudos n. 35, nov. 2005).

Responsabilidade social da educação superior: contribuições da rede universitária de ética e desenvolvimento social do BID

Reúne artigos de especialistas da Rede Universitária de Ética e Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organização que tem estimulado as discussões sobre ética e responsabilidade social universitária em parceria com mais de 109 universidades da América Latina, especialmente as de língua espanhola. (Estudos n. 36, jun. 2006).

Novas estratégias de gestão para as IES particulares

Reúne artigos sobre os temas: inflação de doutores: desperdício ou potencial de receita? o caso das IES particulares; tendências e gestão empreendedora das IES: a dinâmica das instituições salesianas; gestão de conhecimento nas IES confessionais e comunitárias; novas estratégias de atuação das IES particulares; recurso estratégico para a gestão das IES. (Estudos n. 37, ago. 2007).

Avaliação do ensino superior brasileiro: modelos, divulgação dos resultados e normas regulamentadoras

Reúne artigos sobre questões polêmicas do modelo de avaliação externa do ensino superior brasileiro. (Estudos n. 38, dez. 2008).

Políticas públicas para o ensino superior particular

Dividida em dois capítulos, apresenta no primeiro textos básicos sobre o ensino superior que tratam dos temas: visões da educação brasileira; pontos para a definição de políticas públicas para a educação e avaliação. Contempla no segundo pontos de vista para a definição de políticas públicas para a educação. (Estudos n. 39, dez. 2010).



ABMES Cadernos

Editado a partir de 1998, de conteúdo multidisciplinar, destina-se à publicação de trabalhos, relatórios e artigos. É também o veículo de publicação de artigos assinados pelos coordenadores dos projetos vencedores do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério.

A técnica em nossos dias – a instrução e a educação. Milton Santos.

O trabalho contém um quadro esclarecedor sobre as técnicas no final do século XX e uma análise da associação (e dos ganhos) da técnica com a ciência, responsável pela grande revolução tecnológica e pela instalação, na atualidade, da era da informação. (ABMES Cadernos 1, out. 1998).

Ocupação, emprego e programação escolar

João Jesus de Salles Puppo.

O autor resgata o processo de construção da “Classificação Brasileira de Ocupações” (CBO), vinculando-o à reforma institucional que a Lei de Diretrizes e Bases trouxe ao mundo do trabalho e à universidade. (ABMES Cadernos 2, maio 1999).

Reflexões sobre as implicações da legislação de ensino na vida acadêmica

Nina Beatriz Stocco Ranieri. A autora analisa

com rigor científico a presença, o peso, o controle e as dimensões da intervenção do Estado na educação superior, por meio da edição de normas com inevitáveis restrições para iniciativa privada, para os sistemas estaduais e para as próprias instituições de ensino superior. (ABMES Cadernos 3, set. 1999).

Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério/1999

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas: Projeto pedagógico do curso de Medicina da Universidade São Francisco; Jornal-laboratório “Revelação” e a humanização da narrativa jornalística; Integração da universidade com a comunidade regional: polo de modernização tecnológica do Vale do Rio Pardo. (ABMES Cadernos 4, mar. 2000).

Legislação do ensino superior em 1999: uma visão crítica

Os autores, Silvino Lopes Neto e Sérgio Amaral Campello destacam em seus artigos o importante papel da legislação na fundamentação, na organização e na funcionalidade da educação brasileira. Buscam explicar as causas da “febre legiferante brasileira”, retomando a origem romanística do nosso sistema jurídico; a instabilidade política da história do Brasil, as dimen-



sões do país e a heterogeneidade regional, gerando a preocupação centralizada do poder da União estimulada pelo poder presidencialista, eminentemente centralizador. (ABMES Cadernos 5, nov. 2000).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mário Palmério/2000**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2000: A implantação da cultura da pesquisa na Universidade Mogi das Cruzes; Ser acadêmico – Centro de apoio aos deficientes; A integração dos sistemas de avaliação interna e externa como instrumento de tomada de decisão. (ABMES Cadernos 6, maio 2001).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mário Palmério /2001**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2001: A Universidade por um trânsito mais humano; A extensão no Centro Universitário de Minas Gerais a serviço da vida: evidências de uma prática comunitária. (ABMES Cadernos 7, maio 2001).

**Funções do coordenador do curso:
como construir o coordenador ideal**

Com base na sua vasta experiência profissional, tanto como professor quanto dirigente da Uni-

versidade da Amazônia (Unama), Édson Franco reúne neste trabalho suas ideias sobre o perfil ideal do coordenador do curso para que ele possa desempenhar, de forma competente, as suas funções. (ABMES Cadernos 8, maio 2002).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mario Palmério/2002**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2002: Espaço interdisciplinar de criação: o Centro de Design e Moda Anhembi Morumbi; O Centro Universitário Newton Paiva respondendo a demandas sociais; Pesquisa e extensão no Projeto Pedagógico do curso de Arquitetura da Universidade de Uberaba. (ABMES Cadernos 9, mar. 2003).

Marco Legal do Ensino Superior Particular.

Claudio de Moura Castro

Instigante ensaio com reflexões e propostas para a reformulação do ensino superior privado. De forma rigorosa, o autor aborda temas de grande interesse não só para as instituições de ensino superior particulares como também para os órgãos do governo. (ABMES Cadernos 10, fev. 2004).

**Prêmio Top Educacional Professor Mario
Palmério/2003 – Alfabetização de Jovens
e Adultos**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2003: A contribuição do uso do computador na aquisição da linguagem escrita por jovens e adultos em processo de alfabetização; Educação de jovens e adultos: um compromisso social; São Pedro na ponta do lápis: uma experiência na alfabetização de jovens e adultos. (ABMES Cadernos 11, jun. 2004).

**Sistema Nacional de Avaliação da Educação
Superior – Sinaes**

A edição reúne documentos e normas que orientam e regulamentam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (ABMES Cadernos 12, set. 2004).

Programa Universidade para Todos – ProUni

Edição dedicada ao Programa Universidade para Todos – ProUni. (ABMES Cadernos 13, out. 2004).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mario Palmério/2004**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2004: Enfermagem em ação – de mãos dadas com a comunidade; Programa educação matemática em ação; Polo Unama de Liberdade Assistida. (ABMES Cadernos 14, abr. 2005).



**Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação:
subsídios ao Anteprojeto de reforma da
educação superior do MEC**

Contém propostas do segmento privado à elaboração de políticas para o fortalecimento e a melhoria da educação brasileira. (ABMES Cadernos 15, abr. 2005).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mário Palmério/2005**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2005: Gota D'Água: rede de alianças em defesa dos recursos hídricos; Ensino de matemática para deficientes visuais; Programa de atenção integral ao paciente judiciário portador de sofrimento mental infrator. (ABMES Cadernos 16, jun. 2006).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mário Palmério/2006**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2006: Promovendo a cidadania e o desenvolvimento das competências profissionais valorizadas pelo mundo do trabalho; Modelos simulados para o ensino de técnica operatória; Biblioteca Digital da Unopar. (ABMES Cadernos 17, jul. 2007).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mário Palmério/2007**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2007: Impactos faunísticos causados pelo desenvolvimento socioeconômico do Noroeste Paulista; Educação como medida profilática para as principais parasitoses neotropicais; identidade e qualidade do queijo na região de Pratinha, MG (ABMES Cadernos 18, jun. 2008).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mário Palmério/2008**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2008: De bem com a vida: Programa de Intervenção preventiva e promoção de saúde e qualidade de vida em mulheres pós-menopáusicas ; Ensino interdisciplinar nas engenharias mecatrônica e mecânica. (ABMES Cadernos 19, jun. 2009).

**Prêmio Top Educacional Professor
Mário Palmério/2009**

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2009: A mão de via dupla: os cursos de férias da Universidade de Guarulhos; A integração das licenciaturas: saberes e filosofias compartilhados como alternativa para a formação profissional docente. (ABMES Cadernos 20, jun. 2010).



Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério/2010

Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2010: Rede produtiva no Aglomerado da Serra: design militante, extensão universitária e tecnologia social; Estágio supervisionado em atenção à saúde do idoso do curso de Medicina da Universidade de Guarulhos; Das mulheres da paz às flores do Bom Jardim (ABMES Cadernos 21, maio 2011).

Avaliação no Ensino Superior: acertos e derrapagens

Trabalho inédito rigoroso e sério cujo conteúdo é referência para a definição de novos rumos para o processo de avaliação das instituições do ensino superior do país. (ABMES Cadernos 22, jul. 2011).

Grandes Depoimentos

Destina-se a divulgar o pensamento de personalidades de renome no cenário educacional e político do Brasil.

A universidade e o ensino

A autora, Eunice Ribeiro Durham, apresenta reflexões sobre as questões polêmicas da educação no Brasil, tais como a necessidade de

expansão do ensino universitário, as políticas de apoio às universidades públicas e privadas, os modelos de universidades, a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade acadêmicas, as relações dos governos com as instituições de ensino superior, dentre outras questões. (Grandes Depoimentos 1. 2002)

A refundação da universidade

Cristovam Buarque defende no seu trabalho a primazia da educação básica de qualidade para todos sobre o projeto de reforma universitária. Critica os aspectos nitidamente corporativos e destaca a falta de visão histórica do anteprojeto de lei de reforma do ensino superior. (Grandes Depoimentos 1. 2002)

Números do ensino superior privado no Brasil

Trabalho elaborado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior e editado desde 1999, com base nos dados gerais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), tem o propósito de demonstrar as dimensões do ensino superior privado no país.

Ensino Superior: Legislação do Ensino Superior

Coletânea anual das normas referentes ao ensino superior que se seguiram à Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Editada desde 1996, inclui também as normas anteriores à LDB que estão ainda em vigor. Trata-se de importante referência para as instituições de ensino superior do país.

Revista Responsabilidade Social

Criada para divulgar o relatório do “Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular”, a revista transformou-se em espaço privilegiado de publicação de textos de autores nacionais e internacionais sobre o tema.

Publicações especiais

Qualidade, expansão e financiamento do ensino superior privado. Candido Mendes e Claudio de Moura Castro (org.). ABM/ Educam. 1994
Coletânea de ensaios apresentados no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Mantenedoras (ABM) realizado no período de 9 a 11 de novembro de 1983.

Projetos gráficos inovadores abrigam as publicações da ABMES Editora.



Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia. ABM. 1995

Contém artigos apresentados no seminário do mesmo nome que reuniu especialistas dos países do Mercosul.

O ensino superior público e particular e o território brasileiro. Milton Santos e María Laura Silveira. 2000

Estudo geográfico do fenômeno da educação superior no país, demonstrando como o território impõe sua lógica à dinâmica do ensino superior. As conclusões do trabalho envolvem as influências recíprocas da educação superior e do território; o jogo e as perspectivas da demanda e da oferta; a educação e a divisão do trabalho e os dilemas do ensino superior e privado.

Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições. 2002

Contém os resultados das discussões e dos debates de dois seminários realizados pela ABMES em abril e em junho de 2002. O primeiro avaliou as políticas implementadas na área de educação do governo Fernando Henrique e o segundo apresentou propostas dos mantenedores e de professores das instituições de ensino superior brasileiras, posteriormente entregues aos candidatos à presidência da República.

Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições

Propostas dos presidentiáveis. 2002. Transcrição dos depoimentos e dos debates havidos na ABMES com os representantes dos principais candidatos à presidência da República. Contém ainda um quadro comparativo das propostas dos candidatos.

Temas atuais para a educação superior: proposições para estimular a investigação e a inovação. Cláudio Neiva e Flávio Roberto Collaço. 2006

O livro apresenta uma aprofundada reflexão sobre princípios do devido respeito ao aluno, ao empreendedor privado de ensino superior, ao dinheiro público, à federação educacional brasileira e à concepção de programas de avaliação.

Políticas para a educação superior: propostas do setor privado

Documento resultante do seminário realizado pela ABMES no final de 2006 para ser entregue ao ministro da Educação Fernando Haddad. As proposições oferecidas têm como base pressupostos relativos à educação e ao desenvolvimento nacional, à responsabilidade social e à regulação do ensino superior.

Em busca da identidade no ensino superior particular Uma experiência pessoal. 2004

O autor analisa na coletânea de ensaios a parafernália das normas legais do ensino superior e a forma como estas atropelam, pelo casuísmo e pelos obstáculos que criam, o desenvolvimento da qualidade da educação superior privada.

Apoio a publicações

Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior. Édson Franco. Editora Universa. 1998

Os artigos reunidos neste livro apontam para as características essenciais do projeto pedagógico, tais como a busca de novos aliados (comunidade/empresa); a conquista da qualidade; a importância da autoavaliação e da avaliação externa; o atendimento às necessidades sociais; a valorização da experiência profissional.

Clima organizacional – uma abordagem vivencial. Hélio Graça. Funadesp. 1999

O autor consegue, de maneira sucinta, abordar o tema, tão importante para a gestão de recursos humanos em qualquer organização, com a clareza daquele que vivenciou o processo, produzindo instrumentos de coleta de dados, desen-



volvendo metodologia de tabulação e definindo análises de fatores.

A profissão acadêmica no Brasil – As múltiplas facetas do nosso sistema de ensino superior.

Elizabeth Balbachevsky. Funadesp. 1999

Livro que investiga e retrata, de forma original e rigorosa, a diversidade do sistema, as raízes e consequências dessa diversidade, utilizando, como foco, a atividade do professor, o que tornou possível delinear os traços mais marcantes desse importante protagonista, bem como sua interação com o ambiente institucional, público ou privado.

Anais do Seminário – Gestão de IES: da teoria à prática.

Alberto Fernando Monteiro do Nascimento, Ana Célia Bahia Silva, Édson Franco, Hélio Graça, Sérgio Fiuza de Mello Mendes.

Funadesp. 1999

Contém textos apresentados no Seminário, realizado em Brasília em dezembro de 1999, com o objetivo de sensibilizar os gestores das instituições de ensino superior particular para a importância dos temas: projeto de avaliação institucional, marketing educacional, gestão, planejamento e avaliação institucional.

A pós-graduação stricto sensu nas IES

particulares. Série Documentos. Funadesp. 2000

Nesta publicação estão explicitadas as proposições formuladas a partir de exposições e discussões ocorridas na reunião de Pró-Reitores de Pós-graduação das IES particulares, realizada em Brasília, no dia 4 de julho de 2000.

Programas de bolsas de estudo e pesquisa – normas gerais. Série Documentos. Funadesp.

2001

O documento sistematiza as normas gerais dos Programas de Bolsas de Estudo e de Pesquisa, voltados primordialmente para a capacitação de recursos humanos e para o fomento à pesquisa, na busca da qualidade do ensino superior particular. 🌐





Linhas de ação

A ABMES ampliou e modernizou as ações na área administrativa ao incorporar um modelo de gestão inovador caracterizado pela implantação de novas formas de representação de seus associados e pelo fortalecimento do contato com instituições mantenedoras e mantidas, com o Governo e com o público externo em geral.



Apoio às IES de pequeno porte

Trata-se de uma importante linha de ação, iniciada com a realização do ciclo de seminários regionais “A ABMES vai até você”, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento sustentável das IES de pequeno porte que compõem a maioria dos associados da ABMES e de estabelecer um contato mais próximo com tais instituições, além de incentivá-las a participar do “Dia da Responsabilidade Social”.

O novo formato dos seminários contempla programas de treinamento com foco no planejamento e gestão de pequenas IES; tipos de gestão – administrativa, financeira e acadêmica; análise dos instrumentos e índices de avaliação; evasão e medidas de contenção; orientações e procedimentos relativos ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) e ao Programa Universidade para Todos (ProUni) dentre outros.

Projetos de parceria

Em parceria com a Ellucian, a ABMES iniciou um projeto que visa valorizar e fortalecer a imagem do Ensino Superior Particular por meio de ações que deem visibilidade ao setor e destaquem a sua importância no que se refere à representatividade das IES, além de força que exercem no sucesso profissional de seus alunos e na formação de recursos humanos indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do país. A Ellucian apoia também as atividades do “Dia da Responsabilidade Social das IES Particulares” e o Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério.

Destacam-se ainda as parcerias com as seguintes instituições: a) Anhanguera Educacional;

b) ISCP Sociedade Educacional S.A., Febasp Associação Civil (mantenedora do Centro Universitário Belas Artes), Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp); c) Associações Regionais de Mantenedoras e Sindicatos.

Campanha para captação de novos associados

Mesmo com o crescimento do quadro de associados, a ABMES, cuja representatividade é notória, continua envidando esforços para atingir todo o universo do ensino particular brasileiro. Ações para atualização do seu banco de dados, bem como a implementação de canais de comunicação voltados para seu público-alvo já fazem parte do dia a dia da ABMES para identificar e atrair associados potenciais.

Redução de inadimplência

Com o objetivo de minimizar e/ou extinguir o problema da inadimplência, a ABMES vem tomando medidas, dentre as quais: a) campanhas de conscientização dos associados para a importância de manter em dia as suas contribuições mensais; b) envio de correspondências sistemáticas aos associados reiterando a importância de sua contribuição financeira para a manutenção das atividades e projetos que a entidade desenvolve; c) manutenção de contatos telefônicos e por e-mail a fim de promover uma aproximação maior entre a associação e seus afiliados.

Relacionamento com os Associados

Além de estreitar o relacionamento pessoal com os associados, encontra-se em implanta-



ção o Sistema *Customer Relationship Management* (CRM) com o objetivo de otimizar o relacionamento da ABMES com o público-alvo e de atualizar os dados dos mantenedores e seus dirigentes no sistema operacional, proporcionando aperfeiçoamento contínuo nos seus serviços prestados.

Apoio logístico à realização de eventos

Todos os seminários e reuniões planejados pela ABMES contam com o apoio logístico da área administrativa para sua execução. A ABMES também exerce uma participação efetiva na realização do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, evento promovido pelo Fórum das Entidades representativas do Ensino Superior Particular em parceria com o Projeto Linha Direta.

Assessorias: Acadêmica e Jurídica

Apresentação de respostas em tempo real às consultas sobre a legislação e normas relativas à educação superior e legislação educacional de modo geral; elaboração de análise, anotações e interpretações sobre legislação e normas; auxílio na redação de anteprojetos de normas para a educação superior; elaboração de pareceres e comentários sobre atos normativos; partici-

pação em reuniões e seminários mensais e em audiências públicas; prestação de orientações às instituições associadas à ABMES; auxílio na elaboração de material de fechamento técnico dos seminários mensais como subsídio aos associados; atendimento às dúvidas dos associados via e-mail.

A assessoria jurídica desenvolve atividades dentre as quais se destacam: a) prestação de serviços em consultoria técnica parlamentar e de relacionamento no âmbito dos poderes executivo e legislativo; b) elaboração de pareceres sobre as normas legais que interfiram nos direitos e interesses das IES particulares; c) estudo das normas legais e elaboração de propostas visando a adequá-las à realidade da IES; d) participação em seminários, reuniões e audiências públicas.

Canais de Comunicação

A ABMES implementou nos últimos anos uma série de canais com o objetivo principal de estabelecer e aprimorar a comunicação com os seus associados de modo cada vez mais direto e eficiente. Com a utilização de novas ferramentas e a inserção nas redes sociais, a Associação tem alcançado também mais visibilidade na mídia e na sociedade como um todo.

Em 1997, foi ao ar o primeiro site da ABMES – www.abmes.org.br. Com o passar dos anos e o crescimento da instituição, ampliou-se também a quantidade de dados, documentos, projetos e outras informações de interesse a serem divulgadas, gerando a necessidade de se expandir esse ambiente virtual. Foi então que em 1º de janeiro de 2011 houve o lançamento do Portal ABMES, acessado pelo mesmo endereço, mas com uma estrutura maior, novo *layout* e mais facilidade de navegação.

Após um ano no ar, o portal recebe cerca de 5.400 visitas por mês – uma média de 180 acessos por dia. São usuários que acompanham a ABMES de mais de dezoito países ao redor do mundo (Brasil, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Colômbia, França e Canadá, entre outros). Seu conteúdo é atualizado diariamente com as principais informações relacionadas ao ensino superior, sobretudo sobre as ações realizadas pela instituição em prol de seus associados. Estão disponíveis notícias, legislação atualizada, novos cursos e eventos do setor, materiais dos seminários promovidos pela ABMES, edições de suas publicações, premiações, bem como dados sobre as instituições parceiras e associadas.



O projeto de comunicação da ABMES também abrange revistas, livros e jornais impressos, além de informes virtuais periódicos produzidos por sua equipe acadêmica, jornalística e técnica. Um dos pioneiros no trato da informação e temas de interesse de associados, educadores, pesquisadores e estudantes foi o jornal ABMES Notícias. Criado em 1992, o informativo trimestral era composto de notícias, artigos e informes, além de duas editorias voltadas para a área educacional.

Após 104 edições e cerca de 156 mil jornais distribuídos por todo país (uma tiragem de 1.500 exemplares por edição), a proposta editorial do ABMES Notícias passou a ser incorporada em um projeto de modelo eletrônico. A ABMES poderá se comunicar com seu público levando aos interessados os principais fatos da educação brasileira com muito mais dinamismo e agilidade.

Outra importante ferramenta de comunicação da Associação é o Blog ABMESeduca (www.abmeseduca.com), destinado à divulgação de artigos produzidos por educadores, jornalistas e outros especialistas. Diariamente, um novo texto aborda de forma analítica e opinativa temas relacionados à educação. O ABMESeduca bus-


ca dar espaço a pontos de vista diversos e a uma grande gama de autores, agregando informação ao dia a dia do leitor, inclusive em países do exterior, como Estados Unidos, Portugal, Espanha, Colômbia e França. Lançado em outubro de 2009, o registro de usuários do blog é crescente, com uma média de 200 acessos por dia durante o ano de 2011 e passando de 8 mil visitas para 100 mil entre 2010 e 2012.

E para garantir a divulgação em tempo real de informações de interesse do setor, a ABMES marca presença nas redes sociais, mantendo-se constantemente conectada a mais de 1.300 seguidores pelo Twitter, Orkut, Facebook e YouTube. Com investimento crescente na área de tecnologia da informação e comunicação, a ABMES vem modernizando as conexões com seus leitores, de modo a transformar as ferramentas em um canal constante de diálogo.


A ABMES também mantém seus associados informados por meio de informativos, comunicados e campanhas de e-mails marketing, simultâneos à divulgação de notícias; portarias e legislação; circulares do Ministério da Educação; lançamento de projetos e ações da ABMES e de informes sobre as instituições associadas. Tudo em tempo para informar com o melhor conteúdo e a análise

técnica de seus assessores sobre os temas de interesse do setor educacional.

Dentre seus comunicados, estão o *Clipping Eletrônico* – elaborado diariamente com as principais notícias atuais sobre educação – e o *Boletim de Notícias* – enviado semanalmente com os destaques da semana. Ao todo, são mais de 30 mil destinatários, entre associados, colaboradores e parceiros, conectados às notícias da ABMES.

Outro benefício dos associados da ABMES são as transmissões ao vivo dos seminários e *workshops* realizados mensalmente. Por meio da ABMES TV – uma ferramenta que permite assistir, de qualquer computador e em tempo real, aos encontros realizados na sede da Associação – pessoas de todo o mundo podem acompanhar debates sobre temas atuais da educação superior no Brasil. Além de uma média de 130 conexões simultâneas, o canal permite ainda o acesso a todo o banco de dados dos eventos anteriores. 





Consultores, conferencistas e colaboradores

A travessia da ABMES, ao longo de seus 30 anos, é marcada pela presença expressiva de pessoas que prestaram inestimável contribuição à concretização do projeto institucional da entidade.



Adolfo Ignacio Calderón Flores



Ana Maria Costa de Sousa



Carlos Antonio Monteiro



Ana Célia Bahia e Silva



Antônio de Araújo Freitas Júnior

Abílio Baeta Neves ■ Adalberto Carvalho ■ Adelaide Resende ■ Adelmir Santana ■ Adilson Gurgel de Castro ■ Adolfo Ignacio Calderón Flores ■ Adonias Costa da Silveira ■ Adriana Abel Penedo ■ Adriana Fisher ■ Adrienne de Paiva Fernandes ■ Alana Saenen ■ Alan Wagenberg ■ Alberto Fernando Monteiro do Nascimento ■ Alberto Santana ■ Aldo Giuntini ■ Alexandre Gracioso ■ Alexandre Mendes Nina ■ Alfredo Júlio Fernandes Neto ■ Almir de Souza Maia ■ Álvaro José Cunha ■ Alzira Leite Carvalhais Camargo ■ Amábile Pácios ■ Ana Célia Bahia e Silva ■ Ana Cristina Canettieri ■ Ana de Lourdes Barbosa de Castro ■ Ana Lúcia Gomes ■ Ana Maria Costa de Sousa ■ Ana Maria Rezende Pinto ■ Andréia Tostes Figueiras Fernandes ■ Ângela Maria de Camargo Moreira ■ Anna Maria Faria Iida ■ Antônia de Carvalho Bussmann ■ Antonio Araújo de Freitas Júnior ■ Antonio Carbonari Netto ■ Antônio Carlos Caruso Ronca ■ Antônio Carlos Xavier ■ Antônio Colaço ■ Antonio Corrêa Neto ■ Antônio de Araújo Freitas Júnior ■ Antônio de Oliveira ■ Antonio de Souza Teixeira Júnior ■ Antonio Emílio S. Marques ■ Antônio Góis ■ Antônio José Barbosa ■ Antonio Leonel da Silva Cunha ■ Antonio McDowell de Figueiredo ■ Antonio Milioli Filho ■ Antonio Teixeira de Souza Júnior ■ Ariosto Holanda ■ Arthur Fonseca Filho ■ Arthur Roquette de Macedo ■ Átila Lira ■ Átila Simões ■ Bernardo Kliksberg ■ Cândida Maiffre ■ Cândido Costa Gomes ■ Candido Mendes ■ Carlos Alberto Andreucci ■ Carlos Alberto Degas Figueiras ■ Carlos Alberto Magalhães ■ Carlos Alberto Reyes Maldonado ■ Carlos Antonio Monteiro ■ Carlos Fioravante ■ Carlos Floriano ■ Carlos Roberto



Elizabeth Balbachevsky.



Celso da Costa Frauches



Gabriel Joaquim Isaac Chalita



Claudio de Moura Castro



Fredric Michael Litto

Antunes dos Santos ■ Carlos Roberto Carvalho Leite ■ Carlos Vogt ■ Carmem Maia ■ Carmen Castro Neves ■ Carmen Sílvia Maluf ■ Catalina Delpiano Troncoso ■ Célia Carbone ■ Celso Cláudio de Hildebrand e Grisi ■ Celso da Costa Frauches ■ César Augusto Tibúrcio da Silva ■ César Esmanhotto ■ Christian de Paul Barchifontaine ■ Cícero Gontijo ■ Cid Gesteira ■ Cíntia Ferrari ■ Cláudia Baena Soares ■ Cláudia Maffini Griboski ■ Cláudia Maria Paes Carvalho de Baena Soares ■ Claudio de Moura Castro ■ Claudio Neiva ■ Cláudio Sampaio ■ Clélia Brandão Alvarenga Craveiro ■ Cleo Joaquim Ortigara ■ Constantino Ottaviano ■ Corinta Grisolia Geraldi ■ Cristiane Alperstedt ■ Cristina Canettieri ■ Cristina Surek ■ Cristovam Buarque ■ Custódio Pereira ■ Daltro Nunes ■ Daniel Luzzi ■ Daniel Ximenez ■ Dario Trevisan ■ Dércio Munhoz ■ Dílson Trennepohl ■ Dilvo Ristoff ■ Dirce Mendes da Fonseca ■ Dirceu do Nascimento ■ Divonzir Gusso ■ Domingos Muchon ■ Edilene Vieira Machado ■ Edivaldo Boaventura ■ Édson de Oliveira Nunes ■ Edson Machado de Souza ■ Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco ■ Eduardo Alcalay ■ Eduardo Desiderati Alves ■ Eduardo Soares ■ Éfrem Maranhão ■ Egas Moniz Nunes ■ Eleuda Coelho de Oliveira ■ Eliane Botelho Junqueira ■ Elias Freire ■ Elismar Álvares da Silva Campos ■ Elizabeth Balbachevsky ■ Elizabeth Guedes ■ Elizabeth Petarli Ribeiro ■ Elizabeth Rizzato o Elizabeth Vargas ■ Elvira Maria Pereira de Mello ■ Elvis Gomes ■ Ernani Bayer ■ Eronita Silva Barcelos ■ Eunice Durham ■ Eurides Brito ■ Fabiano Bachman ■ Fernanda Otoni de Barros ■ Fernando Haddad ■ Fernando Ponte de Souza ■



Guiomar Namó de Mello



Jacques Schwartzman



José Roberto Covac



Marco Antonio Fabro



Gustavo Monteiro Fagundes



José Dias Sobrinho

Fernando Rabello ■ Fernando Spagnolo ■ Flaviano Agostinho de Lima ■ Flávio Grynspan ■ Francisco César de Sá Barreto ■ Francisco Fachine ■ François Vallaeys ■ Fredric Michael Litto ■ Gabriel Joaquim Isaac Chalita ■ Gabriel Vianna ■ Gamaliel Herval ■ Gastão Vieira ■ Gaudêncio Frigotto ■ Genuíno Bordignon ■ Geraldo Moisés Martins ■ Geraldo Nunes ■ Gerson da Silveira ■ Gibson Zucca da Silva ■ Gidel Deungaro ■ Gilberto Selber ■ Glaci Zancan ■ Glauber Carvalho ■ Gláucia Melasso Garcia de Carvalho ■ Guilherme Brandão ■ Guilherme Marback Neto ■ Guiomar Namó de Mello ■ Gustavo Alves ■ Gustavo Balduino ■ Gustavo Ioschpe ■ Gustavo Jacques Dias Alvim ■ Gustavo Monteiro Fagundes ■ Harry Focking ■ Hartwig Stein ■ Helena Freitas ■ Helena Sampaio ■ Hélgio Trindade ■ Heliane Bergo ■ Hélio Barros ■ Hélio Chaves ■ Heloísa Henné Marinho Silva ■ Heloisa Poltronieri ■ Herinton Luis Balarini ■ Hugo Lopez ■ Hugo Ramon Lopes Sanabria ■ Humberto Eustáquio Horta ■ Humberto José Magalhães ■ Iara Xavier ■ Ildeu Moreira Coêlho ■ Irineu Colombo ■ Isaac Roitman ■ Isabela Monteiro ■ Itamar Diogo dos Santos ■ Itana Marques ■ Ivan Rocha Neto ■ Ivônio Barros ■ Jacob Daghlian ■ Jacqueline Bernardo Pereira de Oliveira ■ Jacques Rocha Velloso ■ Jacques Schwartzman ■ Jacob Daghlian ■ Jaeme Luiz Callai ■ Jaime Giolo ■ João Batista Araújo e Oliveira ■ João Catarin Mezomo ■ João Cláudio Todorov ■ João Roberto Moreira Alves ■ João Vianney ■ Joaquim Lemos Gomes de Souza ■ Jocimar Archangelo ■ Joel Pimentel Ulhôa ■ Jorge Alexandre Onoda ■ Jorge Wertheim ■ José Augusto Guilhon Albuquerque ■ José



Milton Linhares



Maurício Garcia



Maria Beatriz Carvalho de Mello Lobo



Nina Ranieri



Renato Janine Ribeiro

Carlos Almeida da Silva ■ José Carlos Rothen ■ José Dias Sobrinho ■ José Eduardo Faria ■ José Eustáquio Romão ■ José Flávio Sombra Saraiva ■ José Henrique Santos ■ José Luiz Pagnussat ■ José Manoel Baltar da Rocha ■ José Manuel de F. Montecilla ■ José Marques de Melo ■ José Paschoal Rossetti ■ José Roberto Covac ■ José Roberto Merlin ■ José Roberto Whitaker Penteadó ■ José Seixas Lourenço ■ José Vicente ■ Josineide Franklin Cavalcante ■ Júlio César da Silva ■ Karl Albert Diniz ■ Kátia Morosov Alonso ■ Lauro Ribas Zimmer ■ Leandro Russovski Tessler ■ Leocir Pessini ■ Lilia Maia de Moraes Sales ■ Lina Sandra Barreto ■ Lívia Borges ■ Ima Passos ■ Letícia Soares de Vasconcelos Sampaio Suñé ■ Luci Mendes Bonini ■ Lúcia de Fátima Guerra Ferreira ■ Lúcia Maria de Assis Vieira ■ Lúcia Maria Teixeira Furlani ■ Lúcia Rezende ■ Lúcia Siano ■ Lúcia Sodrê ■ Luciana Lima ■ Luís Carrizo ■ Luis César Esmanhoto ■ Luis Cláudio Costa ■ Luís Vicente Dutra ■ Luiz Carlos de Queiroz Cabrera ■ Luiz Roberto Liza Curi ■ Luiz Síveres ■ Luiza Alonso ■ Magda Patrícia Caldeira Arantes ■ Manoel de Barros Sobrinho ■ Manoel Marcos Maciel Formiga ■ Manuel Ceciliano Salles de Almeida ■ Manuel Palácios ■ Mara Lúcia Castillho ■ Mara Regina Lemes De Sordi ■ Mara Regina Röesler ■ Marcelo Lourenço ■ Márcia Regina F. de Brito ■ Marcius Fantozzi Giorgetti ■ Marco Antonio Fabro ■ Marcos Amatucci ■ Marcos Noberto Lang ■ Margarida Maia do Rego Barros Pires Leal ■ Maria Alice Setúbal ■ Maria Amélia Sabbag Zainko ■ Maria Augusta Martins Davidovich ■ Maria Beatriz Carvalho de Mello Lobo ■ Maria Beatriz Luce ■ Maria Beatriz



Paula Branco de Mello



Paulo Monteiro Vieira Braga Barone



Raulino Tramontin



Paulo Alcântara Gomes



Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Moreira Luz ■ Maria Carmen Tavares Christóvam ■ Maria Carolina Vargas ■ Maria Cristina Storópoli ■ Maria do Socorro Emerenciano ■ Maria do Socorro Martins Calhau ■ Maria Elisa Ehrhardt Carbonari ■ Maria Helena Ferreira da Cunha ■ Maria Helena Guimarães de Castro ■ Maria Inês Laranjeira ■ Maria Izabel da Cunha ■ Maria José Vieira Feres ■ Maria Lúcia Vilhena Garcia ■ Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen ■ Marilene Garcia ■ Marília Costa Morosoni ■ Marília Peluso ■ Mario César Barreto ■ Mário Pederneiras ■ Marisa Maass ■ Maristela Basso ■ Martin Mikoski ■ Matheus Gorovitz ■ Maurício Garcia ■ Maurício Lanski ■ Mekler Nunes ■ Milton Linhares ■ Milton Ribeiro ■ Milton Santos ■ Misael Lima Barreto ■ Mônica Jimenez de la Jara ■ Mônica Magnaterra ■ Mozart Pereira dos Santos ■ Nadja Valverde Vianna ■ Natacha Silva de Araújo Rena ■ Nathalia Manzano ■ Nazaré Mendonça das Neves ■ Nelson Mannrich ■ Newton Lima Neto ■ Ney Garcia ■ Ney José Lazzari ■ Nilva Jacqueline Reis Linhares ■ Nina Beatriz Stocco Ranieri ■ Niuvenius Junqueira Paoli ■ Nival Nunes de Almeida ■ Núbia Maria de Vasconcelos Maciel ■ Oliver Mizne ■ Orlando Pilati ■ Oscar Alves ■ Osmar Dias ■ Oswaldo Biolchi ■ Paula Branco de Mello ■ Paulo Alcântara Gomes ■ Paulo Eduardo Marcondes de Salles ■ Paulo Finger ■ Paulo Lemos ■ Paulo Monteiro Vieira Braga Barone ■ Paulo Renato Souza ■ Paulo Roberto Gouvêa Medina ■ Paulo Roberto Wollinger ■ Paulo Vadas ■ Pe. Jesus Hortal Sánchez ■ Pedro Floriano dos Santos Santos ■ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva ■ Rafael Fontes ■ Raulino Tramontin ■ Rebeca Sherer ■ Regilson Maciel Borges



Simon Schwartzman



Ryon Braga



Rodrigo Capelato



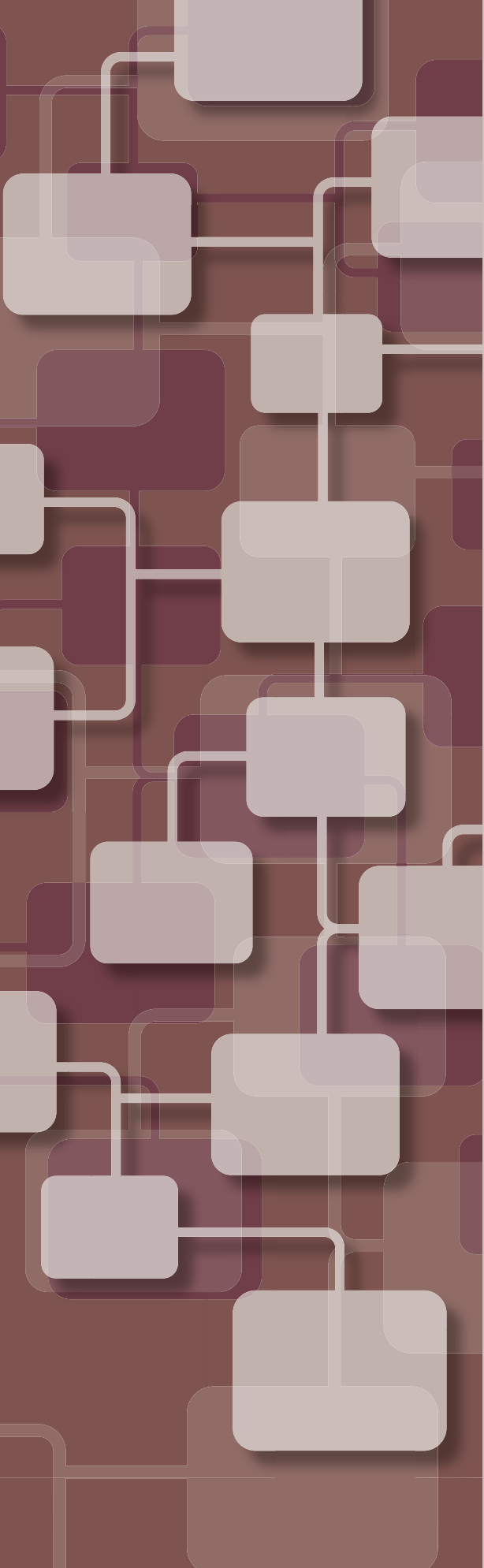
Ulysses Panisset



Valmor Bolan

- Regina Beatriz Tavares da Silva
- Renato Flores Júnior
- Renato Janine Ribeiro
- Renato Marques
- Reynaldo Guimarães
- Ricardo de Oliveira Martins
- Ricardo Luiz Salvador
- Rinalva Cassiano Silva
- Robert Verhein
- Roberto A. R. de Aguiar
- Roberto Fragale
- Roberto Leal Lobo e Silva Filho
- Robertson Moreira de Sá
- Rodolfo Léméz
- Rodrigo Lamego
- Rodrigo Capelato
- Rodrigo Foranski Pedro
- Roger Walker
- Ronald Braga
- Ronaldo Mota
- Roque Danilo Bersch
- Rosa Persona
- Rosa Pessina
- Rosângela Gourlat
- Rubens de Oliveira Martins
- Rubens Ferronato
- Rui Otávio Bernardes de Andrade
- Ryon Braga
- Sérgio Augusto Soares de Oliviera Naddeo
- Sérgio Campello
- Sérgio Cruz
- Sérgio Fiúza de Mello Mendes
- Sérgio Garrido
- Sérgio Pereira da Silva
- Sérgio Tiezzi
- Sérgio Werther Duque-Estrada
- Silvana Taschek Hastreiter
- Sílvia Tereza Sparano Reich
- Silvino Lopes Neto
- Sílvio Sérgio Strauss Vasquez
- Silvio Tandler
- Simon Schwartzman
- Siulmara Cristina Galera
- Sofia Mitsuyio Tagushi da Cunha
- Sueli Macedo da Silveira
- Susana Regina Salum Rangel
- Suzana Schwerz Funghetto
- Teo Venerando
- Thais Araujo de Grande
- Thiago Miguel Sabino de Pereira leitão
- Ulysses Panisset
- Úmile Calasso Sobrinho
- Valdir Lanza
- Valmor Bolan
- Vera L. Bastos
- Vilma Aparecida de Carvalho Cruz
- Vilmar Thomé
- Vinicius Bonanome
- Viviane Smith
- Walter Garcia
- Walter Lúcio Silva Pacheco
- Walter Sottomayor
- Wanderley de Souza
- Whang Teixeira
- Wilhelmus Jacobus Absil
- Yara Xavier
- Yugo Okida
- Zélia Batista Nespoli
- Zilma Gomes Parente de Barros
- Zoraide Leitão de Oliveira





Mantenedoras associadas¹

A etimologia da palavra *manter*, do latim *manutere*, do qual se origina o termo *mantenedora*, significa ter na mão. A articulação entre mantenedoras e mantidas confere sentido e significado à ABMES.

¹ As Mantenedoras em destaque são fundadoras.



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES



**GRUPO EDUCACIONAL
SIGNORELLI**

DeVry
Brasil



EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE
INTERNACIONAL



FACULDADE ARTHUR SÁ EARP NETO
FACULDADE DE MEDICINA DE PETRÓPOLIS

AB Cursos Previdenciários Ltda. ■ Academia Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. ■ Acef S.A. – Associação Cultural e Educacional de Franca ■ Administradora Educacional Novo Ateneu S/S Ltda. ■ Administradora Educacional Santos Ltda. ■ Aeso – Associação de Ensino Superior de Olinda ■ AMC – Serviços Educacionais S/C Ltda. ■ Anhanguera Educacional S.A. ■ Antares Educacional S.A ■ Associação Barramansense de Ensino ■ Associação Brasileira de Educação Familiar e Social ■ Associação Brasileira de Ensino Universitário ■ Associação Caruaruense de Ensino Superior ■ Associação Catalana de Educação ■ Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Uberaba ■ Associação Cultural e Educacional do Pará ■ Associação de Ensino de Campo Grande ■ Associação de Ensino de Marília Ltda. ■ Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo S/C Ltda. ■ Associação de Ensino Superior – Ceuma ■ Associação de Integração Social de Itajubá ■ Associação de Mantenedoras Particulares ■ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís ■ Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru ■ Associação Educacional de Ensino Superior de São José do Rio Preto ■ Associação Educacional do Planalto Central ■ Associação Educacional Dom Bosco ■ Associação Educacional Machado de Assis ■ Associação Educacional Nossa Senhora Aparecida ■ Associação Educacional Nove de Julho ■ Associação Educacional Plínio Leite – Anhanguera Educacional Ltda. ■ Associação Educacional São Paulo Apóstolo ■ Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing ■ Associação Fluminense de Educação ■ Associação Goiana de Ensino ■ Associação Irmãs da Mãe Dolorosa da Ordem Terceira de São Francisco ■ Associação Jacarepaguá de Ensino Superior ■ Associação Jataiense de Educação ■ Associação Olindense Dom Vital de Ensino Superior ■ Associação para o Desenvolvimento Educacional do Pará ■ Associação Paranaense de Cultura ■ Associação Paulista de Educação e Cultura ■ Associação Pestalozzi de Niterói ■ Associação Piauiense de Educação e Cultura ■ Associação Piripiriense de Ensino Superior ■



Associação Presbiteriana de Educação e Pesquisa ■ Associação Propagadora Esdeva ■ Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José ■ Associação Rolandense de Ensino e Cultura ■ Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura ■ Associação Santa Marcelina ■ Associação São Bento de Ensino ■ Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda. ■ Associação Vale do Ipojuca de Educação, Ciência e Cultura ■ Associação Vitoriense de Educação, Ciências e Cultura ■ Autarquia Municipal de Ensino Superior de Goiana ■ Brasil Central de Educação e Cultura ■ Campanha Nacional de Escolas da Comunidade ■ CEI – Centro Educacional Integrado Ltda. ■ Centro de Ciências de Jussara ■ Centro de Educação Superior de Guanambi ■ Centro de Ensino São Lucas Ltda. ■ Centro de Ensino Superior de Maringá ■ Centro de Ensino Superior de Rubiataba Ltda. ■ Centro de Ensino Superior de Vespasiano ■ Centro de Ensino Superior do Paraná ■ Centro de Ensino Superior Nilton Lins ■ Centro de Ensino Superior Ratio Ltda. ■ Centro de Ensino Superior Strong ■ Centro de Ensino Unificado de Brasília ■ Centro de Ensino Unificado de Teresina ■ Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ■ Centro de Estudos Avançados do Pará ■ Centro de Estudos Superiores Positivo ■ Centro de Formação Profissional Bezerra de Araújo Ltda. ■ Centro Educacional Alves Faria Ltda. ■ Centro Educacional de Formação Superior ■ Centro Educacional de Realengo ■ Centro Educacional Hyarte ■ Centro Nordestino de Ensino Superior S/S Ltda. ■ Centro Regional de Cultura ■ Centro Social Clodovel Arruda ■ Cetec Educacional S/A ■ Clube Náutico Mogiano ■ Colégio Dom Bosco Ltda. ■ Colégio São Francisco ■ Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina ■ Complexo de Ensino Superior do Brasil Ltda. ■ Congregação dos Oblatos de São José ■ Diocese de Quixadá ■ Dom Bosco Ensino Superior Ltda. ■ Editora e Distribuidora Educacional Ltda. – Kroton Educacional S.A ■ Educare Tecnologia da Informação Ltda. ■ Empreendimento Educacional Maracanaú Ltda. ■ Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda. ■ Escola de Enfermagem Santa Emília de



Rodat ■ Escola Superior Aberta do Brasil Ltda. ■ Facs Serviços Educacionais Ltda. – Laureate International Universities ■ Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão Ltda. ■ Faculdades Cathedral de Ensino Superior de Barra do Garças ■ Faculdades Metropolitanas Unidas – Associação Educacional ■ Fanor – Faculdades Nordeste – Devry Brasil ■ Febrasp – Associação Civil ■ Fefisa – Centro Educacional João Ramalho Ltda. ■ Roza Maria Soares da Silva ■ Fiúsa Educacional S/Simples Ltda. ■ Fundação Vale do Taquari de Educ. e Desenvolvimento Social ■ Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho ■ Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências ■ Fundação Benedito Pereira Nunes ■ Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica ■ Fundação Cultural de Araxá ■ Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo ■ Fundação de Assistência e Educação ■ Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá ■ Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas ■ Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas ■ Fundação de Rotarianos de São Paulo ■ Fundação Edson Queiroz ■ Fundação Educacional Comunitária ■ Fundação Educacional da Região dos Lagos ■ Fundação Educacional de Caratinga ■ Fundação Educacional de Fernandópolis ■ Fundação Educacional de Oliveira ■ Fundação Educacional de Patos de Minas ■ Fundação Educacional Guaxupé ■ Fundação Educacional Jayme de Altavila ■ Fundação Educacional Lucas Machado ■ Fundação Educacional Luiz Reid ■ Fundação Educacional Machado Sobrinho ■ Fundação Educacional Nordeste Mineiro ■ Fundação Educacional para o Desenvolvimento das Ciências Agrárias ■ Fundação Educacional Rosemar Pimentel ■ Fundação Educacional Serra dos Órgãos ■ Fundação Educacional Severino Sombra ■ Fundação Educacional Unificada Campograndense ■ Fundação Educacional Vale do Itapemirim ■ Fundação Escola Nacional de Seguros ■ Fundação Esperança ■ Fundação Instituto de Ensino para Osasco ■ Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações ■ Fundação Karnig Bazarian ■ Fundação Mineira de Educação e Cultura ■ Fundação Octacílio Gualberto ■



Fundação Paulista de Tecnologia e Educação ■ Fundação Presidente Antonio Carlos ■ Fundação Sul Mineira de Ensino ■ Fundação Técnico-Educacional Souza Marques ■ Fundação Universidade de Itaúna ■ Fundação Visconde de Cairu ■ Grupo Nobre de Ensino Ltda. ■ Idea Instituto de Desenvolvimento Educacional Avançado ■ Inaci Associação de Ensino ■ Insper Instituto de Ensino e Pesquisa ■ Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia ■ Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social ■ Instituição Educacional São Judas Tadeu ■ Instituição Educacional São Miguel Paulista ■ Instituição Escola Paulista de Ensino Superior Ltda. ■ Instituição Moura Lacerda ■ Instituto Bomdespachense Presidente Antonio Carlos ■ Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação – Laureate International Universities ■ Instituto Brasiliense de Direito Público ■ Instituto Coração de Jesus ■ Instituto de Cultura Técnica Sociedade Civil Ltda. ■ Instituto de Ensino São Sebastião Ltda. ■ Instituto de Ensino São Sebastião S/C Ltda. ■ Instituto de Ensino Superior da Amazônia ■ Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra ■ Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico ■ Instituto de Gestão Educacional Signorelli ■ Instituto Educacional Guilherme Dorça ■ Instituto Educacional Irineu Evangelista de Souza ■ Instituto Educacional Maria Ranulfa Ltda. ■ Instituto Educacional Nova Cidadania Limitada ■ Instituto Educacional Rio Branco Ltda. ■ Instituto Educacional Seminário Paulopolitano ■ Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia ■ Instituto Latino Americano de Educação e Cultura Ltda. ■ Instituto Metodista de Educação ■ Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda. ■ Instituto para o Desenvolvimento da Educação e da Cidadania Ltda. ■ Instituto Presbiteriano Mackenzie ■ Instituto Santanense de Ensino Superior ■ Instituto Santareno de Educação Superior ■ Instituto Vianna Júnior Ltda. ■ Institutos Paraibanos de Educação ■ Integral Grupo de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior do Piauí S/C Ltda. ■ Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória ■ ISCP – Sociedade Educacional S.A. –



Laureate International Universities ■ Instituto Europeo Design – IED/São Paulo ■ Iuni Educacional S.A – Kroton Educacional S.A ■ Liceu Coração de Jesus ■ Materdei – Administradora Educacional Ltda. ■ Menezes e Lacerda Ltda. ■ Minas Gerais Educação S.A. ■ Organização Educacional Farias Brito Ltda. ■ Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura ■ Organização Mogiana de Educação e Cultura S/S Ltda. ■ Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda. ■ Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda. ■ Organização Sete de Setembro de Cultura e Ensino Ltda. ■ PIA Sociedade de São Paulo ■ Pró-Ensino Sociedade Civil Ltda. ■ Rede Gonzaga de Ensino Superior ■ Saberes Instituto de Ensino Ltda. ■ Santana Instituto de Educação Superior Ltda. ■ Ser Educacional S/A ■ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais ■ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo ■ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal ■ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul ■ Serviço Social Educacional Beneficente ■ Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Educação ■ Sistema de Ensino Superior Ibituruna Ltda. ■ Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar ■ Sociedade Baiana de Educação e Cultura S/A ■ Sociedade Brasileira de Instrução ■ Sociedade Central de Ensino Superior ■ Sociedade Civil Cultura e Educação ■ Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas – Laureate International Universities ■ Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca S.A. ■ Sociedade de Educação e Cultura de Goiás S/C Ltda. ■ Sociedade de Educação e Cultura de São José do Rio Preto Ltda. ■ Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio ■ Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. – Laureate International Universities ■ Sociedade de Educação Tiradentes ■ Sociedade de Ensino Superior da Paraíba ■ Sociedade de Ensino Superior de Amadeus ■ Sociedade de Ensino Superior de Vitória Ltda. ■ Sociedade de Ensino Superior e Tecnológico do Piauí Ltda. ■ Sociedade de Ensino Superior



Estácio de Sá Ltda. ■ Sociedade Educacional Arnaldo Horácio Ferreira S/C Ltda. ■ Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S/C ■ Sociedade Educacional da Bahia S/C Ltda. ■ Sociedade Educacional Desembargador Plínio Pinto Coelho ■ Sociedade Educacional Diogo Braga Filho S/C Ltda. ■ Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul ■ Sociedade Educacional Garra Ltda. ■ Sociedade Educacional Ideal ■ Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. ■ Sociedade Educacional Mater Christi Ltda. ■ Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda. ■ Sociedade Educacional São Paulo ■ Sociedade Educacional Tuiuti Ltda. ■ Sociedade Educacional Uberabense ■ Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba ■ Sociedade Maranhense de Cultura Superior ■ Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda. ■ Sociedade Padrão de Educação Superior Ltda. ■ Sociedade Paraibana de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. ■ Sociedade Potiguar de Educação e Cultura S.A. – Laureate International Universities ■ Sociedade Propagadora das Belas Artes ■ Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda. ■ Sociedade Regional de Ensino e Saúde S/C Ltda. ■ Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda. ■ Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/C Ltda. ■ Sociedade Universitária Gama Filho ■ Sociedade Universitária Redentor ■ União Brasileira Educacional ■ União Brasileira de Educação e Cultura ■ União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda. ■ União de Educação e Cultura Gildásio Amado ■ União de Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/C Ltda. ■ União de Ensino Superior de Diamantino Ltda. ■ União de Ensino Superior do Pará ■ União Educacional de Cascavel ■ União Educacional do Planalto Central ■ União Educacional do Vale do Aço ■ União para a Formação, Educação e Cultura do ABC Ltda. – Anhanguera Educacional Ltda. ■ União Paranaense de Ensino e Cultura ■ União Social Camiliana ■ União Sul-Americana de Educação Ltda. ■ Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão ■ Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda. ■ Unidades de Ensino Superior da Bahia ■ Veris Educacional S/A ■ VSTP Educação Ltda. 





Espaço Físico

Espaço físico moderno e bem equipado acolhe dirigentes, técnicos, além de um grande número de participantes dos seminários mensais, reuniões e *workshops*.



Auditório Victorio Lanza



Presidência



Diretoria acadêmica



Diretoria executiva



Tecnologia da informação



Recepção



Comunicação



Espaço para associados



Sala de homenagens e reuniões



Administrativo/Financeiro



Copa

Ao longo desses 30 anos, a estrutura física da ABMES foi gradativamente ampliada e modernizada para se adequar ao crescimento da instituição.

A primeira sede da ABMES, instalada em Brasília/DF, no Edifício Brasília Rádio Center (SRTVN 702 – W3 Norte), tinha modesta estrutura – duas salas, divididas em três ambientes.

Dez anos depois, em 1992, a sede foi transferida para três salas nas torres do Edifício Pátio Brasil, no Setor Comercial Sul. A mudança permitiu a ampliação, em 1994, para um total de sete salas.

Em 2011, a sede da ABMES passou por uma grande reforma e hoje celebra os 30 anos com uma estrutura mais moderna e agradável, adequada ao desenvolvimento de suas atividades e atendimento aos associados. O ambiente é composto por uma arejada recepção; sala do presidente, com mesa de reuniões; escritórios para os funcionários; Sala de Homenagens, onde ocorrem as reuniões da diretoria e pequenos eventos; área de trabalho *online* para associados, com computadores e acesso à Internet (a cabo e *Wi-fi*); além de um moderno auditório, com ambiente climatizado e capacidade para 120 pessoas. Toda essa estrutura é localizada no centro da Capital Federal, próxima ao setor hoteleiro e dos órgãos governamentais e de outras instituições do setor educacional. 